



**FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ**  
**UNIVERSIDADE DE FORTALEZA - UNIFOR**  
**Vice-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - VRPPG**  
**Programa de Pós-Graduação em Psicologia - PPGPSI**

**SARA GUERRA CARVALHO DE ALMEIDA**

**REINSERÇÃO FAMILIAR DE ADOLESCENTES INSTITUCIONALIZADOS  
COM HISTÓRICO DE SITUAÇÃO DE RUA**

**FAMILY REINTEGRATION OF  
INSTITUTIONALIZED ADOLESCENTS WITH STREET HISTORY**

**FORTALEZA**  
**Dezembro/2014**

**SARA GUERRA CARVALHO DE ALMEIDA**

**REINSERÇÃO FAMILIAR DE ADOLESCENTES INSTITUCIONALIZADOS  
COM HISTÓRICO DE SITUAÇÃO DE RUA**

**FAMILY REINTEGRATION OF  
INSTITUTIONALIZED ADOLESCENTS WITH STREET HISTORY**

Dissertação submetida à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências da Saúde da Universidade de Fortaleza – UNIFOR, como exigência parcial para obtenção de título de Mestra em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia, Sociedade e Cultura.

Linha de Pesquisa: Produção e Expressão Sociocultural da Subjetividade.

Orientadora: Profa. Dra. Normanda Araujo de Moraes.

**FORTALEZA  
Dezembro/2014**

---

A367r Almeida, Sara Guerra Carvalho de.  
Reinserção familiar de adolescentes institucionalizados com histórico de situação de rua = Family reintegration of institutionalized adolescents with street history / Sara Guerra Carvalho de Almeida. - 2014.  
192 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade de Fortaleza, 2014.  
“Orientação: Profa. Dra. Normanda Araujo de Moraes”

1. Reinserção familiar. 2. Institucionalização. 3. Criança de rua. I. Moraes, Normanda Araujo de. II. Título.

CDU 159.9.019.3-048.582

---



Universidade de Fortaleza – UNIFOR  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia  
Produção e Expressão Sociocultural da Subjetividade

Dissertação intitulada ***“Reinserção familiar de adolescentes institucionalizados com histórico de situação de rua”***, de autoria da mestranda **Sara Guerra Carvalho de Almeida**, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

*Normanda Araujo de Moraes*

Profa. Dra. Normanda Araujo de Moraes – (UNIFOR) – Orientadora

*Luciana Maria Maia Viana*

Profa. Dra. Luciana Maria Maia Viana – (UNIFOR)

*Líliã Chaves Cavalcante*

Profa. Dra. Líliã Chaves Cavalcante – (UFPA)

Fortaleza, 19 de dezembro de 2014.

*Tereza Gláucia Rocha Matos*

Visto:

Profa. Dra. Tereza Gláucia Rocha Matos  
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia  
UNIFOR

*Que a força do medo que tenho  
não me impeça de ver o que anseio.  
Que a morte de tudo em que acredito  
não me tape os ouvidos e a boca.  
Porque metade de mim é o que eu grito  
mas a outra metade é silêncio.  
Que as palavras que eu falo  
não sejam ouvidas como prece e nem repetidas com fervor.  
Apenas respeitadas como a única coisa  
que resta a um homem inundado de sentimentos.  
Porque metade de mim é o que ouço  
mas a outra metade é o que calo.  
Que essa minha vontade de ir embora  
se transforme na calma e na paz que eu mereço  
e que essa tensão que me corrói por dentro  
seja um dia recompensada.  
Que o espelho reflita em meu rosto num doce sorriso  
que eu me lembro ter dado na infância  
Porque metade de mim é a lembrança do que fui  
a outra metade não sei.  
Que não seja preciso mais do que uma simples alegria  
pra me fazer aquietar o espírito  
e que o teu silêncio me fale cada vez mais.  
Porque metade de mim é abrigo  
mas a outra metade é cansaço.  
Que a arte nos aponte uma resposta  
mesmo que ela não saiba  
e que ninguém a tente complicar  
porque é preciso simplicidade pra fazê-la florescer.  
Porque metade de mim é plateia  
e a outra metade é canção.  
E que a minha loucura seja perdoada  
porque metade de mim é amor  
e a outra metade também.  
(Oswaldo Montenegro)*

## AGRADECIMENTOS

Momento de gratidão, mais que merecido, a todos que fizeram parte deste momento tão especial. Não citarei muitos nomes, pois foram incontáveis as pessoas que me ajudaram, questionaram, oportunizaram crescimento intelectual e, principalmente, me apoiaram.

Primeiramente quero agradecer a Deus que se mostra na minha vida de maneira tão espetacular que não consigo expressar através de palavras os seus feitos. A Ele toda a minha gratidão.

Agradeço, também, a toda a minha família. Aos meus pais - João de Deus e Lourdes - que me aconselharam, que me acalmaram e que me deram a segurança de saber que posso seguir tranquila e que com fé e com esforço posso chegar bem longe e ganhar o mundo com dignidade. Aos meus irmãos tão amados que me aguentaram nos momentos de agitação, ansiedade. Muito obrigada por serem meus “amigos de sangue” e companheiros de partilhas e de muita felicidade.

Ao meu amado Anderson que me apoiou demais nas horas de angústia e vitórias. Com muita sabedoria, sempre me deu força, exemplo de perseverança e esforço nos estudos.

Aos meus amigos que souberam ter paciências nas horas abdicadas dos momentos de convivência e de diversão. Sempre escutava um “respirar profundo” quando respondia que “não posso”, mas como são amigos, respeitaram-me e rezaram pelo meu sucesso.

Às Pontifícias Obras Missionárias (POM) - Infância, Adolescência e Juventude Missionária - pela “pausa” nas minhas atividades (com muito pesar). Sei que todo o meu testemunho traz os seus fundamentos na minha formação, pois com as POM aprendi a ser uma “Psicóloga Missionária”.

Aos meus companheiros de trabalho na associação beneficente O Pequeno Nazareno. Agradeço por terem compartilhado suas sábias práticas e reflexões com tanta humildade e carinho. Mais do que técnicos, vocês são anjos na vida desses adolescentes e de seus familiares. Sou fã de cada um de vocês.

À oportunidade concedida em ter uma bolsa de estudos para pesquisar temas relacionados às crianças e aos adolescentes em situação de rua. Espero que tenha colaborado no desenvolvimento institucional e que os seus resultados façam a diferença na vida das crianças e dos adolescentes acolhidos.

Às minhas queridas companheiras e companheiro de Lesplexos, agradeço pela força, ajuda e muito conhecimento que souberam compartilhar comigo. Saibam que é um prazer imensurável está com vocês.

À Professora Lilia Iêda Chaves Cavalcante e à Professora Luciana Maia por terem me dado a honra de fazer parte das minhas bancas de qualificação e de defesa. As contribuições me fizeram crescer e amadurecer. Obrigada pela disponibilidade e pelo carinho.

À minha tão querida e tão maravilhada “mestra” Professora Normanda Araujo de Moraes. Saiba que todos os dias, agradeço a Deus por tê-la colocado em minha vida. Admiro o seu trabalho, a sua postura ética, a sua dedicação como professora e como amiga. Contigo compartilhei momentos de angústias, de dúvidas, de felicidades, de acertos e de certezas. Seu jeito de ser no mundo me estimula a ser diferente. Serei eternamente grata por tudo o que fizeste por mim.

Às crianças e aos adolescentes que encantaram o meu cotidiano e me ajudaram a produzir este estudo. Suas histórias de vida, as maneiras que superavam os obstáculos e a vontade de mudar a sua situação individual e familiar me levaram a refletir, a remoer e a reavaliar o meu olhar diante do mundo. Neste trabalho trago os sorrisos, as brincadeiras, a forma de encarar os obstáculos da vida, os carinhos e minha eterna gratidão por terem me ajudado. Sem vocês eu não teria conseguido. Por vocês farei muito mais.

Minha eterna gratidão!

## SUMÁRIO

Lista de Tabelas	09
Lista de Figuras	10
Resumo	11
Abstract	12
I – Introdução	13
II- Revisão Teórica	18
2.1. Sobre a Institucionalização, Princípios Norteadores e Modalidades de Atendimento	18
2.2. Acolhimento: Risco e/ou Proteção?	23
2.3. Reinserção Familiar	29
2.4. Uma visão Bioecológica da Reinserção Familiar	43
III – Objetivos	52
3.1. Objetivo Geral	52
3.2. Objetivos Específicos	52
IV – Método	53
4.1. Delineamento	53
4.2. Participantes	54
4.3. Contextualização - Lócus da Pesquisa	55
4.4. Instrumento	56
4.5. Procedimentos de Coleta de Dados	58
4.6. Procedimentos de Análise de Dados	60
4.7. Procedimentos Éticos	61
V – Resultados e Discussão	63
5.1. Descrição dos casos	63
5.2. Análise das Categorias Temáticas	93
1. Expectativas e sentimentos quanto à reinserção familiar	94
2. Transições Ecológicas - Mudanças e Continuidades	102
3. Fatores relacionados às transições ecológicas no processo de reinserção	

familiar	106
3.1. Vulnerabilidades dos adolescentes	106
3.2. Vulnerabilidades dos familiares	119
3.3. O Papel dos Acolhimentos Institucionais	135
3.4. O Papel dos Avós	149
3.5. Suporte entre irmãos	153
VI – Considerações Finais	160
Referências	169
Anexos	176
Anexo A - Entrevista Adolescente Acolhimento Institucional 1 - T1	177
Anexo B - Entrevista Adolescente - Casa de Familiares - T2	180
Anexo C - Entrevista Adolescente - Acolhimento Institucional 2 - T2	181
Anexo D - Entrevista Adolescente - Casa de Familiares – T3	182
Anexo E - Entrevista Adolescente - Acolhimento Institucional 2 - T3	183
Anexo F - Entrevista familiar/Responsável - T1	184
Anexo G - Entrevista familiar/Responsável – Adolescente na casa de Familiares-T2	185
Anexo H - Entrevista familiar/Responsável– Adolescente no Acolhimento Institucional 2 - T2	186
Anexo I - Entrevista familiar/Responsável – Adolescente na casa de Familiares – T3	187
Anexo J - Entrevista familiar/Responsável – Adolescente no Acolhimento Institucional 2 – T3	188
Anexo K - Entrevista Educador Social - T1	189
Anexo L - Entrevista Educador Social - T3	190
Anexo M – Termo de Concordância para a Instituição	191
Anexo N - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	192
Anexo O – Carta de Aceite do Comitê de Ética	194

## LISTA DE TABELA

Tabela 1	Caracterização dos artigos analisados quanto à origem, ao tipo de estudo e ao método utilizado	34
Tabela 2	Principais características dos artigos sobre reinserção familiar e institucionalização de crianças e adolescentes	35
Tabela 3	Fases de Coleta de Dados, Participantes, Período e Local de Realização	54
Tabela 4	Participantes Entrevistados (Adolescentes, Familiares e Educadores) em cada momento de coleta de dados	55
Tabela 5	Categorias e Subcategorias de Análise dos Resultados	93
Tabela 6	Locais onde os adolescentes se encontravam em cada momento da coleta de dados	102
Tabela 7	Atividades nas quais os adolescentes estavam envolvidos em cada momento da coleta de dados (Escola, Cursos e Trabalho)	104
Tabela 8	Vulnerabilidades dos Adolescentes	117
Tabela 9	Vulnerabilidades dos familiares	132
Tabela 10	Número de acolhimentos institucionais pelos quais os adolescentes passaram ao longo da vida	138

## **Lista de Figuras**

Figura 1 Percurso metodológico de seleção dos artigos

33

## Resumo

A reinserção familiar (RF) de adolescentes com histórico de situação de rua constitui uma área complexa no que diz respeito às políticas públicas de proteção ao bem estar desta população, uma vez que sua compreensão envolve diferentes atores e contextos - os acolhidos, os familiares/responsáveis e a própria instituição. O presente estudo teve como objetivo compreender o processo de RF de cinco adolescentes em situação de rua, um representante de suas famílias e um representante da instituição onde foi acolhido. Entrevistas semi-estruturadas com cada um dos participantes foram realizadas ao longo de três momentos de coleta de dados (no mês que antecedeu a saída da instituição, um mês e seis meses após a saída da instituição) e submetidas à Análise de Conteúdo. Verificou-se que as expectativas e os sentimentos dos adolescentes no momento que antecede a saída da instituição tende a ser mais positiva que a dos seus familiares; e que entre os momentos de coleta de dados, os adolescentes circularam entre diferentes espaços (casa de familiares e instituições de acolhimento). Os fatores relacionados às transições ecológicas durante a RF foram: as vulnerabilidades dos adolescentes (drogas e comportamentos), as vulnerabilidades dos familiares (drogas, moradias nas ruas, conflitos intrafamiliares e dificuldades financeiras), assim como o papel de suporte oferecido pelas instituições de acolhimento e por pessoas da família, como as avós e irmãos. Conclui-se ressaltando: (1) a necessidade de intervenções que estejam direcionadas ao contexto familiar e comunitário, visando o verdadeiro sucesso da RF; e (2) a relevância de uma visão sistêmica e contextual, explanada no modelo bioecológico do desenvolvimento humano acerca da RF, a qual deve considerar os marcos legais que regulam o acolhimento institucional, as normas de funcionamento das instituições, as características dos adolescentes e as condições familiares.

Palavras-chave: reinserção familiar, institucionalização, abrigo, situação de rua, adolescentes, família.

## **Abstract**

Family Reintegration (FR) of adolescents with a history of street living constitutes a complex area with regard to public policy of protecting the well-being of this population, since their understanding involves different role-players and contexts-the welcomed ones, their families/guardians and the institution itself. The present study aimed to understand the process of FR of five street children, a representative from their families and a representative of the institution where it was upheld. Semi-structured interviews with each of the participants were conducted over three times of data collection (in the month preceding the departure of the institution, one month later and six months after the departure of the institution) and submitted to content Analysis. It was found that the expectations and feelings of the adolescents in the moment before the output of the institution tends to be more positive than that of their families; and that between the time of data collection, the teenagers showed great movement between different spaces (home of relatives and host institutions). The factors related to ecological transitions during the FR were: adolescents' vulnerabilities (drugs and behaviors), the relatives' vulnerabilities (drugs, street housing, family conflicts and financial difficulties), as well as the supporting role provided by the host institutions and by family members, such as grandparents and siblings. It is concluded and highlighted: (1) the need for interventions that are oriented to the family and community context, aiming at FR's true success; and (2) the relevance of a contextual and systemic vision, expressed in the bio ecologic model of human development about FR, which must consider the legal frameworks governing institutional hosting, operation rules of the institutions, the characteristics of adolescents and family conditions.

**Keywords:** family, institutionalization, shelter rehabilitation, street living, teenagers, family

## I – Introdução

Quem já se deparou, andando pelas ruas da grande Fortaleza, com um menino, todo sujo, com roupas rasgadas e os pés descalços? Assim era meu cotidiano, que como muitos outros cidadãos, passava pelos terminais para integração de ônibus e sempre olhava, criticava, mas não entendia o porquê desses meninos permanecerem nas ruas. Nas programações de finais de semana, sempre que tinha oportunidade, ia à Avenida Beira Mar e passeava pela orla, sentindo a brisa do mar. Porém, a presença daqueles meninos/as deitados pelos bancos, nas esquinas e pedindo esmola ainda era invisível para mim.

Engajada no Laboratório de Estudos dos Sistemas Complexos: casais, família e comunidade (Lesplexos), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade de Fortaleza, tive a oportunidade de participar de uma pesquisa que abordava os meninos que estavam em situação de rua “*O impacto da vida na rua em adolescentes: Um estudo longitudinal sobre risco e proteção*”. Esse processo de investigação, “abriu meus horizontes” e na primeira vez que fui a campo para inserção ecológica, confesso que fiquei impressionada com o “mundo paralelo da rua” que encontrei. No decorrer da pesquisa, pude escutar histórias de vida que me emocionam só com a lembrança. Conheci meninos que me cativaram e me ensinaram a ser uma pesquisadora e uma profissional mais capacitada. Como pude passar tanto tempo alheia a esta realidade?

Pouco tempo depois que estava inserida no contexto da rua para realização da pesquisa acima mencionada, fui selecionada para trabalhar como psicóloga em uma ONG que acolhe meninos que estavam em situação de rua. Minha função era oferecer apoio às famílias e trabalhar para favorecer uma breve e exitosa reinserção familiar.

Com esse contato pude me questionar, muitas vezes, por que esses meninos, depois de anos e anos institucionalizados, ao regressarem à casa das famílias, não passavam muitos dias e logo retornavam às ruas. Foi, então, que surgiu a oportunidade de aprofundar meus estudos sobre a institucionalização e sobre a reinserção familiar de adolescentes com histórico de situação de rua durante a realização do Mestrado.

As crianças e os adolescentes em situação de rua são considerados como jovens que usufruem do espaço da rua para a sua subsistência ou como local de moradia. Mas,

para abranger toda essa situação é necessário compreender o processo de vulnerabilização anterior que predispõe a busca pela rua, seja ela para mendicância, vendas de produtos, brincadeiras e até mesmo moradia (Morais, Paludo, & Koller, 2010; Santana, Donelli, Frosi, & Koller, 2004).

De acordo com Morais, Paludo, e Koller (2010), a vulnerabilidade social é entendida como o resultado negativo entre o acesso aos recursos (sejam materiais ou simbólicos) e o acesso às estruturas de oportunidades sociais, econômicas e culturais providas pelo Estado, pelo mercado e pela sociedade. Alguns desses fatores de risco também são originados no contexto familiar: pobreza, desemprego, monoparentalidade, famílias com grande número de filhos, violências (física, psicológica e/ou emocional), dependência química e morte de algum familiar importante que a criança e/ou adolescente esteja vinculado. Outros contextos também são considerados como fatores de risco, como a fragilização dos vínculos escolares, a falta de alternativas de lazer na comunidade, a insegurança e a violência. Assim, a soma dos fatores de risco contribui para a ruptura e para a gradual vinculação do adolescente com a rua, sendo a ida à rua uma alternativa de sobrevivência ao ambiente familiar e comunitário violadores.

O fato de o adolescente estar nas ruas não significa que tenha rompido os vínculos familiares. A partir da proposta de Hutz e Koller (1999), para estabelecer referências metodológicas para o segmento e para a validade comparativa de pesquisas com essa população, os “jovens em situação de rua” são classificados por cinco critérios: 1) vinculação com a família, 2) atividade exercida, 3) aparência dos jovens, 4) local onde eles se encontram, e 5) ausência de um adulto responsável junto a eles. Posteriormente, acrescentou-se outro parâmetro para identificação de uma criança/adolescente em situação de rua, a saber, estar sozinha na rua em horários não esperados para pessoas de sua faixa etária (Koller, 2011).

Junto a essa realidade, é importante acrescentar que o processo de institucionalização no Brasil foi marcado pelos serviços de atendimento às crianças e adolescentes nessas condições de vulnerabilidade social. Assim, diferentes setores sociais, principalmente instituições de cunho religioso ou mesmo filantrópico, se responsabilizaram em amparar crianças e adolescentes (Corrêa, 2011; Rizzini & Pilotti, 2009; Rizzini & Rizzini, 2004).

Norteados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, os acolhimentos institucionais passaram a ser concebidos como medida protetiva, de caráter excepcional e provisório, voltados ao superior interesse da criança e do adolescente e aplicada nas seguintes situações: por ação ou por omissão da sociedade ou do Estado; por falta, por omissão ou por abuso dos pais ou dos responsáveis ou em razão da sua conduta. Dessa forma, busca-se romper com a cultura da institucionalização, ao garantir a excepcionalidade da medida, estabelecendo, ainda, que a situação de pobreza da família não são motivos suficientes para o afastamento da criança e do adolescente do convívio familiar (CONANDA/ CNAS, 2008; ECA, 1990; Siqueira & Dell’Aglío, 2010).

Os abrigos oferecem acolhimento, cuidado e espaço de desenvolvimento para grupos de crianças e de adolescentes em situação de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e de proteção. Este serviço é especializado e as condições institucionais para o acolhimento devem estar em padrões de dignidade, funcionando como moradia provisória até que seja viabilizado o retorno à família de origem ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para família substituta. Além de estar inserido na comunidade, em áreas residenciais, deve oferecer ambiente acolhedor e ter aspecto semelhante ao de uma residência, sem distanciar-se excessivamente, do ponto de vista geográfico e socioeconômico, da comunidade de origem das crianças e dos adolescentes atendidos. O atendimento prestado deve ser personalizado e em pequenos grupos favorecendo, assim, o convívio familiar e comunitário, bem como a utilização dos equipamentos e dos serviços disponíveis na comunidade local.

Dessa forma, o termo “acolhimento institucional” foi aceito a partir das Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e para Adolescentes, aprovado pela Resolução Conjunta CNAS/CONANDA nº 1, de 18 de junho de 2008, devido à adequação do espaço físico e do número de crianças e de adolescentes atendidos em cada unidade, de forma a garantir o atendimento individualizado e em pequenos grupos.

De acordo com essa nova proposta, o acolhimento institucional deve ser oferecido em diferentes modalidades, como abrigo institucional para pequenos grupos, casa-lar e casa de passagem, induzindo ao abandono de grandes abrigos, cujo regime se revelou incompatível com o atendimento individualizado da criança e do adolescente,

sobretudo no que se refere ao refazimento de seus laços familiares, quando possível, e à construção de vínculos comunitários (Conselho Nacional do Ministério Público, 2013).

É importante destacar que a convivência familiar e comunitária também está relacionada ao processo de desligamento institucional e de reinserção familiar, visto que a medida protetiva do acolhimento institucional é excepcional e provisória. Assim, torna-se necessário promover o retorno à família de origem da forma mais segura e rápida possível não se prolongando a institucionalização por mais de dois anos. A partir dessas considerações, uma série de medidas são propostas para que sejam mantidos os vínculos afetivos das crianças e dos adolescentes institucionalizados com seus familiares, sendo responsabilidade da equipe das instituições de acolhimento a promoção, a avaliação e a preparação dos processos de reinserção familiar (ECA, 1990; Siqueira, 2012).

Por definição, a reinserção familiar refere-se ao processo de saída de um acolhimento e o retorno à família, podendo ser a de origem, a extensa ou a adotiva. Além disso, a reinserção atua em prol da garantia do direito fundamental à convivência familiar e comunitária (ECA, 1990; Siqueira & Dell’Aglia, 2010).

A presente dissertação propõe uma análise da reinserção familiar, através da Abordagem Bioecológica do Desenvolvimento Humano (ABDH), desenvolvida por Urie Bronfenbrenner (1979/1996, 2005/2011). A Abordagem Bioecológica do Desenvolvimento Humano (ABDH) visualiza o desenvolvimento como uma interação recíproca entre a pessoa e o seu contexto através do tempo. Portanto, a partir da análise dos quatro níveis de análise descritos por Bronfenbrenner: Pessoa, Processo, Contexto e Tempo (PPCT), buscam-se gerar uma compreensão mais ampla e mais contextualizada do desenvolvimento humano e, conseqüentemente, da reinserção familiar (Narvaz & Koller, 2004; Rosa, Santos, Melo & Souza, 2010). Em linhas gerais, uma abordagem bioecológica da reinserção familiar pressupõe a análise dos múltiplos personagens (atores) e diferentes contextos envolvidos; sobretudo dos processos relacionais estabelecidos entre as pessoas e entre elas e os contextos, ao longo do tempo.

Considerando a centralidade e a relevância da temática da reinserção familiar, assim como a necessidade de se favorecer uma visão mais abrangente acerca da mesma (a partir da perspectiva bioecológica), esse trabalho tem como objetivo: compreender o processo de reinserção familiar de adolescentes em situação de rua, através da

perspectiva dos adolescentes, um representante de sua família e um representante da instituição onde foi acolhido, ao longo de três diferentes momentos de coleta de dados: no mês que antecedeu a saída da instituição; um mês após e seis meses após a saída da instituição. Espera-se com esse trabalho contribuir para o campo de estudo da reinserção familiar, uma vez que se busca considerar a perspectiva de múltiplos atores do processo de reinserção e não apenas a perspectiva de um ator – alvo em geral dos estudos desenvolvidos nesse campo. Também se busca considerar a perspectiva temporal, uma vez que os estudos tendem a se limitar a um momento da reinserção, quase sempre após a volta para casa, perdendo a dimensão processual.

Esta Dissertação é composta de um capítulo, no qual se apresenta o referencial teórico da pesquisa, outro no qual se apresenta o método que orientou o desenvolvimento da pesquisa e um capítulo de análise dos dados. No capítulo de revisão teórica, dividido em quatro subtópicos, tem-se: a apresentação da temática da institucionalização, especificamente dos princípios norteadores e modalidades de atendimento; a definição do acolhimento a partir do binômio risco e proteção; a definição do tema da reinserção familiar; e a exposição de uma visão bioecológica acerca da reinserção familiar. Em seguida, no capítulo referente ao método, buscou-se descrever os participantes, os instrumentos, os procedimentos de coleta e análise de dados utilizados na pesquisa. Por fim, é apresentada na seção de Resultados e Discussão, a qual foi organizada em dois momentos: descrição/síntese dos cinco casos acompanhados ao longo da pesquisa; e análise das categorias temáticas que emergiram do processo de análise dos dados.

## **II – Revisão Teórica**

### **2.1. Sobre a Institucionalização, Princípios Norteadores e Modalidades de Atendimento**

As instituições surgiram como formas de organização das sociedades variando seus objetivos de acordo com as características que ali vigoravam e ao público destinado. Mesmo com essas diferenças, as instituições têm aspectos comuns baseados na transferência de responsabilidade da sociedade para a instituição específica que foi construída. Os papéis sociais nelas depositadas enfatizam a relação que a sociedade desenvolve, ajudando a compreender as expectativas e as demandas depositadas nestes locais (Fante & Cassab, 2007; Santana, Doninelli, Frosi, & Koller, 2004; Silva, Polli, Sobrosa, Arpini, & Dias, 2012).

O processo de institucionalização no Brasil foi marcado pelos serviços de atendimento às crianças. Assim, diferentes setores sociais, principalmente instituições de cunho religioso ou mesmo filantrópico, se responsabilizaram de amparar crianças e adolescentes. Nestes locais, entre muitos direcionamentos, estava o cuidado voltado à disciplinarização, ensinamentos de normas e costumes cristãos (Corrêa, 2011; Rizzini & Pilotti, 2009; Rizzini & Rizzini, 2004).

Os senhores de engenho também detinham o cuidado às crianças tendo em vista que eram os donos dos escravos e mantinham o poder e a tutela dos mesmos e de seus filhos, pois eram elementos importantes para a economia da época. Em 1521, as Câmaras Municipais ficaram encarregadas do cuidado a estas crianças, em parceria com a Santa Casa de Misericórdia (Corrêa, 2011; Rizzini & Pilotti, 2009; Rizzini & Rizzini, 2004).

De acordo com Rizzini e Rizzini (2004), documentos históricos advindos dos séculos XIX e XX revelam que as crianças nascidas em situação de pobreza e/ou em famílias com dificuldades de criarem seus filhos já tinham um destino quase certo quando buscavam o apoio do Estado: o de serem encaminhadas para as instituições como se fossem órfãs ou abandonadas. Assim, em diversas épocas e contextos culturais brasileiros, a sociedade se deparou com inúmeras formas alternativas de cuidar desses acolhidos (Gonzalez, Abaid, & Dell'Aglio, 2012; Silva, Polli, Sobrosa, Arpini, & Dias, 2012).

A prática da institucionalização nos leva a muitas análises, sobretudo nos avanços da legislação e das políticas públicas brasileiras voltadas às crianças e adolescentes. O enfoque dos direitos humanos que orienta os princípios e diretrizes destas leis e políticas veio a reforçar a importância da convivência familiar e comunitária (Queiroz & Rizzini, 2012).

Perez e Passone (2010) situam importantes transformações legais voltadas à infância e adolescência durante a redemocratização política da sociedade brasileira, percurso, segundo eles, que representou a consolidação da sociedade civil em torno da luta por direitos políticos, civis e sociais, e a noção de direitos das crianças e dos adolescentes, que marcaram as décadas de 1990. Assim, as regulamentações da Constituição Federal de 1988 deram a base à instituição de ordenações legais com base nos direitos sociais, tais como: o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal n. 8.069/90), a Lei Orgânica da Saúde – LOS (Lei Federal n. 8.080/90); a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA (Lei Federal n. 8.242/91); a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei Federal n. 8.742/93), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Lei Federal n. 9.394/96); a Lei Orgânica de Segurança Alimentar – LOSAN (Lei Federal n. 11.346/06), além da recente integração dos serviços sociais, por meio do Sistema Único de Assistência Social – SUAS (Queiroz & Rizzini, 2012).

Mesmo com os direitos garantidos na Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, promulgado em 1990, assegurou uma maior e mais respaldada proteção legal. Entre outras determinações, o termo *abrigamento* foi substituído por *acolhimento institucional*. Com isso, os encaminhamentos para os serviços de acolhimento passaram a ser concebidos como medida protetiva, de caráter excepcional e provisório, voltados ao superior interesse da criança e do adolescente e aplicada nas seguintes situações: por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis ou em razão da sua conduta (CONANDA/ CNAS, 2008; ECA, 1990; Siqueira & Dell’Aglia, 2010).

Vinte e quatro anos depois da promulgação do ECA, a luta pela conscientização da importância da convivência familiar e comunitária ainda é visível. Dessa forma, busca-se romper com a cultura da institucionalização ao garantir a excepcionalidade da medida, estabelecendo, ainda, que a situação de pobreza da família não é motivo

suficiente para o afastamento da criança e do adolescente do convívio familiar (CONANDA/ CNAS, 2008; ECA, 1990; Siqueira & Dell’Aglío, 2010). Os atendimentos às crianças e adolescentes nos acolhimentos seguem os seguintes princípios norteadores: a excepcionalidade e provisoriedade do afastamento do convívio familiar; preservação e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; garantia de acesso e respeito à diversidade e não discriminação; oferta de atendimento personalizado e individualizado; garantia de liberdade de crença e religião; e respeito à autonomia da criança, do adolescente e do jovem (CONANDA/ CNAS, 2008; Siqueira & Dell’Aglío, 2010). A leitura das Orientações Técnicas que respaldam os serviços de acolhimento, elaboradas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA, 2008) ressalta a importância dos seguintes aspectos:

- a) O caráter excepcional do afastamento do convívio familiar e o cultivo da relação da criança e do adolescente com sua família de origem (nuclear ou extensa) dizem respeito ao fato de que tal afastamento apenas deve ocorrer naqueles casos em que a situação representar grave risco à integridade física e psíquica da criança e/ou adolescente. Mas, quando o afastamento do convívio familiar for a medida mais adequada para se garantir a proteção da criança e do adolescente em determinado momento, esforços devem ser empreendidos para viabilizar, no menor tempo possível, o retorno ao convívio familiar.
- b) Não são somente os vínculos familiares das crianças e os adolescentes que devem ser preservados, mas também, o contato com a comunidade. Esses vínculos são fundamentais para oferecer condições para um desenvolvimento saudável que favoreça a formação de sua identidade e constituição como sujeitos e cidadãos.
- c) Neste ambiente de garantia de direitos devem ser combatidas quaisquer formas de discriminação às crianças e aos adolescentes atendidos, bem como às suas famílias de origem, baseadas em condição socioeconômica, arranjo familiar, etnia, religião, gênero, orientação sexual, presença de deficiência e até mesmo presença de HIV/Aids ou outras necessidades específicas de saúde .
- d) Além disso, todas as decisões devem garantir o direito da criança e adolescente ter a sua opinião considerada. Por isso, as Orientações Técnicas recomendam que os serviços de acolhimento devem propiciar a organização de espaços de

escuta e construção, por parte das crianças e adolescentes, de soluções coletivas para as questões que lhes são próprias. Para que isso aconteça os atendimentos deverão ser individualizados, garantindo aos assistidos espaços privados, objetos pessoais e registros, inclusive fotográficos, sobre a história de vida e desenvolvimento de cada criança e adolescente.

Quando encaminhada uma criança e adolescente para o serviço de acolhimento, primordialmente, faz-se uma análise da situação familiar, do perfil de cada criança ou adolescente e de seu processo de desenvolvimento, indicando a modalidade que melhor atenderá determinada criança ou adolescente considerando sua idade; histórico de vida; aspectos culturais; motivos do acolhimento; situação familiar; previsão do menor tempo necessário para viabilizar soluções de caráter permanente (reinserção familiar ou adoção); condições emocionais e de desenvolvimento, bem como condições específicas que precisem ser observadas (crianças e adolescentes com diferentes graus de deficiência, crianças e adolescentes que estejam em processo de saída da rua, com histórico de uso, abuso ou dependência de álcool ou outras drogas, com vínculos de parentesco – irmãos, primos, etc.), dentre outras. De acordo com as características da criança/adolescente e visando a uma melhor organização e atendimento dos serviços, algumas modalidades de assistência são previstas/propostas nas Orientações Técnicas, a saber: abrigos institucionais, casas-lares, famílias acolhedoras e repúblicas (CONANDA/ CNAS, 2008).

Os *abrigos* oferecem acolhimento, cuidado e espaço de desenvolvimento para grupos de crianças e adolescentes em situação de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção. Este serviço é especializado e as condições institucionais para o acolhimento devem estar em padrões de dignidade, funcionando como moradia provisória até que seja viabilizado o retorno à família de origem ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para família substituta. Além de estar inserido na comunidade, em áreas residenciais, deve oferecer ambiente acolhedor e ter aspecto semelhante ao de uma residência, sem distanciar-se excessivamente, do ponto de vista geográfico e socioeconômico, da comunidade de origem das crianças e adolescentes atendidos. O atendimento prestado deve ser personalizado e em pequenos grupos favorecendo, assim, o convívio familiar e comunitário, bem como a utilização dos

equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local. Havendo uma demanda municipal e uma rede local de abrigos para atendimento geral, podem ser desenvolvidos serviços especializados no atendimento a situações específicas, tais como abrigos especializados no acolhimento de adolescentes grávidas ou com filhos, abrigos especializados no acolhimento de adolescentes sem vínculos familiares, casa de Passagem e abrigos especializados no atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua, como no caso do presente estudo, por exemplo.

Outro serviço citado é a *casa-lar* que tem como característica a oferta em unidades residenciais, nas quais pelo menos uma pessoa ou casal trabalha como cuidador (a) ou educador (a) residente – em uma casa que não é a sua – prestando cuidados a um grupo de crianças e adolescentes sob medida protetiva de abrigo, até que seja viabilizado o retorno à família de origem ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para família substituta. Esse tipo de atendimento objetiva estimular o desenvolvimento de relações mais próximas do ambiente familiar, promover hábitos e atitudes de autonomia e de interação social com as pessoas da comunidade. Tem uma estrutura similar a de uma residência privada, localiza-se em áreas residenciais da cidade, segue o padrão socioeconômico da comunidade onde estiverem inseridas, sem distanciar-se excessivamente, do ponto de vista geográfico e socioeconômico, da comunidade de origem das crianças e adolescentes atendidos e recebe supervisão técnica.

A *família acolhedora* é um serviço que organiza o acolhimento na residência de famílias acolhedoras, de crianças e adolescentes afastados da família de origem mediante medida protetiva. Esse acolhimento deve ocorrer paralelamente ao trabalho com a família de origem, com vistas à reinserção familiar. É uma modalidade de atendimento que propõe oferecer proteção integral às crianças e aos adolescentes até que seja possível a reinserção familiar ou, na sua total impossibilidade, encaminhamento para adoção.

Por fim, as *repúblicas*, acolhem jovens de 18 a 21 anos e oferecem apoio e moradia subsidiada a grupos de jovens em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados, que estejam passando por um processo de desligamento de serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. Com a estrutura de uma residência privada, deve receber supervisão

técnica e localizar-se em áreas residenciais da cidade, seguindo o padrão socioeconômico da comunidade onde estiverem inseridas, sem distanciar-se excessivamente, do ponto de vista socioeconômico, da comunidade de origem dos usuários. A república é um estágio na construção da autonomia pessoal e uma forma de desenvolver possibilidades de autogestão, auto-sustentação e independência, preparando os usuários para o alcance de autonomia e auto-sustentação. Possui tempo de permanência limitado, podendo ser reavaliado e prorrogado em função do projeto individual formulado em conjunto com o profissional de referência.

Tendo em vista que a presente pesquisa focará na Região Nordeste do Brasil, mais precisamente na cidade de Fortaleza, CE, buscou-se informações acerca da quantidade de acolhimentos institucionais e do número de acolhidos nestes espaços. Entretanto, não foram encontrados dados concretos concernente a este perfil para a cidade de Fortaleza, apenas dados relativos ao Estado do Ceará. Esses dados referem-se ao Relatório do Conselho Nacional do Ministério Público (2013), o qual registrou a existência de 574 crianças/adolescentes acolhidas na modalidade abrigo e 95 na modalidade casa-lar no Estado do Ceará. Nesse documento, a quantidade de unidades de acolhimento (abrigos + casas lares) é apresentada por região: 1) Sudeste (n= 1.087); 2) Sul (n = 603); 3) Nordeste (n = 228); 4) Centro-Oeste (n= 226); e 5) Norte (n = 103).

## **2.2. Acolhimento: Risco e/ou Proteção?**

Mesmo com os documentos legais que respaldam as instituições de atendimento às crianças e aos adolescentes (incluindo-se aí aquelas destinadas à situação de rua) ainda há muita dificuldade aos que se propõem a operacionalizar o acolhimento (Santana, Doninelli, Frosi, & Koller, 2004). Assim, no intuito de respaldar a prática e o acompanhamento, foram elaboradas as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (CONANDA/ CNAS, 2008) e o relatório da Infância e Juventude do Ministério Público– Resolução nº 1/2011 (Conselho Nacional do Ministério Público, 2013).

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA/CONANDA, 2003), por exemplo, através de uma pesquisa que envolveu 670 instituições de acolhimento, identificou a disparidade entre a legislação e os abrigos para crianças e adolescentes. Buscou-se, assim conhecer as características, a estrutura de funcionamento e os serviços

prestados pelos abrigos. Com isso, foi iniciada a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos deputados e em 2004 foi criada, por decreto presidencial, uma Comissão Intersetorial, com a finalidade de construir subsídios para a elaboração das Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Em 13 de dezembro de 2006, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) aprovaram as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Junto a esse processo, em 2004, foi aprovada, pelo CNAS, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), objetivando concretizar os direitos assegurados na Constituição Federal (1988) e na Lei Orgânica de Assistência Social (1993). A PNAS organiza a matriz de funcionamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), inaugurando no país um novo paradigma de defesa dos direitos socioassistenciais, o qual reorganiza os projetos, programas, serviços e benefícios da Assistência Social. A PNAS tem a família e o território como referências, valorizando a intersetorialidade das ações, na busca da ampliação da atuação da Assistência Social em todo o País. Um dos objetivos dessa Política é, justamente, assegurar que as ações tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária (CONANDA/ CNAS, 2008).

A presente dissertação parte da consideração de que os serviços de acolhimento podem se constituir como fatores de risco e ou proteção, alternando em maior (ou menor grau) tais aspectos. Entende-se por fatores de risco os obstáculos individuais ou ambientais que aumentariam a vulnerabilidade da criança ou do adolescente para resultados negativos no seu desenvolvimento. Assim, risco é entendido como um processo a que a pessoa foi submetida, sendo que o período de tempo, o momento que se sujeitou ao risco e o contexto são mais importantes do que uma única exposição grave. Já os fatores de proteção são definidos através de três formas complementares: individuais (autoestima positiva, autocontrole, autonomia, características de temperamento afetuoso e flexível); familiares (coesão, estabilidade, respeito mútuo, apoio e suporte) e ambientais (apoio do meio ambiente, bom relacionamento com os amigos, pessoas significativas que assumem papéis de referência e de segurança) como discutem Pesce, Assis, Santos, e Oliveira (2004). Na realidade dos serviços de acolhimento, fatores de risco e proteção estão presentes e o interjogo de ambos pode

gerar situações mais positivas ou mais negativas ao desenvolvimento das crianças/adolescentes atendidas (Salina-Brandão & Williams, 2009).

A fim de compreender a realidade do acolhimento institucional a partir do binômio risco-proteção é importante considerar as realidades de vulnerabilidade que antecedem o ingresso da criança/adolescente no abrigo. Na realidade brasileira, a privação econômica e de acesso a direitos básicos se constitui como uma das principais fontes de risco sociocultural para crianças, adolescentes e adultos, atingindo diferentes sistemas do espaço ecológico dos indivíduos (família, escola, trabalho, comunidade etc.). De acordo com Yunes, Miranda, e Cuello (2004), crianças e adolescentes são tidas como vítimas mais frequentes destas formas de privação, bem como de outras espécies de problemas sociais da realidade brasileira. Nesta etapa do desenvolvimento humano, as crianças e adolescentes são o elo mais fraco do encadeamento de certas formas de relações humanas e a condição de vulnerabilidade lhes é destinada em casos de negligência, abuso e violência física, psicológica ou sexual.

Diante dos fracassos dos dispositivos sociais e educacionais e das políticas de intervenção junto às famílias, algumas crianças e adolescentes são levados a deixar o convívio familiar, tendo como destino as ruas e as instituições de acolhimento. Neste quadro de suposta vulnerabilidade, que decorre da situação social da criança, a instituição pode - ou não - constituir um risco para o seu desenvolvimento (Yunes, Miranda, & Cuello, 2004).

Na perspectiva do acolhimento como risco ao desenvolvimento, tem-se uma série de estudos. Por exemplo, mostra-se que a vivência institucional pode apresentar tantos ou mais riscos quanto a rua para as crianças e adolescentes. Essas vivências atingem os vínculos e suas manutenções, pois desconsideram a individualidade e impossibilitam as escolhas pessoais (Gonzalez, Abaid, & Dell'Aglio, 2012; Siqueira & Dell'Aglio, 2006; Yunes, Miranda, & Cuello, 2004). Outros estudos mostram que crianças precocemente institucionalizadas podem apresentar déficits cognitivos elevados quando comparadas a outras que não tiveram a mesma experiência. Danos frequentemente causados pelo convívio prolongado em ambiente institucional podem não ser decorrentes apenas da privação da convivência em família, mas existem outros fatores que são considerados fundamentais para produzir efeitos negativos ao desenvolvimento da pessoa, tais como interações limitadas entre cuidador-criança e um

ambiente com déficit em estimulação. A pobreza relacional, portanto, é vista como um fator que pode trazer grandes prejuízos ao desenvolvimento da criança e do adolescente (Corrêa, 2011; Yunes, Miranda, & Cuello, 2004).

Gonzalez, Abaid, e Dell’Aglío (2012), assim como Siqueira e Dell’Aglío (2006) apontam que as relações com os educadores tendem a ser marcadas por falta de afeto, diálogo e que a maioria dos acolhimentos não oferecem vivências de relações calorosas e contínuas com um cuidador, pois há a dificuldade de permanência de uma profissional que desempenhe, de forma regular e contínua, o papel de mãe. Os cuidados físicos básicos são satisfatórios, mas, quando se refere às questões afetivas e intelectuais, a criança institucionalizada não tem liberdade de fazer escolhas, não tem privacidade, nem atenção individualizada e o trabalho desses profissionais exerce pouca influência sobre o desenvolvimento cognitivo e afetivo infantil, principalmente devido às frequentes trocas, tanto de educadores como da administração das instituições. (Magalhães, Costa, & Cavalcante, 2011).

Com base no panorama descrito acima é que, por muito tempo, a literatura sobre esse tema frisou a realidade dos serviços de acolhimento apenas enquanto risco ao desenvolvimento das crianças/adolescentes que neles viviam. Hoje, porém, uma visão mais ampla e complexa dessa realidade tem sido enfatizada. É sobre essa última perspectiva, portanto, que esse trabalho está assentado: a compreensão de que o acolhimento pode trazer benefícios e proporcionar a proteção das crianças e adolescentes acolhidos. Importante considerar, no entanto, que a assunção dessa possibilidade (instituições de acolhimento podem funcionar como fatores de proteção ao desenvolvimento) não implica a negação por completo da primeira concepção, tradicionalmente mais veiculada no senso comum e mesmo nas pesquisas acadêmicas (acolhimento como risco).

Os autores que advogam a perspectiva do acolhimento como proteção partem, sobretudo, da consideração da existência de mantimentos materiais e físicos nas instituições, adequados para suprir as necessidades das crianças/adolescentes atendidos; além de poder se constituir como um ambiente seguro e afetivo que lhes garante condições para o desenvolvimento (Gonzalez, Abaid, & Dell’Aglío, 2012; Siqueira & Dell’Aglío, 2006). Sobretudo quando se compara os serviços de acolhimento às realidades anteriores de privação econômica e violências diversas, anteriormente vividas

pelas crianças/adolescentes, é possível supor a dimensão protetiva que o acolhimento pode desempenhar na vida dessa população que teve seus direitos violados.

A partir da compreensão de que o acolhimento pode se configurar como proteção, alguns estudos têm descrito práticas e/ou perspectivas de atuação que visam promover tal aspecto. Yunes, Miranda, e Cuello (2004), por exemplo, afirmam que uma criança ou adolescente abrigados necessitam mais do que relacionamentos interpessoais fugazes e superficiais. A interação com pessoas, objetos, símbolos, e com um mundo acolhedor lhes indica possibilidades de bem-estar e desenvolvimento. Por isso, as autoras expõem propostas respaldadas pelo conhecimento das necessidades apresentadas pelos profissionais dos abrigos pesquisados. Entre as propostas estão a promoção de programas lúdicos, de atividades junto às crianças, adolescentes e funcionários incentivando o reaprendizado das brincadeiras infantis; oportunizar encontro entre profissionais e troca de experiências de diversas instituições; capacitar os cuidadores e incentivar a reflexão sobre temas que permeiam as suas práticas. O profissional influencia diretamente no desenvolvimento cognitivo, social e afetivo das crianças e adolescentes (Yunes, Miranda, & Cuello, 2004).

Outras características próprias do desenvolvimento influenciarão nos fatores de proteção. Um deles é o desenvolvimento cognitivo que se constitui com relevância. Estudos apontam que o desempenho escolar e o nível intelectual são considerados fatores individuais que podem moderar os efeitos negativos do estresse, operando como fator de proteção e atuando como promovedor de inclusão social (Yunes, Miranda, & Cuello, 2004).

A satisfação de vida é outro ponto importante a ser investigado entre as crianças e adolescentes afastados da família. Ela é um componente do bem-estar subjetivo e está relacionada à avaliação cognitiva global, aos julgamentos que um indivíduo faz sobre sua própria vida, envolvendo aspectos racionais e intelectuais. Além de uma avaliação global, o indivíduo também pode emitir julgamentos de domínios específicos de sua vida, como trabalho, escola, amizades, amor, entre outros (Salina-Brandão & Williams, 2009; Yunes, Miranda, & Cuello, 2004).

Entre os fatores associados à satisfação de vida, encontra-se a rede de apoio social definida como conjunto de sistemas e de pessoas significativas que compõem os elos de relacionamento recebidos e percebidos do indivíduo. A rede de apoio social está

associada à saúde e ao bem-estar dos indivíduos, sendo um fator fundamental para o processo de adaptação a situações de estresse e de suscetibilidade a distúrbios físicos e emocionais atuando como fator de proteção. As crianças e adolescentes que vivem em acolhimentos institucionais, as pessoas com as quais eles convivem passam a integrar as suas redes de apoio social e afetivo, fazendo da instituição o seu ambiente principal. É no acolhimento institucional que realizam um grande número de atividades, desempenham papéis e funções e interagem, abrindo espaço para o desenvolvimento de relações recíprocas, de equilíbrio de poder e de afeto estável (Salina-Brandão & Williams, 2009; Siqueira & Dell’Aglío, 2006; Siqueira & Dell’Aglío, 2010; Yunes, Miranda, & Cuello, 2004). Nesse sentido, Magalhães, Costa, e Cavalcante (2011) sublinham a importância do trabalho do educador social, ressaltando o lugar de destaque que este tem na prevenção de efeitos traumáticos gerados pela convivência, precoce e prolongada, em instituições asilares.

O debate sobre o risco e a proteção que a institucionalização acarreta toma um conjunto de grandes desafios teóricos, metodológicos, éticos e políticos. De acordo com os estudos de Cavalcante, Silva, e Colino (2010), ao pensarmos mudanças no modo como a proteção especial à criança e ao adolescente deve ser materializada, devemos pensar, sobretudo, em termos de uma teia de responsabilidades comuns que envolvem essencialmente a família, a sociedade e o Estado, reportando à existência de desafios que podem e devem ser compartilhados por diferentes atores sociais.

Por isso, algumas propostas são dadas visando diminuir os riscos e potencializar a proteção, entre elas a avaliação da aplicação do acolhimento, ficando restrita a casos em que haja efetivamente grave risco à vida e à segurança da criança e do adolescente, onde se destacam eventos trágicos como conflitos armados, calamidades e epidemias. Outra proposta é o monitoramento e avaliação dos aspectos da qualidade do ambiente e dos cuidados oferecidos na instituição à criança e ao adolescente, tendo em vista que mudanças na estrutura e dinâmica dos abrigos podem tornar o ambiente mais propício à interação social e às trocas afetivas. E, enfim, o incentivo às formas alternativas ao acolhimento institucional e estratégias de mobilização de recursos na comunidade de origem da criança e do adolescente, propondo programas que criam a figura da família acolhedora, do padrinho solidário e/ou afetivo (Cavalcante, Silva, & Colino, 2010; Rizzini & Rizzini, 2004; Yunes, Miranda, & Cuello, 2004).

Ao processo de saída de um serviço de acolhimento e o retorno à família (seja ela a de origem, a extensa ou a adotiva), dá-se o nome de reinserção familiar. Trata-se de um tema bastante importante no cotidiano das instituições e central nas normas legais que orientam o atendimento nesses espaços. Além disso, dependendo da forma como é realizada/vivenciada pelos diferentes atores (criança/adolescente, familiares e educadores/técnicos das instituições, dentre outros) e contextos envolvidos (instituição, lares de origem ou substitutos, judiciário, rede de apoio comunitária, etc.) pode estar funcionando como um fator de risco ou proteção dos acolhidos, decorrendo daí a importância de se estudá-lo.

### **2.3. Reinserção Familiar**

O desenvolvimento humano é um fenômeno complexo e acompanha um constante processo de transformação, se tornando multideterminado tanto por fatores próprios dos indivíduos (traços de personalidade, características físicas, biológicas), quanto por aspectos mais amplos do contexto social no qual estão inseridos (ambiente físico, as oportunidades e os recursos oferecidos pelo contexto, os valores e as crenças da cultura, os momentos históricos e as questões sociais e econômicas). Por sermos sujeitos em constituição, necessitamos de tempo, de oportunidade, adequada estimulação para crescermos saudáveis, com proteção, afeição e cuidados especiais (Dessen & Braz, 2005).

Essa proteção integral é responsabilidade prioritária da família que deve assegurar à criança, ao adolescente, ao idoso e às pessoas com deficiências, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e agressão (ECA, 1990).

A partir da Constituição Federal de 1988 – CF, o direito à convivência familiar e comunitária passa a ser visto como um direito fundamental de cada cidadão e como um fator primordial para o seu desenvolvimento saudável. Dessa forma, Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) reforça que toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a

convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.

Porém, a provisão de direitos não fica somente a cargo da família. A rede comunitária e o próprio Estado se inserem nessa parceria. Os artigos I e II da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (1993), por exemplo, ressaltam que é direito do cidadão e dever do Estado, ou seja, da Política de Seguridade Social prover os mínimos sociais a todos os cidadãos.

Para isso, deve ocorrer um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas das famílias. Dessa forma, entre os objetivos da assistência social, destacam-se a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e o amparo às crianças e adolescentes carentes. E quando a medida for a institucionalização faz-se necessário investir no processo “urgente” de reinserção familiar.

A Reinserção Familiar tem sido discutida nos diversos setores da sociedade, incluindo-se aí as entidades governamentais e não governamentais, além de grupos de pesquisa nas Universidades. Nesse sentido, o presente tópico busca apresentar um panorama dos estudos até então realizados acerca dessa temática.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) apresenta 33 artigos (do art. 19 ao art. 52) que tratam do direito à convivência familiar e comunitária. Em linhas gerais, tais artigos propõem que: a manutenção ou reintegração de criança ou adolescente à sua família tem preferência em relação a qualquer outra providência; aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais; a falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar; não existindo outro motivo que por si só autorize a decretação da medida, a criança ou o adolescente será mantido em sua família de origem, a qual deverá obrigatoriamente ser incluída em programas oficiais de auxílio. Por fim, o estatuto também apregoa que é dever de todos zelar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

A efetivação do direito à convivência familiar e comunitária apresentada no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes

à Convivência Familiar e Comunitária traz como marca as seguintes diretrizes: centralidade da família nas políticas públicas; primazia da responsabilidade do Estado no fomento de políticas integradas de apoio à família; reconhecimento das competências da família na sua organização interna e na superação de suas dificuldades; respeito à diversidade étnico-cultural, à identidade e orientação sexuais, à equidade de gênero e às particularidades das condições físicas, sensoriais e mentais; fortalecimento da autonomia da criança, do adolescente e do jovem adulto na elaboração do seu projeto de vida; reordenamento dos programas de acolhimento institucional; adoção centrada no interesse da criança e do adolescente; e controle social das políticas públicas (CONANDA/CNAS, 2006).

É importante destacar que a convivência familiar e comunitária também está relacionada ao processo de desligamento institucional e de reinserção familiar, visto que a medida protetiva do acolhimento institucional é excepcional e provisória. Assim, torna-se necessário promover o retorno à família de origem da forma mais segura e rápida possível não se prolongando a institucionalização por mais de dois anos. A partir dessas considerações, uma série de medidas são propostas para que sejam mantidos os vínculos afetivos das crianças e adolescentes institucionalizados com seus familiares, sendo responsabilidade da equipe das instituições de acolhimento a promoção, a avaliação e a preparação dos processos de reinserção familiar (ECA, 1990; Siqueira, 2012).

Siqueira e Dell'Aglio (2010) define a reinserção familiar como um processo de saída de um acolhimento e o retorno à família, podendo ser a de origem, a extensa e a adotiva. Além disso, atua em prol da garantia do direito fundamental à convivência familiar e comunitária (ECA, 1990;). São inúmeras as expressões que se referem ao processo de saída de uma instituição de acolhimento e o retorno à família, entre elas destacam-se: desligamento institucional, desabrigamento, reintegração familiar, desinstitucionalização, retorno à família/convivência familiar, reunificação familiar e reinserção familiar (Azor & Vectore, 2008; Silva & Nunes, 2004; Siqueira & Dell'Aglio, 2007). O presente trabalho opta pelo último – reinserção familiar, por remeter a um processo gradual e complexo, onde se trabalha o público institucionalizado, o contexto familiar e comunitário.

No intuito de obter uma abrangência maior da literatura científica acerca do tema “Reinserção familiar de crianças e adolescentes institucionalizado com histórico de situação de rua” analisaram-se artigos compreendidos nas bases de dados: *Scielo*, *Lilacs*, *Pepsic*, *Index Psi* e *PsycInfo*. A revisão levou em consideração o período de 2005 a 2014 por pretender realizar um levantamento dos estudos mais amplos e recentes acerca do tema. No processo de pesquisa, utilizaram-se os seguintes descritores: “Reinserção Familiar”; “Reinserção Familiar x situação de rua”; “Reinserção Familiar x rua”; “Reintegração familiar”; “Reintegração familiar x Situação de rua”; “Reintegração familiar x rua”; “Reunificação Familiar”; “Reunificação Familiar x situação de rua”; “Reunificação Familiar x rua”; “Desinstitucionalização”; “Desinstitucionalização x situação de rua” e “Desinstitucionalização x rua”; “*Family reintegration*”; “*Family reintegration x Situation street*”; “*Family reintegration x homelessness*”; “*Family reunification*”; “*Family reunification x homeless*”; “*Family reintegration x street children*”; “*Desinstitutionalization x street children*” no intuito de abranger o máximo possível de estudos.

Após o levantamento das publicações, foram lidos e analisados os resumos segundo os critérios de inclusão/exclusão estabelecidos. Como critérios de inclusão, destacam-se: artigos publicados apenas em periódicos indexados; trabalhos publicados nos idiomas inglês, espanhol e português; e, ainda, trabalhos empíricos e teóricos acerca do tema. Os resumos condizentes com os critérios adotados foram selecionados, partindo-se daí para a busca dos trabalhos completos. Os artigos foram analisados de acordo com ano de publicação, origem, método, objetivos e principais resultados encontrados.

No que se refere aos critérios de exclusão, foram recusados diversos tipos de trabalhos, tais como dissertações, teses, resenhas, livros e capítulos de livros. A fim de buscar apenas trabalhos submetidos a um processo rigoroso de avaliação, tão necessário para garantir a qualidade da produção científica, foram selecionados apenas artigos publicados em periódicos indexados. Foram excluídas, ainda, publicações distantes do tema (por exemplo: reinserção familiar de crianças e adolescentes em processo de adoção, reinserção familiar de usuários dos serviços de saúde mental, reinserção familiar de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, reinserção familiar de pacientes que recentemente fizera transplante de órgãos, em entre outras),

visto o foco ser a reinserção familiar de crianças e adolescentes institucionalizados com histórico de situação de rua/vulnerabilidade social, mas com vínculos familiares, mesmo que sejam fragilizados. Por último, os artigos duplicados foram contabilizados apenas uma vez. Ao fim da análise dos critérios, restaram 12 artigos para o estudo, como se pode observar na Figura 1.

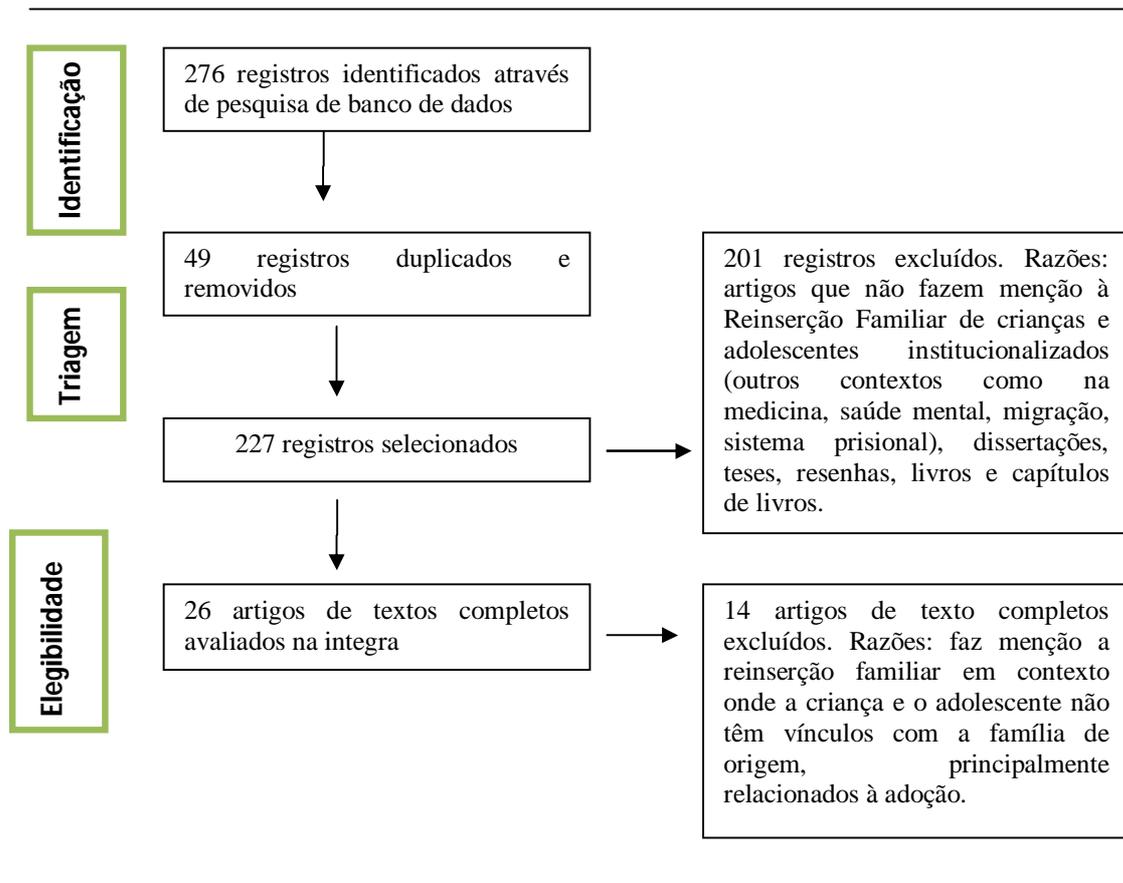


Figura 1. Percurso metodológico de seleção dos artigos

Os descritores elencados possibilitaram identificar 227 artigos científicos indexados no período de 2005 a 2014. Destes, apenas 12 artigos foram selecionados a partir dos critérios de inclusão/exclusão, formando, assim, o *corpus* de análise da presente dissertação.

Tabela 1

*Caracterização dos artigos analisados quanto à origem, ao tipo de estudo e ao método utilizado*

<b>Categorias de Análise</b>		<b><i>f</i> (%)</b>
Origem	Nacional	10(84%)
	Internacional	2 (16%)
Tipo de estudo	Empírico	10 (84%)
	Teórico	2 (16%)
Método	Qualitativo	12 (100%)
	Multimétodos	- - -
	Quantitativo	- - -

A Tabela 1 apresenta dados que caracterizam os estudos a partir da origem, tipo e delineamento utilizado. Dos estudos selecionados para a análise, 10 (84%) eram de origem nacional e 2 (16%) era de origem internacional, predominando estudos empíricos ( $n = 10$ ; 84%). Dentre os estudos empíricos, todos ( $n = 12$ ; 100%) utilizavam o método qualitativo não encontrando estudos que usassem o método quantitativo para sua realização. Comparando-se os estudos nacionais e internacionais, verifica-se que, tanto no Brasil como internacionalmente, há uma tendência à publicação maior de artigos qualitativos e quando se utiliza o método quantitativo, este vem seguido, também, de outras técnicas qualitativas de coleta e análise de dados. Sobre o ano de publicação, verificou-se a predominância de artigos no ano de 2010 ( $n = 4$ , 35%). Em menor quantidade, apareceram os anos de 2011 ( $n = 2$ , 17%), 2005, 2007, 2008, 2009, 2012 e 2014 (ambos com  $n = 1$ , 8%).

No intuito de melhorar a visualização das características dos estudos analisados, elaborou-se a Tabela 2, na qual constam os itens: autor/ano, país, métodos e objetivos. Tal tabela foi constituída somente para os artigos dessa categoria por apresentarem a essência deste trabalho que diz respeito à reinserção familiar de crianças e adolescentes institucionalizados.

Tabela 2

*Principais características dos artigos sobre reinserção familiar e institucionalização de crianças e adolescentes*

<b>Autor/Ano</b>	<b>País</b>	<b>Métodos</b>	<b>Objetivos</b>
Rosa et al. (2012)	Brasil	Qualitativo	Acompanhar o desenvolvimento de oito adolescentes, quatro meninas e quatro meninos, acolhidos em duas instituições e seus processos de desligamento institucional.
Siqueira et al.(2010)	Brasil	Qualitativo	Compreender longitudinalmente o processo de reinserção familiar de três adolescentes que moravam em abrigos.
Siqueira e Dell'Aglio (2011)	Brasil	Qualitativo	Discutir sobre as políticas de garantia desse direito, a partir de programas que visam à preservação e à reinserção familiar.
Siqueira et al. (2011)	Brasil	Qualitativo	Investigar o processo de fracasso na reinserção familiar e a subsequente reinstitucionalização de duas adolescentes.
Vasconcelos et al. (2009)	Brasil	Qualitativo	Investigar as interações entre famílias e as instituições de abrigo a partir do modelo bioecológico de desenvolvimento humano de Urie Bronfenbrenner.
Azôr e Vectore (2008)	Brasil	Qualitativo	Conhecer o papel desempenhado pelas famílias de adolescentes ex-abrigados em uma instituição do município de Uberaba (MG), durante o processo de institucionalização/desinstitucionalização que viveram.
Delgado (2010)	Portugal	Qualitativo	Caracterizar o modelo de acolhimento familiar português, destacando, nomeadamente, a sua

evolução histórica mais recente, os conceitos e tipologias que mobiliza, as práticas que manifesta e os desafios que se colocam ao seu desenvolvimento.

Siqueira e Dell'Aglio (2007)	Brasil	Qualitativo	Investigar os fatores de risco e proteção presentes no processo de reinserção familiar de uma adolescente de 12 anos, que esteve abrigada por seis meses devido a suspeita de abuso sexual por parte do padrasto.
Aguirre (2010)	México	Qualitativo	Relacionar teoricamente a situação de rua no México e as políticas para reinserção familiar
Pereira e Costa (2005)	Brasil	Qualitativo	Investigar a interação entre Justiça e abrigo quanto ao cadastramento para adoção de crianças maiores e adolescentes, atentando para entraves e dificuldades no processo e possíveis relações com crenças, valores, atitudes e imaginário das pessoas envolvidas.
Silva et al. (2014)	Brasil	Qualitativo	Investigar aspectos da psicologia dos cuidadores, tomando o avô e a avó como figuras de referência na família de crianças que viviam em uma instituição socioassistencial, com destaque para concepções e conhecimentos que estes têm acerca do desenvolvimento infantil, assim como suas metas e estratégias de socialização e formas de interação com os netos.
Cavalcante et al. (2010)	Brasil	Qualitativo	Refletir sobre a reinserção familiar de crianças e adolescentes institucionalizados, apresentando estratégias e procedimentos necessários à preparação do seu retorno à convivência em família.

---

Dessa forma, os artigos levam em consideração que a família de origem deve ser priorizada na manutenção de vínculo e sua reintegração rápida facilitará para que essas crianças e adolescentes sintam-se inseridos em um ambiente familiar. Já que a separação, em alguns casos, é inevitável, é preciso trabalhar em prol da manutenção. Siqueira e Dell’Aglío (2007) apontam que as maiores dificuldades para o retorno das crianças e adolescentes às suas famílias de origem, relatadas pelos dirigentes de acolhimentos são: as precárias condições socioeconômicas (35,4%), a fragilidade, ausência ou perda do vínculo familiar (17,6%) e a ausência de políticas públicas e de ações institucionais de apoio à reestruturação familiar (10,7%), entre outros.

Sobre os fatores de risco e proteção presentes no processo de reinserção familiar de adolescentes que estiveram abrigadas destacam-se os estudos de Siqueira e Dell’Aglío (2007, 2011). As autoras indicaram a existência de expressivos e numerosos fatores de risco no ambiente familiar: a situação de vulnerabilidade social das famílias quando da volta das crianças/adolescentes; não houve uma preparação dos jovens e familiares para o retorno; e não foi disponibilizado apoio após o desligamento da instituição. Alguns adolescentes demonstraram satisfação com a reinserção após alguns meses de desligamento, embora a situação de pobreza e baixo desempenho escolar fossem percebidos como problemas pelos participantes. Mesmo assim os problemas na condução da reinserção fizeram com que a adolescente, do estudo de caso, fosse reabrigada.

Além desses aspectos, os estudos citados acima mostraram que não existe um programa de avaliação e acompanhamento de egressos dos acolhimentos e, muitas vezes, as instituições de acolhimento não possuem equipe ou habilitação técnica para realizar este trabalho. A prática de promover visitas periódicas entre os abrigados e seus familiares foi encontrada na totalidade dos casos, contudo, se não forem planejadas em conjunto com as famílias e estas não forem orientadas e ajudadas nesse processo de reconexão, as visitas não serão um importante instrumento para o sucesso na reinserção. De fato, as instituições que possuem assistentes sociais, psicólogos e educadores sociais, parecem realizar esta avaliação e acompanhar o desligamento. Entretanto, este trabalho acaba sendo um entre tantos outros que a equipe deve realizar. Existe uma dificuldade para efetivar esta determinação legal em sua plenitude (Siqueira & Dell’Aglío, 2007, 2011).

Discute-se, ainda, a necessidade de políticas públicas e de profissionais capacitados que visem à promoção da convivência familiar. Assim, a organização, governamental ou não, poderia focalizar especificamente os processos de reinserção familiar, desde a avaliação e preparação das famílias e abrigados, até o acompanhamento posterior dos casos, realizando visitas domiciliares frequentes e encaminhando-os para programas profissionalizantes e de tratamento de saúde, por exemplo. Estas equipes poderiam ser implementadas através do Sistema Único da Assistência Social, que desenvolve programas e projetos voltados à Proteção Social Básica (prevenção de situação de riscos pessoal e social, fortalecendo a potencialidade das famílias e dos indivíduos) e Proteção Social Especial (voltada à proteção de famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social) (Siqueira & Dell'Aglio, 2007, 2011).

O processo de fracasso na reinserção familiar e a subsequente reinstitucionalização de adolescentes são bastante citados nos estudos. Entre os fatores relacionados destacam-se a carência de uma avaliação prévia da situação, considerando a motivação e preparação da família e das jovens para o processo, assim como a falta de um acompanhamento sistemático no período de reinserção (Siqueira, Massignan, & Dell'Aglio, 2011).

Azôr e Ectorec (2008) objetivaram no seu estudo conhecer o papel desempenhado pelas famílias de adolescentes ex-abrigados em uma instituição do município de Uberaba (MG), durante o processo de institucionalização/desinstitucionalização que viveram. O estudo foi realizado com cinco famílias que tiveram seus filhos abrigados e que recuperaram o direito de inseri-los no contexto familiar. Os instrumentos utilizados no trabalho foram: a análise do livro de registros do acolhimento, para a seleção da amostra estudada; fichas de identificação socioeconômica dos genitores e adolescentes; entrevistas semi-estruturada gravadas em áudio com os adolescentes, contendo dados sobre a situação da família no momento da institucionalização; entrevistas semi-estruturada gravadas em áudio com os genitores, contendo dados sobre a situação da família no momento da institucionalização, do período de abrigamento e do período pós abrigamento; pastas arquivadas dos adolescentes, para a confirmação dos dados oriundos das entrevistas (intercorrências no período de abrigamento); e entrevista com diretora da instituição e diários de campo. As autoras destacam que as causas que levam ao acolhimento são

multifatoriais, associadas à pobreza, carência de rede de apoio sócio-psicológica para a família, ausência da figura paterna e desestruturação familiar. O período de institucionalização apresentou-se como doloroso para filhos e genitores. O trabalho das instituições envolvidas, o desejo dos adolescentes de sair do acolhimento e a reestruturação financeira das famílias foram fatores que auxiliaram no desligamento dos abrigados. Contudo, o estudo evidenciou a necessidade de um acompanhamento multiprofissional após o desligamento (Azôr & Ectorec, 2008).

Estudos sobre adoção também aprofundam a temática da reinserção familiar (Bento, 2008; Rosa, Santos, Melo, & Souza, 2010). Nessa prática de intervenção trabalham-se as dificuldades de estabelecimento de vínculo durante o processo de desabrigamento e adoção tardia. Bento (2008), por exemplo, destacou o desenvolvimento da capacidade de estabelecer vínculo, a qual estava prejudicada por uma longa vivência institucional e que o período longo entre a separação da mãe natural e a inserção em família substituta favoreceu a instalação de privação afetiva, dificultando sua capacidade de estabelecer vínculo.

Por isso, a reinserção dessas crianças e adolescentes deve começar na comunidade, em áreas residenciais, oferecendo ambiente acolhedor e ter aspecto semelhante ao de uma residência, sem distanciar-se excessivamente, do ponto de vista geográfico e socioeconômico, da comunidade de origem das crianças e adolescentes atendidos. O atendimento prestado deve ser personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local (CONANDA/CNAS, 2008).

Diante da atenção diferenciada às vulnerabilidades específicas e o interesse pela reinserção familiar, a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais elaborada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS, 2009) destaca os serviços e algumas metodologias facilitadoras:

- a) Nos acolhimentos especializados no atendimento de adolescentes grávidas ou com filhos faz-se necessário focar na vinculação mãe-criança, no desenvolvimento de habilidades para o cuidado, na construção de um projeto de vida e desenvolvimento da autonomia, de modo a garantir a proteção à adolescente e a seu(s) filho(s). Podem, dessa forma, contribuir particularmente para a prevenção da perpetuação de ciclos intergeracionais de ruptura de

vínculos, abandono, negligência ou violência, representando importante recurso para garantir o direito à convivência familiar da adolescente e da criança;

- b) Nos acolhimentos especializados no atendimento de adolescentes sem vínculos familiares, há perspectivas de permanência em medida de proteção até a maioridade. Os acolhimentos desenvolvem uma metodologia voltada à aquisição da autonomia e à construção de vínculos comunitários significativos. Esse serviço, que pode ser organizado em unidades femininas ou unidades masculinas, tem como objetivo trabalhar pela potencialização do processo de autonomia de adolescentes com perspectivas de acolhimento até a maioridade, sem rede familiar que possa apoiá-los após o desligamento. Há maior investimento no fortalecimento de vínculos comunitários, na ampliação do acesso à educação, qualificação profissional e progressiva autonomia do adolescente para o cuidado consigo mesmo e o cumprimento de suas responsabilidades;
- c) Já os acolhimentos especializados no atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua funcionam como um serviço de transição entre a rua e a reintegração familiar ou encaminhamento para um serviço de acolhimento mais estável. Para tanto, deve contar com equipe técnica e educadores com experiência em trabalho com criança e adolescente em situação de rua e conhecimentos em temáticas relacionadas, como, por exemplo, violência, uso, abuso ou dependência de álcool e outras drogas, etc. Diferentemente dos demais serviços de acolhimento, esse serviço costuma ofertar em suas dependências atividades lúdicas, culturais e outras, organizadas como oficinas, como parte integrante de uma estratégia para a aproximação gradativa e construção de um vínculo de confiança com a criança e o adolescente, de forma a facilitar o desenvolvimento do trabalho.

Importante destacar que no trabalho com crianças e adolescentes em situação de rua há a necessidade da articulação permanente com educadores de rua, com o Conselho Tutelar, com a rede de saúde e educação. A articulação com a área de educação possibilitará, assim, o planejamento de uma reinserção gradativa da criança e do adolescente na rede de ensino. Já a área da saúde estará nesse processo de reinserção

familiar quando incluir a capacitação continuada e o acompanhamento dos profissionais do acolhimento em relação aos cuidados adequados a crianças e adolescentes com histórico de uso, abuso ou dependência de álcool e outras drogas, além de disponibilizar aos usuários atendimento especializado, inclusive em saúde mental, quando necessário. Tanto o trabalho de aproximação quanto o acolhimento propriamente dito têm como objetivo reintroduzir a criança e o adolescente gradativamente em uma rotina doméstica, resgatando o convívio familiar e comunitário, reinserindo-os na rede de educação (CONANDA/CNAS, 2006).

Nesse sentido, esses serviços devem passar por uma constante avaliação, no máximo, a cada seis meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou colocação em família substituta. Além disso, conforme referido anteriormente, o programa de acolhimento não se prolongará por mais de dois anos, salvo comprovada necessidade fundamentada pela autoridade judiciária (ECA 1990).

É responsabilidade da equipe técnica do Serviço de Acolhimento Institucional promover a reinserção familiar no instante em que a família apresentar condições favoráveis para acolher esse jovem. Enquanto isso, o acolhimento se responsabilizará por promover o restabelecimento e a preservação dos vínculos familiares; comunicar às autoridades jurídicas, periodicamente, os casos inviáveis de reatamento dos vínculos; proceder a um estudo social e pessoal de cada família; reavaliar periodicamente cada caso, dando ciência dos resultados à autoridade competente; manter programas destinados ao apoio e acompanhamento de egressos, entre outras determinações (ECA, 1990; Siqueira & Dell’Aglío, 2011).

A reinserção familiar de crianças e adolescentes com suas famílias constitui uma área complexa no que diz respeito às políticas públicas de proteção ao bem estar desta população. Tendo em vista que a reinserção familiar não é somente a reunião física de crianças e adolescentes, que estavam sob cuidados não-familiares, com suas famílias de origem, mas também abrange um entendimento mais amplo, enquanto reunificação psicológica (Maluccio, Warsh, & Pine, 1993; Siqueira & Dell’Aglío, 2011).

Esse processo planejado de reconexão de crianças e adolescentes com suas famílias se faz através de uma variedade de serviços e apoios não somente às crianças,

mas, também, às suas famílias, aos cuidadores substitutos e a outras pessoas envolvidas nesse processo. Portanto, promover esta política de reinserção familiar é agir em prol da conservação dos laços afetivos familiares e do sentimento de conexão da criança com os membros da sua família, mesmo antes da reunião física (Maluccio, Warsh, & Pine, 1993; Siqueira & Dell’Aglia, 2011).

Dessa forma, um Estado e uma sociedade comprometidos com a importância dos vínculos familiares, enquanto condição de desenvolvimento pleno para seus membros devem envolver-se com a criação de possibilidades para a reconstrução ou resgate de famílias que necessitam da intervenção social, a fim de satisfazerem uma das necessidades essenciais para criança e adolescente: o amor, a proteção, a aposta em seu desenvolvimento enquanto um ser em crescimento, a construção de um cidadão digno e responsável (Fante & Cassab, 2007).

Todavia, apesar de estabelecerem a prioridade de um trabalho com as famílias, nem sempre esses programas conseguem dar apoio e garantir o processo de reinserção. Geralmente, a partir do momento que ocorre uma interrupção no acolhimento, no seu processo, deixa-se evidente a existência de uma fragilidade significativa nos programas de reinserção familiar e social. Esse retorno à família é, sem dúvida, uma etapa muito delicada quando se trata de reinserção de crianças e adolescentes em situação de maus tratos, uma vez que lá, geralmente, permanecem vivos muitos dos problemas que contribuíram para a institucionalização e o rompimento dos vínculos familiares. É justamente nesta etapa que o acompanhamento dos profissionais e o suporte técnico para todos os envolvidos nesta situação são interrompidos (Silva & Nunes, 2004).

Isso acontece, de acordo com Silva e Nunes (2004), por falta de recursos materiais e humanos para dar continuidade ao programa ou, não raro, por falta de conscientização da importância desse momento para a efetivação do processo de reinserção. Esta lacuna que se institui evidencia que por detrás da criança/adolescente maltratada, geralmente está uma família desassistida pelos serviços de saúde e de ação social. A ruptura no processo de reinserção pode ser suficiente para comprometer o futuro tanto destas crianças, quanto de suas famílias. Além disso, esses filhos estão vivendo uma fase de seu desenvolvimento (infância e adolescência) que, mesmo quando o contexto é satisfatório, já não é fácil para a família manejá-los e, mais difícil se torna, quando o ambiente é permeado de adversidades. Nesses casos, redobra-se a importância

e a necessidade de suporte social a essas famílias já que este é um elemento essencial para que esses jovens tenham a chance de construir uma trajetória de vida saudável, apesar dos problemas que enfrentam.

Assim, é necessária a discussão sobre as políticas públicas que assegurem um acompanhamento dessas transições, para que a reinserção familiar de crianças e adolescentes possam acontecer, de forma segura e definitiva, evitando novas rupturas de vínculos, e para que o direito à convivência familiar e comunitária de jovens institucionalizados possa ser efetivado (Siqueira & Dell'Aglio, 2010, 2011).

#### **2.4. Uma visão Bioecológica da Reinserção Familiar**

A presente dissertação propõe uma análise da reinserção familiar, através da Abordagem Bioecológica do Desenvolvimento Humano (ABDH), desenvolvida por Urie Bronfenbrenner (1979/1996, 2005/2011). Tal Abordagem passou por duas fases essenciais. Na primeira, o autor descreveu o modelo ecológico dando uma maior ênfase ao papel do ambiente durante o desenvolvimento, conferindo menor atenção aos processos individuais. Essa fase culminou na publicação do livro *Ecology of Human Development* em 1979, traduzido e publicado no Brasil em 1996 (Ceconello & Koller, 2003; Narvaz & Koller, 2004; Santana & Koller, 2004).

A segunda fase é composta por uma série de trabalhos que desenvolvem criticamente o modelo original. Nesse novo modelo Bronfenbrenner propõe uma recombinação dos principais componentes do modelo ecológico com novos elementos em relações mais dinâmicas e interativas, passando a ser denominado como modelo bioecológico. Essa nova versão traz o processo para uma posição central, não tratando a interação como uma função do ambiente, mas como uma função do processo, que é definido em termos da relação entre o ambiente e as características da pessoa em desenvolvimento (Narvaz & Koller, 2004).

Delgado (2012) afirma que essa relação entre o ambiente e o desenvolvimento humano, enfatiza o modo como o espaço ecológico-social em que o indivíduo está inserido influencia o seu percurso, condicionando ou potenciando, por intermédio das interações que, ao longo da vida, os indivíduos mantêm com o meio envolvente. Nessa perspectiva, os sujeitos estão longe de ser um produto passivo do ambiente, mas são

agentes dinâmicos do mesmo, construindo realidades através da interação com os elementos demográficos, físico-naturais, sociais e culturais de uma comunidade.

A Abordagem Bioecológica do Desenvolvimento Humano (ABDH) visualiza o desenvolvimento como uma interação recíproca entre a pessoa e o seu contexto através do tempo. Portanto, a partir da análise dos quatro níveis de análise descritos por Bronfenbrenner: Pessoa, Processo, Contexto e Tempo (PPCT), busca-se gerar uma compreensão mais ampla e contextualizada do desenvolvimento humano (Narvaz & Koller, 2004; Rosa, Santos, Melo, & Souza, 2010).

Enquanto um exemplo de teoria sistêmica, a perspectiva bioecológica reconhece a interdependência e a inter-relação entre os diferentes níveis ambientais e os seus componentes, produzindo, no seu conjunto, um meio que é globalmente distinto da mera soma de cada uma das suas parcelas. Assim, o ambiente ecológico é comparado a uma série de estruturas encaixadas como um conjunto de bonecas russas, colocadas da menor à maior, umas dentro das outras e que não ficam completamente fechadas. Também a relação entre as pessoas, e destas com os objetos e símbolos do contexto são enfatizadas, uma vez que se trata de um exemplo de teoria sistêmica (Bronfenbrenner, 1979/1996; Delgado, 2012; Rosa, Santos, Melo, & Souza, 2010).

No que se refere à investigação sobre a reinserção familiar de crianças e adolescentes institucionalizados, que estavam em situação de rua, a ABDH traz um olhar ampliado principalmente no reconhecimento e entendimento dos múltiplos processos evolutivos que influenciam esses sujeitos (Bronfenbrenner, 1979/1996; Siqueira, 2006; Siqueira & Dell'Aglio, 2006). Dessa forma, a interação dos quatro núcleos inter-relacionais (PPCT) propostos por Bronfenbrenner (1979/1996) são extremamente importantes para o entendimento de como ocorre a reinserção familiar desses adolescentes institucionalizados.

A primeira dimensão é a *pessoa*, a qual deve ser analisada tanto a partir de suas características determinadas biopsicologicamente quanto daquelas características que foram construídas na interação com o ambiente (Narvaz & Koller, 2004; Santana & Koller, 2004). Entende-se que as características da pessoa são tanto produtoras como produto do desenvolvimento, constituindo um dos elementos que influenciam a forma, a força, o conteúdo e a direção dos processos proximais e são ao mesmo tempo resultado da interação conjunta dos elementos que se referem ao processo, à pessoa, ao contexto e

ao tempo. Pode-se, por exemplo, pensar no caso de um menino (12 anos de idade), institucionalizado desde os 7 anos de idade por ter sido vítima de negligência familiar. No nível da pessoa, é importante, portanto, que se fique atento às suas características biopsicológicas que influenciam o seu desenvolvimento (características físicas, presença de doenças, deficiências ou déficits desenvolvimentais, características de temperamento e/ou personalidade, dentre outras). Tais características podem facilitar ou dificultar o desenvolvimento (ou mais especificamente, o processo de reinserção familiar), dependendo das relações estabelecidas e características do contexto onde o mesmo se encontra.

Porém, quando se refere à reinserção familiar, é importante considerar que se trata de um processo onde estão envolvidos diversos sujeitos, decorrendo daí a importância de considerar esses outros personagens (educadores e técnicos das instituições, diferentes membros da família – pai, mãe, avós, tios, irmãos, professores, dentre outros), ao invés de se centralizar unicamente na criança/adolescente que está sendo reinserido na família de origem ou substituta. Como se vê, a contribuição de Bronfenbrenner no nível da *pessoa* é a de não considerá-la como uma personagem isolada, dado que está em relação com outras pessoas e a de contemplar a análise de um maior número de características da mesma.

A segunda dimensão é o *processo* que passou a ser construído fundamental para o novo modelo da ABDH. Foi definida como a interação recíproca entre o organismo e o ambiente, ocorrida nos caminhos do desenvolvimento, formada pelas pessoas e seus diferentes objetos de interação que incluem outras pessoas, símbolos e objetos. Essas formas de interação no ambiente imediato são apresentadas como *processos proximais* que são os principais motores para o desenvolvimento humano e a sua análise permite focalizar processos de proteção e exposição ao risco, garantindo a promoção da saúde dos protagonistas do fenômeno (Bronfenbrenner & Morris, 1998; Bronfenbrenner, 2005/2011; Narvaz & Koller, 2004).

De tal modo, esses *processos proximais* são definidos por Bronfenbrenner e Morris (1998), a partir de cinco aspectos: 1) para ocorrer o desenvolvimento é necessário o engajamento da pessoa em uma atividade; 2) para ser eficaz, a interação deve acontecer em uma base relativamente regular, através de períodos prolongados de tempo; 3) as atividades devem ser progressivamente mais complexas, daí a necessidade

de um período estável de tempo; 4) para que os processos proximais sejam efetivos, deve haver reciprocidade nas relações interpessoais; e, 5) para que a interação recíproca ocorra, os objetos e símbolos presentes no ambiente imediato devem estimular a atenção, exploração, manipulação e imaginação da pessoa em desenvolvimento (Bronfenbrenner, 1999; Morais, 2009; Narvaz & Koller, 2004).

A forma, a força, o conteúdo e a direção dos processos proximais variam em seu efeito sobre o desenvolvimento como uma função conjunta das características biopsicológicas da pessoa, do ambiente, da natureza, dos resultados sobre o desenvolvimento, das mudanças e continuidades sociais ao longo do tempo e do período histórico em que a pessoa viveu. A maioria das pesquisas em desenvolvimento caracterizam as pessoas apenas como variáveis dependentes, já a ABDH traz as características da pessoa como influência fundamental sobre a direção e o conteúdo dos processos proximais (Narvaz & Koller, 2004).

Assim, os processos proximais podem conduzir a diferentes tipos de resultados evolutivos através de dois efeitos: 1) competência, que se refere à aquisição e ao desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e capacidade da pessoa em conduzir e direcionar o seu próprio comportamento através e situações e domínios evolutivos (intelectual, físico, sócio-emocional, artístico, etc.); e 2) disfunção, que se refere à manifestação recorrente de dificuldades em manter o controle e a integração do comportamento (Morais, 2009; Narvaz & Koller, 2004).

Os resultados da competência e/ou disfunção produzida é uma função conjunta das características biopsicológicas da pessoa, das características do ambiente (podendo variar entre o mais imediato ao mais remoto), da intensidade e da frequência do contato ao longo do tempo, durante o qual foi exposta ao processo proximal e ao ambiente no qual ocorreu. Dessa forma, os processos proximais produtores de competência tendem a ter maior impacto sobre o desenvolvimento e a saúde, quanto mais intensos e frequentes forem, assim com se acontecerem em ambientes favoráveis ou estáveis.

Pode-se pensar, por exemplo, hipoteticamente na reinserção familiar de um menino de 12 anos (institucionalizado desde os 7 anos). Nesse caso, acredita-se que a reinserção familiar dele é um processo que vem acontecendo até mesmo antes dele ter sido acolhido. Envolve a sua interação com pessoas de suas famílias (por exemplo, as visitas que recebeu ou deixou de receber); as tentativas anteriores de reinserção (com ou

sem sucesso); a interação desenvolvida com sucesso com um educador e com um irmão que também estava abrigado, dentre outros processos desenvolvimentais que poderiam ser aqui ilustrados.

Nesse sentido, é importante destacar a atribuição de significados dados pela pessoa em desenvolvimento às suas diversas experiências. Esses significados atribuídos aos diversos aspectos do contexto onde ocorre o desenvolvimento influenciam a maneira como a pessoa age e/ou reage a este ambiente (Santana & Koller, 2004/2011). Por exemplo, se esse menino atribui que a volta para a casa não é algo positivo em sua vida, uma vez que desde muito cedo foi acolhido e que a referência que tem de família é daquela formada no abrigo, pode-se prever que o retorno ao convívio familiar enfrentará algumas dificuldades.

A terceira dimensão é o *contexto*, entendido a partir da integração de quatro níveis ambientais – Microssistema, Mesossistema, Exossistema e Macrossistema. O *microssistema* está no nível mais imediato e de relações de maior proximidade entre as pessoas (relações face a face). Inclui a família, mas pode ser entendido para além da desta, como por exemplo, na sala de aula e na instituição de acolhimento onde vive (Delgado, 2012; Narvaz & Koller, 2004; Santana & Koller, 2004/2011). Estar acolhido representa, ao nível do microssistema e do ponto de vista da criança e do adolescente, a entrada numa nova casa e a integração num novo espaço “familiar”, que deve ser, simultaneamente, um ambiente terapêutico que promova a mudança para padrões seguro de apego. O nível ecológico de maior proximidade e permanência passa a ser composto pela instituição acolhedora, pela interação que a criança estabelece e desenvolve com cada um dos membros da instituição de acolhimento (Siqueira, 2006; Siqueira & Dell’Aglio, 2006; Yunes, Miranda & Cuello, 2004).

Narvaz e Koller (2005) afirmam que a interação entre os diversos microssistemas é nomeada como *mesossistema*, ou seja, um elo entre dois ou mais ambientes, ampliado sempre que uma pessoa passa a frequentar um novo ambiente. O microssistema e o mesossistema representam os ambientes cujos níveis de relação são proximais e suas influências são mais evidentes, sendo de crucial importância para os processos desenvolvimentais. No mesossistema há um destaque para a integração relacional que a família passa a desenvolver com a equipe de acolhimento e/ou desta equipe com outras instituições importantes – CRAS, CREAS, escola, curso

profissionalizante, cursos de dança, hip-hop, natação, escolas de futebol, algum programa social no qual a família participa, dentre outros (Delgado, 2012; Siqueira, 2006)

O *exossistema* é entendido como o ambiente no qual o indivíduo não está participando diretamente, mas que também desempenham influência indireta sobre o seu desenvolvimento. Bronfenbrenner apresenta três exossistemas que influenciam nos processos familiares: o trabalho dos pais, a rede de apoio social e a comunidade em que a família está inserida. Dessa forma, as crianças e adolescentes institucionalizados recebem muitas influências indiretas para o seu desenvolvimento. Desde as transformações e acontecimento relevantes que vão alterando a configuração da família para o acolhimento, a sua condição social, econômica e cultural, até a intervenção e a qualidade do acompanhamento da equipe técnica do acolhimento, as decisões tomadas pela instituição, as ações da rede interinstitucional de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua, as decisões judiciais e o posicionamento dos conselhos tutelares e dos conselhos municipais dos direitos das crianças e adolescentes (Narvaz & Koller, 2004; Siqueira & Dell'Aglio, 2006; Yunes, Miranda, & Cuello, 2004).

O *macrossistema* é o sistema mais amplo, pois abrange os padrões culturais e ideológicos predominantes que representam os valores, as crenças, as religiões, as formas de governo e a visão sobre o acolhimento familiar. É essencial considerar este sistema para que se possa compreender a rede de significações das crianças/familiares e educadores (Rosa et al., 2010; Santana & Koller, 2004; Siqueira, 2006).

A atribuição de prioridade ao acolhimento familiar no âmbito das políticas sociais de proteção das crianças em perigo, face às outras medidas de colocação, é um sintoma dos princípios jurídicos e filosóficos vigentes. Pelo mesmo modo, o estigma social, carregado de valores pejorativos e depreciativos, associado aos valores culturalmente esperados pode ser considerado elementos integrantes do macrossistema que envolve estas crianças e adolescentes. Estes elementos estão presentes até mesmo na maneira como os educadores sociais da instituição lidam com os acolhidos, na forma como a professora os ensina, na maneira como o adolescente se relaciona com outro adolescente que convive com as suas famílias e a forma com que se relaciona com outros colegas na escola (Narvaz & Koller, 2004; Rosa, Santos, Melo & Souza, 2010; Yunes, Miranda, & Cuello, 2004).

Essas representações do sistema apresentadas por Bronfenbrenner (1979/1996) não são estáticas e a qualquer momento podem ocorrer mudanças no ambiente ecológico, como resultado da dinâmica familiar ou da própria natureza da medida de acolhimento, que pode ser sujeita a modificações. Com o passar do tempo, a criança acolhida experimenta um conjunto de transições no meio ambiente, como a entrada na escola, o desempenho de uma nova atividade desportiva ou cultural ou a mudança dos técnicos e educadores sociais da equipe de acolhimento que se ocupam do seu processo. Até mesmo o macrosistema está sujeito a uma contínua reestruturação, podendo suceder, por exemplo, que a política de intervenção socioeducativa passe a privilegiar a mudança no contexto para reinserção familiar das crianças e adolescentes, em detrimento da sua institucionalização.

Essa capacidade de um ambiente (seja ele lar, escola ou local de trabalho) funcionar como um contexto para o desenvolvimento é vista como dependendo da existência e natureza das conexões sociais entre ambientes, incluindo participação conjunta, comunicação e informação sobre cada um desses ambientes. Por isso que é importante chamar atenção para outro importante aspecto da ABDH, que são as *transições ecológicas*, definidas como as modificações de papéis e ambientes decorrentes de mudanças ocorridas na vida da pessoa (Bronfenbrenner, 1979/1996; Bronfenbrenner, 2005/2011).

As transições ecológicas são extremamente importantes para o desenvolvimento, pois elas quase invariavelmente envolvem uma modificação de papel, isto é, das expectativas por comportamentos associados a determinadas posições da sociedade. Os papéis tem uma força inexplicável de alterar a maneira pela qual as pessoas são tratadas, como agem, o que fazem e inclusive o que pensam e sentem. O princípio se aplica não apenas à pessoa em desenvolvimento, mas igualmente a outras pessoas em seu mundo.

Algumas das importantes transições ecológicas que podem ser vivenciadas por uma criança em situação de acolhimento diz respeito a sua ida para o abrigo; as tentativas de reinserção familiar; o ingresso na escola; e as mudanças na etapa do ciclo vital (transição infância-adolescência), por exemplo. A forma, a força, o conteúdo e a direção dos processos proximais variam em seus efeitos sobre o desenvolvimento como uma função conjunta das características biopsicológicas da pessoa, do ambiente, do

tempo e da história. Essas transições ecológicas influenciam todos os níveis de contexto humano, podendo favorecer ou prejudicar o desenvolvimento (Narvaz & Koller, 2004).

Por fim, a quarta dimensão proposta por Bronfenbrenner (1979/1999) é o *tempo*, o qual recebe um destaque relevante nos estudos da ABDH, sendo considerado um organizador emocional e social de extrema importância para compreender qualquer processo evolutivo. A importância da análise do tempo leva em conta não somente as mudanças que ocorrem em relação à pessoa, mas também em relação ao ambiente e à relação dinâmica entre estes dois processos. Esta dimensão é compreendida como um sistema integrado denominado de *cronossistema*, possuindo três esferas: microtempo, mesotempo e macrotempo (Narvaz & Koller, 2004; Santana & Koller, 2004).

O *microtempo* é a menor das esferas e consiste na momentaneidade que envolve as interações da pessoa em desenvolvimento (tempo das interações cotidianas das crianças/adolescentes acolhidos com pares e/ou educadores). O *mesotempo* refere-se à relação dos episódios de processo proximal através de intervalos maiores de tempo como dias e semanas, sendo que os efeitos cumulativos deste processo podem trazer resultados significativos no desenvolvimento (eventos ocorridos no último mês/ano/anos em que o menino/a esteve acolhido/a). Já o *macrotempo* envolve os eventos em mudança dentro da sociedade através de gerações, bem como a forma como estes eventos afetam e são afetados pelos processos e resultados do desenvolvimento humano dentro do ciclo de vida (em termos legais, por exemplo, o processo de institucionalização na contemporaneidade é diferente do que era antes da vigência do ECA).

Acredita-se ser de grande relevância compreender a reinserção familiar através da lente da Abordagem Bioecológica. Tal abordagem permitirá um olhar mais amplo acerca da reinserção, uma vez que parte da necessidade de considerar a análise das quatro dimensões propostas por Bronfenbrenner (pessoa, processo, contexto e tempo). Assim sendo, não se restringe a reinserção a algo que depende unicamente da criança/adolescente envolvido ou da sua família, como geralmente tende a se considerar. Considera-se, ao contrário, a multiplicidade de atores protagonistas desse processo, conforme referido anteriormente. Também há um olhar privilegiado aos processos desenvolvimentais em jogo na reinserção. Esta não é vista de forma objetiva, mas na qualidade das relações estabelecidas entre as diferentes personagens envolvidas

e os diferentes contextos. Sobre estes, também se acredita que a reinserção envolve uma multiplicidade de contextos ecológicos, ao invés de acontecimentos em apenas um espaço. Por fim, acredita-se que a reinserção não é um evento que acontece apenas no dia que a criança/adolescente volta para casa, mas que se trata de um processo que se estende/desenvolve ao longo do tempo.

Dessa forma, o processo de reinserção familiar deve começar a ser trabalhado com a família, o acolhido, a comunidade, os técnicos e educadores sociais da instituição. Não adianta a criança e o adolescente permanecer anos institucionalizados como uma medida de proteção. Se não houver um processo integral de trabalho na família, comunidade e na própria instituição, a reinserção familiar será concretizada apenas enquanto “reunificação física”, geralmente após o final do prazo de dois anos estabelecido pelo ECA como sendo o tempo máximo em que a criança/adolescente pode ficar institucionalizada.

Visando contemplar a multiplicidade de atores e contextos envolvidos na reinserção familiar, bem como a necessidade de avaliá-la através de diferentes momentos, esse trabalho tem como objetivo: compreender o processo de reinserção familiar de adolescentes em situação de rua, através da perspectiva dos adolescentes, um representante de sua família e um representante da instituição onde foi acolhido, ao longo de três diferentes momentos: no mês que antecedeu a saída da instituição; um mês após e seis meses após a saída da instituição. Espera-se com este trabalho contribuir para o campo de estudo da reinserção familiar, uma vez que se busca considerar a perspectiva de múltiplos atores do processo de reinserção e não apenas a perspectiva de um ator – alvo em geral dos estudos desenvolvidos nesse campo. Também se busca considerar a perspectiva temporal, uma vez que os estudos tendem a se limitar a um momento da reinserção, quase sempre após a volta para casa, perdendo a dimensão processual.

### **III – Objetivos**

#### **3.1. Objetivo Geral**

Compreender o processo de reinserção familiar na perspectiva de diferentes atores - adolescentes institucionalizados com histórico de situação de rua, seus familiares e educadores, antes e após a saída da instituição.

#### **3.2. Objetivos Específicos**

- Identificar as expectativas e sentimentos de adolescentes, familiares e educadores acerca da volta para casa no período anterior a saída da instituição;
- Descrever as mudanças e/ou continuidades que aconteceram na vida dos adolescentes (local de moradia, estudo, trabalho, relacionamento com família, etc.) no mês após e seis meses após a saída da instituição;
- Identificar fatores relacionados às mudanças e ou continuidades concernentes ao processo de reinserção familiar, durante o espaço de tempo em que os adolescentes e seus familiares foram acompanhados.

## **IV - Método**

### **4.1. Delineamento**

Trata-se de um estudo qualitativo, exploratório, descritivo, baseado na construção de estudos de casos múltiplos (Yin, 2010). Desta forma, busca-se relatar os casos escolhidos sem descrevê-los individualmente com profundidade, mas utilizando-os como ilustrações na discussão dos tópicos de investigação. Assim, a análise cruzada das situações e comportamentos dos casos múltiplos serve para retratar as categorias, eixos ou perguntas de análise. Essa metodologia será útil para a verificação do fenômeno da reinserção familiar de cinco adolescentes institucionalizados com histórico de situação de rua.

Cada estudo de caso é composto pelas entrevistas com os adolescentes, seus familiares e educadores responsáveis. Visando um melhor aprofundamento acerca do processo de reinserção familiar, o estudo foi realizado em três momentos. No primeiro momento, os adolescentes, familiares e educadores foram entrevistados antes do retorno ao ambiente familiar, quando o adolescente ainda estava acolhido no espaço institucional. No segundo momento, os adolescentes e suas famílias foram entrevistados um mês depois do seu retorno à família. E no terceiro momento, seis meses após a saída da instituição, os adolescentes, familiares e educadores foram novamente entrevistados (independentemente de onde estivessem). A Tabela 2 apresenta as fases de coleta de dados, destacando para cada uma, os participantes, período de realização e local onde a mesma foi realizada.

Tabela 3

*Fases de Coleta de Dados, Participantes, Período e Local de Realização*

<b>Fase de Coleta</b>	<b>Período</b>	<b>Participante</b>	<b>Local</b>
<b>Fase 1</b>	Antes do Regresso à família	Adolescente	Acolhimento Institucional I
		Familiar	Residência
<b>Fase 2</b>	1 mês depois de sair da instituição	Educador	Acolhimento Institucional I
		Adolescente	Residência/ Acolhimento Institucional II
<b>Fase 3</b>	6 meses depois de sair da instituição	Familiar	Residência
		Adolescente	Residência/ Acolhimento Institucional II
		Familiar	Residência
		Educador	Acolhimento Institucional II

#### 4.2. Participantes

Participaram deste estudo cinco adolescentes do sexo masculino (no início da coleta de dados todos tinham 14 anos de idade) e seus familiares (M = 44 anos; idades variando de 16 a 75 anos de idade) atendidos por uma instituição de acolhimento (Acolhimento Institucional I) a crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de Fortaleza-Ceará. Além desses, também participaram do estudo dois educadores sociais, com idade média de 37 anos (que convive diariamente com os acolhidos).

Os cinco adolescentes foram escolhidos por se encontrarem no processo de reinserção familiar (mês de julho de 2013), preparando-se para voltarem para a casa de familiares e/ou responsáveis. Todos os adolescentes da instituição que estavam se preparando para voltarem para casa foram entrevistados. Para cada adolescente, buscou-se identificar o familiar responsável que poderia conceder a entrevista, assim como o educador que, na instituição, tem responsabilidade de acompanhá-los diariamente, exercendo a função de pai-social. A Tabela 3 descreve os participantes entrevistados em cada etapa de coleta de dados.

Tabela 4

*Participantes Entrevistados (Adolescentes, Familiares e Educadores) em cada momento de coleta de dados*

<b>Momento de Coleta</b>	<b>Adolescente</b>	<b>Familiar Entrevistado</b>	<b>Educador</b>
T1 (Julho/2013)	Daniel	Irmã – Mara	Bento
	Leandro	Avó Materna – D. Ana	Bento
	Marcos	Avó Paterna – D. Zefa	Bento
	Paulo	Mãe – D. Maria	Bento
	Francisco	Irmão – Diego	Bento
T2 (Agosto/2013)	Daniel	- - -	
	Leandro	Avó Materna – D. Ana	
	Marcos	Avó Paterna – D. Zefa	
	Paulo	Mãe – D. Maria	
	Francisco	Irmão – Diego	
T3 (Janeiro/2014)	Daniel	- - -	Cássio
	Leandro	Avó Materna – D. Ana	Cássio
	Marcos	Avó Paterna – D. Zefa	Cássio
	Paulo	Mãe – D. Maria	Cássio
	Francisco	Irmão – Diego	Cássio

### **4.3. Contextualização - Lócus da Pesquisa**

A instituição onde o presente estudo foi realizado (Acolhimento Institucional I) foi selecionada devido à sua abertura a trabalhos de pesquisa dessa natureza. Trata-se de uma Organização Não Governamental (ONG) que, desde o ano de 1994 existe na cidade de Fortaleza, sendo reconhecida na cidade pelo serviço prestado a meninos em situação de moradia nas ruas. A ONG trabalha no processo de reinserção familiar e comunitária de crianças/adolescentes em situação de moradia nas ruas, buscando promover a garantia dos direitos fundamentais dos assistidos e suas famílias, bem como a inclusão social dos mesmos.

Essa instituição é parceira do Laboratório de Estudos dos Sistemas Complexos: casais, família e comunidade (Lesplexos), vinculado ao Programa de Pós Graduação em

Psicologia da Universidade de Fortaleza e do qual a mestranda faz parte. Além disto, constitui-se no local de trabalho da autora desse projeto.

Na instituição em foco, o perfil de acolhimento vai dos 6 anos aos 12 anos. Os adolescentes ao completarem 14 anos (limite de idade máximo que ficam acolhidos) são encaminhados a um projeto de profissionalização, devendo, a partir daí, retornar às suas casas. Quando não for possível a reinserção familiar, os adolescentes são atendidos em uma extensão do acolhimento institucional, mas com um número reduzido de acolhidos, estimulando, assim, a busca pela sua autonomia. Dentro das condições possíveis de oferta pela instituição e de como cada adolescente aproveita as oportunidades dadas, busca-se que os adolescentes estejam frequentando a escola e um curso profissionalizante da área administrativa quando do processo de sua reinserção familiar.

#### **4.4. Instrumento**

Conforme descrito anteriormente, trata-se de um estudo que foi realizado com diferentes participantes (adolescentes, familiares e educadores) e em três fases distintas de coleta (antes da volta para casa, um mês depois da saída da instituição e seis meses depois da saída da instituição), por isso, optou-se por descrever os instrumentos utilizados a partir do estudo de caso de cada participante.

##### **a) Adolescente**

A entrevista semiestruturada foi aplicada nos três momentos da pesquisa. No primeiro momento, no qual os adolescentes estavam na instituição de acolhimento, a entrevista semi-estruturada abrangeu quatro temas (Anexo A): 1) motivos que levaram à sua institucionalização; 2) percepção acerca de atividades realizadas e relações estabelecidas naquele contexto (atividades que estão exercendo, relação com as outras crianças, adolescentes, profissionais e educadores sociais que os acompanham na instituição antes do processo de reinserção familiar); 3) relação com os seus familiares no processo anterior à sua ida para a casa (contato antes e depois da institucionalização, realidade dos familiares, expectativas diante da família que acolherá); e 4) sonhos, perspectivas, sentimentos, anseios e planos para a volta à família e comunidade.

No segundo momento de coleta de dados com o adolescente, realizado um mês após a saída da instituição, o roteiro de entrevista semi-estruturada (Anexo B e C) foi

composto pelos seguintes temas: 1) relação com ambiente e pessoas que convive; 2) atividades, expectativas, sentimentos, sonhos, parcerias e apoios; 3) processo de reinserção familiar e 4) frustrações dificuldades, decepções e anseios. Dada a diversidade de espaços onde os participantes foram encontrados nesse segundo momento, foram elaborados dois roteiros de entrevista, sendo um para aqueles participantes que estavam na casa de familiares e outro para os adolescentes que já estavam em outra instituição – Acolhimento Institucional II.

No terceiro momento, a entrevista com o adolescente aconteceu seis meses após a saída da instituição e o roteiro de entrevista semi-estruturada (Anexo D e E) contemplou os seguintes aspectos: 1) relação com os familiares e a comunidade que está inserido; 2) qual a sua rotina, atividades, parcerias, apoio; 3) expectativas, frustrações, sentimentos, sonhos realizados desde o momento que voltou pra casa 4) Papel da instituição de acolhimento para a melhoria das condições pessoais e familiares. A semelhança do que aconteceu no segundo momento, dois roteiros foram elaborados; um para quem estava na casa de familiares e outro para quem estava no Acolhimento Institucional II.

#### b) Familiar

Foi utilizada, nos três momentos da pesquisa, com os familiares dos adolescentes em estudo, a entrevista semiestruturada. No primeiro momento, enquanto os adolescentes ainda estavam na instituição de acolhimento, a entrevista (Anexo F) buscou descrever: 1) a relação familiar; 2) o contato obtido nesses anos de institucionalização, relação com a instituição de acolhimento; 3) o conhecimento sobre o adolescente (características, dificuldades, aptidões); e 4) dificuldades e parcerias que enfrentaram, planos e anseios.

No segundo momento, a entrevista com o familiar (Anexo G e H) abordou os seguintes aspectos: 1) relações familiares, parcerias, apoio dos demais membros da família; 2) mudanças, dificuldades, planos; 3) rotina do adolescente, colaboração do adolescente na família; 4) inserção comunitária, amigos, escola; e 5) contato com a instituição de acolhimento e apoio recebido. Já no terceiro momento, a entrevista com o familiar (Anexo I e J) enfocou os mesmos temas listados anteriormente.

### c) Educador Social

Os educadores sociais foram entrevistados no primeiro e terceiro momento de coleta de dados. Em ambos os momentos, utilizou-se um roteiro de entrevista semi-estruturado com eles. No primeiro momento de coleta, a entrevista (Anexo K) focou no: 1) conhecimento do educador sobre o adolescente, as mudanças, dificuldades e as características; 2) os motivos de entrada e período de adaptação institucional; 3) o contato com os demais adolescentes e funcionários; e 4) as expectativas sobre a volta do adolescente para a casa e a relação familiar.

Já no terceiro momento de coleta de dados (Anexo L), o educador referência do adolescente respondeu sobre: 1) os acontecimentos acerca da vida do adolescente e seus familiares; 2) o acompanhamento e encaminhamentos feitos pela instituição de acolhimento; e 3) as vitórias, os desafios e as expectativas sobre o adolescente.

#### **4.5. Procedimentos de Coleta de Dados**

Devido a poucas abordagens metodológicas sobre este assunto voltado a estudos com famílias em situação de risco, Ceconello e Koller (2003) destacam a Abordagem Bioecológica do Desenvolvimento Humano (ABDH), na figura de Urie Bronfenbrenner, como o referencial teórico-metodológico apropriado para a efetivação de pesquisas sobre o desenvolvimento no contexto. A realização do presente estudo envolveu, principalmente, a inserção ecológica na/s instituição/ões e famílias dos adolescentes participantes.

A Inserção Ecológica é um método que privilegia a inserção dos pesquisadores no ambiente de pesquisa, com o objetivo de estabelecer proximidade com o seu objeto de estudo e, assim, responder às questões de pesquisa. Além disso, por está baseada na abordagem bioecológica, a Inserção Ecológica prevê a sistematização dos quatro núcleos propostos por Bronfenbrenner: processo, pessoa, contexto e tempo. Por fim, além de possibilitar a realização de uma pesquisa no ambiente natural, com validade ecológica, a inserção proporciona a ocorrência de um processo de interação social, atuando como intervenção, seja através dos aconselhamentos e/ou encaminhamentos realizados (Ceconello & Koller, 2003; Morais, 2009).

De acordo com os estudos de Morais (2005, 2009), algumas características são tomadas como base na metodologia da inserção. São eles: 1) elaboração do diário de

campo por cada membro da equipe de pesquisa a fim de analisar os processos proximais dos participantes e também dos membros da equipe de pesquisa; 2) participação dos pesquisadores em atividades diversas junto aos participantes em momentos formais e informais de coleta de dados; 3) período de vinculação com participantes e instituições; e 4) combinação e integração de diversas estratégias de coleta de dados (entrevistas, testes, escalas etc.).

Morais (2009) discute alguns pontos que merecem especial atenção no processo da inserção ecológica: a) cada pesquisa permite um nível de aproximação e sistematização diferenciado dos núcleos descritos por Bronfenbrenner (processo, pessoa, contexto e tempo); b) a qualidade do dado coletado e riqueza da análise; c) e a interação do pesquisador-participante, a qual permite encaminhamentos, intervenções focais a casos específicos e intervenções mais amplas.

A inserção do pesquisador no ambiente de pesquisa amplia as possibilidades explicativas do estudo, uma vez que suas impressões poderão funcionar como uma fonte complementar de dados do processo proximal do pesquisador (Santana, Doninelli, Frosi, & Koller, 2004).

Neste estudo, a inserção ecológica ocorreu numa instituição de acolhimento na cidade de Fortaleza – CE, na qual a mestranda atua como psicóloga e integra também a equipe de coleta de dados do projeto de pesquisa intitulado “*O impacto da vida na rua em adolescentes: Um estudo longitudinal sobre risco e proteção*”, realizado pelo Laboratório Lesplexos da Universidade de Fortaleza. O processo de vinculação teve início quando a mestranda/psicóloga começou a trabalhar nesse espaço (em julho de 2012). Estando inserida na instituição, a mestranda teve acesso a todo cotidiano de atendimento e atividades realizadas naquele espaço, desde a abordagem de rua, o atendimento e visitas aos familiares, até o projeto profissionalizante oferecido pela instituição aos meninos quando completam 14 anos, a seus familiares e comunidade. No caso da presente pesquisa, a inserção ecológica da pesquisadora envolveu o período de Julho de 2013 (fase 1 de coleta de dados) a Janeiro de 2014 (fase 3 da coleta de dados).

Inicialmente, os objetivos do estudo foram apresentados à instituição (que aqui está sendo chamado de Acolhimento Institucional I) e solicitou-se a autorização para a sua realização. Em seguida, os adolescentes foram selecionados (com base nos critérios descritos anteriormente), seus familiares identificados, assim como os educadores

responsáveis pelos mesmos. Sobre os educadores, optou-se por entrevistar aquele que acompanha o adolescente desde a chegada até a saída da instituição. Este fato pode ser considerado como um aspecto enriquecedor do estudo, já que, a princípio, os educadores possuem o conhecimento da estrutura e do funcionamento da instituição e, principalmente, costumam acompanhar o adolescente em todas as atividades oferecidas (dia-a-dia nos dormitórios, refeitórios, atividades esportivas, estudo, lazer, visita dos familiares etc).

Após receber o consentimento da instituição, os adolescentes foram convidados a participar da pesquisa, assim como o familiar dele e o educador responsável. Todas as entrevistas foram realizadas individualmente, sendo que adolescente e educador foram entrevistados na instituição; e o familiar na sua residência.

A dinamicidade de vida dos meninos fez com que nos momentos 2 e 3 de coleta, a pesquisadora tivesse que acessar diferentes locais para conseguir acompanhar os seus participantes da pesquisa (adolescentes, familiares e educadores). Nesse sentido, precisou-se acessar os familiares nas suas residências e acompanhar os adolescentes em uma instituição diferente, a qual será chamada de Acolhimento Institucional II.

#### **4.6. Procedimentos de Análise de Dados**

Os dados das entrevistas foram coletados, transcritos e analisados. A análise, por sua vez, envolveu duas etapas: 1) Descrição dos Casos; e 2) Análise de Conteúdo. Para a descrição dos cinco casos, foi realizada uma síntese das entrevistas dos adolescentes, familiares e educadores, tomando como base as diferentes fases de coleta de dados. Dessa forma, o estudo de caso foi montado para cada adolescente, contemplando, por conseguinte, o conteúdo das entrevistas do familiar e do educador que falou a respeito do seu caso. Além disso, cada estudo de caso buscou contemplar as três fases de coleta de dados.

O Estudo de Caso é um método apropriado para investigar um fenômeno contemporâneo, dentro de um contexto de vida real, sendo adequada sua utilização quando o estudo se propõe a verificar uma teoria já existente (Yin, 2010). De acordo com esse autor, há duas estratégias gerais para a análise dos dados: a) basear-se nas proposições teóricas; e, (b) desenvolver uma descrição do caso. Neste estudo, optou-se por fazer a descrição do caso, uma vez que se trata de um tema amplo, bastante

descritivo e exploratório, cujas proposições teóricas até então existentes acerca de institucionalização poderiam não contemplar a amplitude dos resultados do mesmo.

Após a etapa da descrição dos estudos de casos, foi realizado o levantamento de categorias temáticas *a posteriori* em acordo com a Análise de Conteúdo (Bardin, 1977/1979), a qual compreende três fases: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. A pré-análise é a fase em que se organiza o material a ser analisado com o objetivo de torná-lo operacional, sistematizando as ideias iniciais. A exploração do material consiste na definição de categorias (sistemas de codificação) e a identificação das unidades de registro e das unidades de contexto nos documentos submetido a um estudo aprofundado, orientado pelas hipóteses e referenciais. O tratamento dos resultados, inferência e interpretação, condensa e destaca as informações para análise, resultando nas interpretações inferenciais; é o momento da intuição, da análise reflexiva e crítica (Bardin, 1979).

#### **4.7. Procedimentos Éticos**

A presente pesquisa é parte integrante de um projeto maior, intitulado: “*O impacto da vida na rua em adolescentes: Um estudo longitudinal sobre risco e proteção*”. Este foi aprovado (Anexo O) no Comitê de Ética da Universidade de Fortaleza (Protocolo 2011023). Os procedimentos de consentimento utilizados nesta pesquisa obedeceram aos Critérios da Ética na Pesquisa com Seres Humanos, pautados na Resolução 196/1996 (até então vigente à época de aprovação do Projeto), do Conselho Nacional de Saúde, ao Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) e às diretrizes do Conselho Federal de Psicologia (Resolução n. 016/2000).

A população-alvo desta pesquisa se caracteriza por ter vínculos familiares fragilizados e/ou rompidos, seja por relações conflituosas ou abusos. Nesses casos, o Ministério Público Estadual torna-se o responsável pela proteção integral das crianças e adolescentes. Assim, o consentimento parental foi desconsiderado e o projeto foi apresentado ao Ministério Público que concedeu sua autorização. Além disto, foram realizadas reuniões de apresentação do projeto e assinatura do Termo de Concordância para a instituição (Anexo M) em que ocorreu a inserção da equipe de pesquisa. Por fim, buscou-se o assentimento de cada adolescente recrutado para participar da pesquisa. Para estes, explicou-se o objetivo da pesquisa, a natureza voluntária do estudo, a não

existência de recompensa material pela participação e a autonomia do adolescente em participar ou recusar, ou mesmo desistir ao longo do processo. Enfatiza-se que o bem estar dos participantes foi priorizado.

Por fim, no que se refere aos familiares e educadores entrevistados, solicitou-se a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para cada um deles (Anexo N).

## V – Resultados e Discussão

A análise dos resultados está organizada em dois momentos. No primeiro deles, é feita uma descrição dos cinco adolescentes que participaram do estudo. Descrever-se-á cada caso, de forma a deixar claro o que cada participante entrevistado (adolescente, familiar e educador) relatou em cada momento de coleta de dados (um mês antes de deixar a instituição, um mês após a saída da instituição e seis meses após). Em seguida, serão apresentadas algumas categorias temáticas que ajudam a compreender os casos e a responder os objetivos do presente estudo. Serão utilizados nomes fictícios para todos os participantes a fim de manter o sigilo da identidade.

### 5.1. Descrição dos casos

#### a) Marcos

##### *Adolescente*

Marcos (15 anos de idade) estava no Acolhimento Institucional I (AI I) desde os nove anos. **Na primeira fase da entrevista**, um mês antes de voltar para casa, Marcos estava empolgado. Tudo era motivo para conversar sobre a sua volta pra casa, falava sobre a sua avó e da vontade de reencontrar a família e os amigos da comunidade.

Durante essa primeira entrevista, Marcos estava com 14 anos. Na oportunidade, contou que sua mãe teve ao todo nove filhos, sendo ele e o irmão mais novo, filhos do mesmo pai. Seu irmão mais novo era criado pela avó materna, enquanto ele foi criado pela avó paterna. Sobre os demais irmãos (sete), Marcos não sabia onde estavam.

A sua mãe o deixou quando ainda tinha um ano e três meses na responsabilidade do pai. Este, por sua vez, vendo-se em sérias condições de dependência química, levou Marcos para ser criado por sua avó paterna. Segundo Marcos, o reencontro com a figura materna só acontecia quando passava pelos terminais de integração de ônibus, onde ela estava mendigando, chegando, por muitas vezes, a não reconhecê-lo.

Em casa, Marcos morava com seu primo, de 20 anos, e com a sua avó, de 70 anos. O pai do adolescente aparecia, de vez em quando, para pedir ajuda, mas logo voltava às ruas da comunidade para usar o crack. O bairro no qual residem fica próximo

a uma das áreas nobres da cidade de Fortaleza. Essa área é marcada por muita violência, uso e tráfico de drogas.

Marcos foi acolhido na instituição quando tinha nove anos de idade, encaminhado pelo Conselho Tutelar. A sua avó paterna, D. Zefa, buscou o conselho tutelar pedindo ajuda para controlar o neto que não ficava dentro de casa, só chegando tarde da noite, cometendo pequenos atos de vandalismo e não frequentando a escola, segundo ela, por influência dos amigos da comunidade.

Quando perguntado o que sentiu quando chegou à instituição, Marcos baixou a cabeça e afirmou que queria ir embora imediatamente. Sua adaptação foi complicada e repleta de mágoas, pois não aceitava o afastamento da família, pensando que era uma punição da avó por ter desobedecido. Tudo era diferente à sua adaptação, desde a distância da família, a relação com os outros meninos, até o ambiente físico tranquilo, sem trânsito ou barulho.

Desde que Marcos foi encaminhado para o espaço de acolhimento a mãe jamais o visitou e nunca teve contato com ele. O pai vivia em situação grave de dívidas com traficantes, violência, colocando em risco toda a família. A avó e o primo eram os únicos que constantemente vinham visitá-lo, trazendo notícias e algumas guloseimas.

No momento da primeira entrevista, o pai de Marcos estava afastado do uso da droga e trabalhando como catador de material reciclável. Com isso, o adolescente mostrou empolgação com seu retorno. Seu único medo era o envolvimento com os demais adolescentes da comunidade, motivo este que o fez sair de casa. Seus planos no primeiro momento da entrevista (anterior saída do AI I) eram de voltar para casa, trabalhar, estudar e não chegar tarde a casa.

Marcos foi encaminhado para a entrevista de emprego e aguardou a convocação para começar a trabalhar. Mostrou empolgação e compreende que agora vai ser diferente, que mudou e que nunca mais voltará a uma instituição de acolhimento. Em relação aos familiares, Marcos afirmou, com convicção, que seria bem acolhido e que sua volta para casa era bem ansiada. O adolescente disse que sabia que ajudaria em casa, mas que também contaria com a ajuda da avó.

Depois de 1 mês, reencontrei Marcos para a **segunda fase da entrevista**. Assustei-me ao perceber o desânimo. Inicialmente respondia com palavras monossilábicas como, por exemplo, “sim”, “não”, “bem”, “legal”. Aos poucos o

adolescente foi ficando à vontade e foi respondendo as perguntas sobre a sua estadia em casa.

Marcos estava morando com sua avó e com seu primo de 20 anos e estava trabalhava o dia todo. O adolescente estava trabalhando como “jovem aprendiz”, estoquista, em uma loja em um shopping da cidade de Fortaleza, onde ganhava R\$ 218,00 (duzentos e dois reais). Estudava pela manhã e trabalhava das 12:30h às 17h. Na escola ainda estava se adaptando e conhecendo os professores, pois o ano letivo havia começado há pouco tempo. Naquele momento o dinheiro do seu salário estava sendo utilizado, segundo ele, para ajudar a sua avó com as despesas da casa, para comprar algumas coisas do seu uso pessoal e para pagar o seu vídeo game.

Em casa, Marcos disse que a única dificuldade era ter que acordar cedo e que seu relacionamento com a avó mudou bastante, pois ficava calado quando era criticado, não chegava tarde em casa e não saía para distante de casa.

Em relação ao contato com a instituição, o adolescente estava frequentando o projeto da própria instituição que o encaminhava para fazer cursos e para o mercado de trabalho. Ao ser perguntado se teria vontade de voltar à instituição de acolhimento, Marcos alterou a voz e rapidamente respondeu aversivamente que se recusava a voltar, pois tinha medo de apanhar de um educador social da instituição. No entanto, acrescentou, sem ser questionado, que aceitaria passar só um dia, para visitar os amigos, os demais educadores e os coordenadores da instituição, pois sentia saudades e que o educador já não poderia mais tratá-lo como anteriormente.

Na **terceira fase da entrevista**, seis meses depois, Marcos foi entrevistado no curso profissionalizante que frequentava toda semana. Estava bem arrumado, com o cabelo “ajeitado no gel”, perfumado e com as mãos cheias de pulseiras que, segundo ele, as meninas da sua escola o deram. Ademais, o adolescente permanecia trabalhando na loja do shopping em Fortaleza. Com o dinheiro comprava roupa, perfume, sapatos e gel pros cabelos.

O adolescente ainda estava morando com a sua avó paterna e o primo de 20 anos e ajudava nas despesas da casa. De acordo com Marcos, tal convivência é algo positivo, uma vez que ele não queria mais sair de perto da família. Porém, quando perguntado por seu pai, Marcos baixou a cabeça e o tom de voz. Depois, contou que seu pai voltou a usar drogas e vendeu a casa que a instituição de acolhimento tinha oferecido como

garantia da volta do Marcos. O que mais apareceu como aspecto negativo, para o adolescente, fora as confusões dentro de casa, principalmente, quando o pai aparecia pedindo dinheiro para pagar os traficantes e a avó que pedia para que ele não aparecer mais.

Marcos destacou a figura da avó como a pessoa com quem tinha mais discussão e conflitos, pois ela chamava a sua atenção e reclamava das suas atitudes, principalmente quando chegava tarde em casa com os amigos da rua ou quando não se comportava na escola. Por outro lado, Marcos colocava a avó como a pessoa com quem mais podia contar e que sempre o ajudava quando precisava de alguma coisa, principalmente na ajuda com as passagens para ir trabalhar, para acordar cedo, ajeitar as suas roupas e dar conselho.

Marcos, no momento da entrevista, não estava mais estudando, buscando a transferência para outra escola. O adolescente levou um *laser* para a escola e focou a luz vermelha nas partes íntimas da professora e de outros colegas. Essa ação foi o estopim para a sua expulsão, pois já havia causado outras confusões dentro da escola.

Mesmo com esses acontecimentos, Marcos tinha planos e achava que os seus parentes esperavam que ele trabalhasse, estudasse e conseguisse ter sucesso na vida, diferente do seu pai. Ao ser perguntado pelos seus planos, o adolescente mencionou o trabalho constante e o sonho de comprar sua casa e conquistar sua independência. No momento da terceira entrevista, Marcos estava namorando uma garota de 14 anos que morava nas redondezas do bairro. Referiu, ainda, gostar de brincar na rua e frequentar uma igreja Evangélica. Desde que saiu da instituição de acolhimento, não teve mais contato com aquele espaço e ou pessoas que dela fazem parte.

### ***Familiar***

D. Zefa, 70 anos, foi entrevistada no mesmo período em que foi entrevistado o adolescente Marcos. **Na primeira fase da entrevista**, antes do retorno de Marcos à sua casa, ela veio à instituição de acolhimento acompanhada com o pai do adolescente e a sua atual companheira. A avó, em muitos momentos da entrevista, deixou claro que a responsabilidade pelos cuidados do Marcos deveria ser exercida pelo pai, por isso, reiteradamente direcionava as perguntas a ele. Contudo, a avó reconhecia que era a

pessoa mais adequada para acolher Marcos, por isso dizia estar se preparando para a chegada do adolescente.

D. Zefa possuía muitas limitações físicas, não enxergava bem, caminhava com dificuldade e era analfabeta. Morava sozinha com seu neto de 20 anos que a ajudava todo mês. Porém, a maior parte da renda vinha da aposentadoria que era utilizada, também, para ajudar os seus filhos.

O pai de Marcos tinha 34 anos e estudou até a 3ª série do ensino fundamental e morava em uma casa comprada pela instituição visando o retorno do Marcos. Com ele morava a sua companheira que trazia suas irmãs e suas sobrinhas para passar o dia com ela em casa. No primeiro momento de coleta, o casal permanecia sem usar drogas e se sustentava catando material reciclável em uma carroça, também comprada pela instituição em que o filho estava inserido.

D. Zefa pediu ajuda à instituição de acolhimento para tirar Marcos das “más companhias”, pois o menino passava o dia inteiro fora de casa, no rio próximo da comunidade, tomando banho, jogando bola e não queria estudar, chegando a pular o muro da escola. Ela dizia desejar que o neto voltasse outra pessoa, ajudando em casa, não respondendo agressivamente e que seguisse os mesmos caminhos do primo que trabalhava o dia todo e fazia cursos técnicos.

A avó sempre foi visitá-lo no AI I e quando queria saber notícias sobre o neto entrava em contato com a equipe técnica da instituição de acolhimento. Já o Pai de Marcos era cobrado por D. Zefa para que procurasse mais notícias sobre o filho.

Para D. Zefa, Marcos só ficava tranquilo e a obedecia quando está institucionalizado. A partir do momento que saía da instituição de acolhimento e entrava em casa, o adolescente mudava seu comportamento e passava a desobedecê-la. Por isso, a avó tinha a esperança de que, se Marcos voltasse trabalhando, as suas atitudes mudariam e o neto ajudaria a todos, principalmente ao pai e a mãe que se encontrava em situação de mendicância e moradia nas ruas e nos terminais de integração de ônibus.

A **segunda fase da entrevista** foi feita um mês depois que Marcos saiu da instituição de acolhimento, na casa da avó, onde estava prevista a sua volta, local este que fica em uma rua estreita, em cima do morro. O bairro era marcado pela violência e pelo tráfico, por isso, para chegar até o local da entrevista tivemos que ser “apanhados” no início da rua principal, para subir até o morro, acompanhados por D. Zefa. A casa era

espaçosa, bem arrumada e bem cuidada. Nela estavam morando Marcos, sua avó e seu primo.

A avó estava ansiosa e com esperança de que a entrevista poderia acarretar o retorno do seu neto à instituição de acolhimento. D. Zefa disse que o neto não mudou em nada e que nem mudaria as suas atitudes, uma vez que isso seria de sua “natureza”. De acordo com a avó, Marcos continuava respondendo de forma agressiva quando estava com raiva e costumava chegar tarde a casa na companhia dos amigos da comunidade, como fazia anteriormente.

No momento da entrevista, o pai de Marcos estava morando com a companheira na casa comprada pela instituição para a volta de Marcos. D. Zefa contou que a casa estava sem portas, sem aparelhos eletrodomésticos e sem televisão. A companheira e o pai de Marcos estavam vendendo tudo o que tinha na casa para beber e para usar droga. Mesmo assim D. Zefa afirmava querer se mudar para essa casa onde o pai de Marcos estava morando, pois na comunidade onde ela mora, diariamente, morrem pessoas, principalmente jovens, nas portas das casas.

Durante a entrevista D. Zefa colocou muitos obstáculos com a volta do adolescente. De acordo com a avó, Marcos quando chegava do trabalho, ia para a rua com os amigos e ficava até às 22 horas. No colégio já recebeu muitas reclamações sobre o comportamento, chegando a ser suspenso por alguns dias das aulas. Em casa, até para tomar banho a avó tinha que pedir e poucas vezes o adolescente ajudou nas tarefas de casa.

A avó contou que Marcos foi “apadrinhado” por um rapaz que trabalhava na escola, que o ajudava a recuperar as notas e o aconselhava. Além disso, Marcos passava os finais de semana com esse homem e quando voltava, vinha cheio de presentes e bem arrumado, com roupas de marca.

**Na terceira fase da entrevista**, seis meses depois do retorno de Marcos para casa, D. Zefa continuava morando na mesma comunidade com os dois netos. Sua saúde estava mais afetada, sua dificuldade de enxergar aumentou e por isso só saía de casa acompanhada. Estava passando, também, por sérias dificuldades financeiras, pois a sua aposentadoria tinha servido, também, para pagar as contas dos filhos usuários de droga e para sustentar os netos “abandonados” pelos pais.

D. Zefa contou que o pai de Marcos vendeu a casa que a instituição comprou para a volta do adolescente. Além disso, estava usando droga e bebendo, provocando, assim, angústia, pois, segundo contou D. Zefa, o pai de Marcos estava apanhando todos os dias e sendo ameaçado de morte pelos traficantes da comunidade.

D. Zefa afirmou que Marcos não tinha envolvimento com drogas e atos infracionais. Suas reclamações giravam em torno do comportamento do adolescente dentro de casa e na escola. Marcos foi expulso de uma escola e estava sem estudar, mas a instituição de acolhimento estava fazendo os encaminhamentos para a retirada da documentação objetivando o retorno aos estudos.

A avó repetiu muitas vezes que se arrependeu muito por não ter deixado Marcos na instituição de acolhimento e disse que se tivesse a oportunidade de institucionalizá-lo novamente não pensaria duas vezes. Mesmo assim, D. Zefa desejava que Marcos fosse um bom homem, diferente do seu pai. Porém, demonstrou preocupação com o futuro do adolescente se ela chegasse a falecer.

### *Instituição*

Foi entrevistado na **primeira fase de coleta**, o educador Bento. Este começou trabalhando nos serviços gerais e, aos poucos, aproximou-se das atividades de educador social, ocupando, assim, o cargo de coordenador do AI I (onde trabalha há 19 anos). Tanto os meninos acolhidos, como os profissionais que estavam na instituição tinham Bento como referência de orientador e apoiador em muitas atividades.

Ao falar sobre Marcos, Bento contou que o adolescente chegou quando era bem pequeno e que chorava muito com saudades da família. Marcos inicialmente ficou numa casa onde havia mães-sociais e, por isso, era acalentado por elas nas horas difíceis. Bento relatou que não foi fácil para o menino se adaptar e que, por várias vezes, se viu aconselhando e conversando no intuito de acalmá-lo.

Bento afirmou que Marcos era um menino engraçado, cheio de alegria e que gostava de tirar brincadeiras com todos na instituição. Diante dos meninos mais novos o adolescente gostava de manter a superioridade, tendo em vista que já passou por essa situação quando era mais novo.

Em relação à família, Bento referiu um bom relacionamento, principalmente com a avó. Por isso, a sua volta pra casa foi descrita como “mais que necessária”. Bento

também afirmou que Marcos teria sucesso com esse retorno à sua casa, tendo em vista que nunca teve envolvimento com atividades ilegais, como droga, tráfico, assalto e brigas. O educador apostou que o adolescente trabalharia e ajudaria em casa, além de vir à instituição visitá-los.

**Na terceira fase da coleta de dados,** Marcos estava sendo acompanhado pela equipe do curso profissionalizante da instituição. Mesmo assim, a família ainda permanecia em contato com a equipe técnica responsável pelo acolhimento institucional. Cássio, educador social, trabalhava na instituição de acolhimento há 7 anos acompanhando os meninos, desde a abordagem e rua, e as suas famílias. Foi ele quem falou sobre Marcos no terceiro momento de coleta (seis meses após a saída da instituição).

Cássio expôs que a saída de Marcos do AI I era necessária, pois o adolescente não aguentava mais ficar institucionalizado, tendo em vista que o menino nunca aceitou a entrada na instituição. Porém, desde a sua volta para a casa da avó, Marcos teve que aguentar as reclamações das tias e da avó, principalmente quando o comparavam aos pais que eram usuários de droga.

O educador social nos contou que constantemente a avó ligava para a equipe pedindo que aceitassem, novamente, o adolescente na instituição de acolhimento e que se tivesse oportunidade voltaria a colocar Marcos em qualquer instituição. Muitas vezes, esses pedidos foram feitos por motivos “pequenos”, de reclamações sobre comportamentos, por exemplo, respondia com o tom de voz mais alto, tinha mais de uma namorada na comunidade, jogava vídeo-game e não queria estudar, entre outros.

Alguns comportamentos de Marcos, de acordo com Cássio, também eram reflexos da falta de carinho e por desprezo dos familiares. Por isso, qualquer pessoa que aparecesse e desse o apoio, fosse ele afetivo ou material, teria um retorno emocional do adolescente. Um acontecimento recente citado pelo educador social foi a aproximação do diretor da escola em que Marcos estudava, que resolveu cuidar, dando atenção e principalmente objetos como celular, roupas, tênis de marca, brinquedos e passeios nos finais de semana.

Cássio desejou que Marcos tivesse um futuro digno e que fosse forte para aguentar as comparações e os desprezos dos familiares por causa das atitudes dos seus

pais. Por fim, o educador disse que Marcos tinha tudo pra ter sucesso, pois não tinha vícios e era inteligente, o que era um bom aspecto para quem buscava a autonomia.

## **b) Daniel**

### ***Adolescente***

Daniel, 15 anos, estava na instituição de acolhimento desde os 10 anos de idade. Era dedicado à escola, assumia, com responsabilidade, o seu emprego e tinha um cuidado especial com seus irmãos mais novos. Na **primeira fase da entrevista**, antes de retornar à sua casa, ainda institucionalizado, Daniel tinha 14 anos. O adolescente não estava empolgado com a sua reinserção familiar e em muitos momentos demonstrava uma vontade de passar mais um tempo na instituição de acolhimento.

Daniel veio de uma família com sete irmãos, da qual ele era o quarto filho. Sua realidade foi marcada, desde cedo, pela violência doméstica em um forte contexto de exploração do trabalho infantil, principalmente por parte de sua mãe. Dessa forma, obrigados pela mãe, os irmãos mais velhos costumavam levar os mais novos para mendigar ou vender bombons no terminal de integração das linhas de ônibus na cidade de Fortaleza.

Quando havia a destituição do poder familiar de um dos irmãos, o próximo, mais velho, assumia o papel de levar os mais novos ao terminal. De acordo com o adolescente, a mãe estabelecia um valor alto para trazer diariamente. Passavam, assim, o dia pedindo ou vendendo bombom, até o momento em que não conseguissem mais aguentar a fome, tiravam alguma moedas para comprar um biscoito ou uma quentinha. Quando comiam, imediatamente voltavam a trabalhar, até tarde da noite a fim de juntar o dinheiro e voltar para casa. Quando não conseguia juntar o valor estabelecido pela mãe, dormiam na rua com medo de voltar pra casa e apanhar. Nessas condições, o adolescente não frequentava a escola.

Daniel foi encontrado no terminal de integração de ônibus, junto com um dos seus irmãos, quando tinha 10 anos de idade. Mas, já havia passado por outras instituições. Desde 2009 era atendido pela instituição em que foi feita a coleta de dados.

O adolescente relatou que, diferente da sua casa, a instituição de acolhimento oferece comida, descanso, estudo e lazer. Verificou-se que a prática de exploração do

trabalho e a violência doméstica distanciavam o adolescente de sua mãe, criando um sentimento de aversão à convivência familiar.

Daniel se lembrou do seu irmão mais velho quando se referiu à pessoa que mais sentia falta, mas quando perguntado com quem não se dava bem no seu ambiente familiar, imediatamente disse que era a sua mãe. Daniel disse que as pessoas da instituição e até mesmo os seus pares achavam estranho quando ele se referia com repúdio à sua mãe.

Mesmo com toda essa situação, Daniel se culpava por sentir raiva das atitudes da sua mãe. Sobre seu retorno à família, Daniel não demonstrou animação dando a impressão de que, se pudesse, ficaria mais algum tempo institucionalizado. O adolescente ansiava, ainda, à volta para casa, mas tinha medo de ser submetido às mesmas condições de exploração do trabalho infantil e abuso físico. As poucas vezes que Daniel foi passar férias em sua casa, sua mãe o obrigava a ir conseguir dinheiro nas ruas, sendo ele o responsável pelos irmãos menores que também o acompanhava.

Diante de tal situação, o AI I estava ajudando financeiramente a irmã mais velha de Daniel, para que pudessem morar juntos e buscar a autonomia. Entretanto, o maior receio do adolescente com relação à volta à casa da irmã era que a mãe conseguisse levá-lo para casa dela e lhe colocasse na mesma situação de antes. Além disso, Daniel tinha medo de encontrar a sua família na miséria, principalmente seus irmãos mais novos.

Mesmo saindo da instituição, Daniel pretendia manter contato com os educadores, com os técnicos, com os coordenadores e com alguns colegas de convivência. E afirmava ter recebido apoio de todos na instituição.

No intervalo de tempo em que saiu da instituição de acolhimento até a nossa **segunda fase da entrevista**, Daniel conviveu com a sua irmã mais velha e com um dos seus irmãos. O aluguel da casa era custeado pela instituição de acolhimento e os demais gastos os irmãos dividiam entre si para pagar.

Todavia, em menos de um mês, a irmã resolveu morar com o namorado e Daniel voltou a morar com a sua mãe alegando que se sentia sozinho, pois passava o dia em casa sem a companhia de ninguém, já que os irmãos trabalhavam e só chegavam à noite, além de reclamar de algumas atividades domésticas que era obrigado a fazer.

Na casa da mãe, o irmão mais velho de Daniel o “acolheu” dizendo que não havia mudado nada em casa. E realmente não mudou. O adolescente estava trabalhando como jovem aprendiz e assim que chegava em casa se dirigia aos terminais de integração de ônibus, voltando à prática de exploração do trabalho infantil. A mãe de Daniel tomou seu cartão salário, seu vale alimentação e o seu auxílio transporte, deixando o adolescente na condição de pedir ajuda por onde passava. Em menos de um mês, Daniel emagreceu consideravelmente e contou que sua mãe se recusava a preparar a alimentação e como não tinha dinheiro, ficava sem se alimentar.

Daniel, ainda mantinha contato com a equipe técnica do acolhimento e três meses após a entrevista foi encaminhado para uma casa de acolhimento mantida pela mesma Organização (Acolhimento Institucional II – AI II). Neste novo ambiente, Daniel passou a conviver com quatro adolescentes que estavam em situação semelhante de insucesso na reinserção familiar.

**Na terceira fase da entrevista,** Daniel estava trabalhando como jovem aprendiz em uma loja de um shopping em Fortaleza. Recentemente havia sido matriculado na escola da comunidade e se relacionava bem com os colegas, principalmente com as meninas quando sabiam que ele já trabalhava. O adolescente estava praticando aulas de natação e quando estava com o tempo livre gostava de jogar futebol, de ir à missa nos finais de semana e ao cinema com o irmão de 9 anos, com quem mora junto no AI II. Todas essas atividades eram realizadas na comunidade onde a citada instituição está inserida e os educadores com a vizinhança colaboram para a inserção comunitária.

Com o dinheiro do salário, Daniel ajudava seu irmão de 9 anos que convive na instituição, comprava seus materiais de higiene pessoal e custeava um aparelho ortodôntico. Além disso, visitava sua irmã de 10 anos que está institucionalizada pelos mesmos motivos que levaram os outros irmãos e o próprio Daniel a serem institucionalizados. Nesse período, voltando do trabalho, Daniel viu seus irmãos de 4 e 5 anos juntos da companheira da sua mãe, no terminal para integração de ônibus, vendendo bombons e mendigando.

Daniel perdeu o contato com sua irmã mais velha e não sentia saudade da mãe, porém tinha um enorme desejo de ajudar os irmãos mais novos que estavam na guarda da mãe. Sabia que seu futuro só daria certo se buscasse autonomia e sua próxima meta era ser contratado para juntar dinheiro e alugar uma casa.

### *Familiar*

Mara (18 anos), irmã de Daniel, trabalhava como jovem aprendiz em um escritório de contabilidade. **Na primeira fase da entrevista**, estava em uma casa alugada, com a ajuda da instituição que acolheu seu irmão, Daniel, de 15 anos. Visitava o irmão, mas, com pouca frequência, devido à distância e o pouco tempo que restava nos finais de semana.

Apesar do pouco contato que teve com Daniel, Mara afirmou que era um adolescente calmo, obediente, dedicado e estudioso. O adolescente foi à instituição de acolhimento por causa das condições de exploração impostas pela mãe. Segundo Mara, a mãe repetiu essa prática com todos os filhos, principalmente com ela, que foi institucionalizada aos 11 anos.

Mara tinha a expectativa de que Daniel não voltaria às ruas e se esforçaria bastante no trabalho, pois, as antigas condições de exploração, nos terminais, só eram proporcionadas pela influência e ameaça da mãe. Por isso, o retorno de Daniel a casa, em que vive com seu outro irmão de 16 anos (também passou pela instituição de acolhimento pelos mesmos motivos), era percebida como “tranquila” e com possíveis mudanças para independência.

**Na segunda e terceira fases da entrevista**, não foi mais possível o contato com Mara. A jovem passou a morar com o namorado e em pouco tempo descobriu que estava grávida. Daniel, então, passou a morar com o irmão de 16 anos, mas o adolescente passava muito tempo sozinho e sem cuidados, pois o irmão trabalhava e estudava o dia todo. Dessa forma, alguns meses depois, Daniel passou a morar com a mãe que voltou a explorá-lo e, assim, o adolescente foi novamente institucionalizado.

### *Instituição*

Foi entrevistado na **primeira fase da entrevista**, o educador Bento, o qual contou que Daniel não teve nenhuma dificuldade para se acostumar com as regras institucionais. Pelo contrário, tudo o que acontecia na instituição era aceito com facilidade e sem nenhum obstáculo. O adolescente foi descrito como engraçado, porém respeitava a todos, desde os educadores até a escola.

O comportamento de Daniel sempre foi tranquilo e durante o tempo que esteve institucionalizado não foi percebida nenhuma vontade de voltar para casa. Sempre que

dava vontade de sair da instituição ou sentia saudades dos familiares, imediatamente mudava de ideia e ficava calado por um bom tempo, sem tocar no assunto.

Se surgisse a possibilidade de morar com os irmãos, Bento afirmou que Daniel teria sucesso, pois todos eram responsáveis. A mãe nunca trouxe boa impressão aos educadores e aos coordenadores da instituição. Durante as visitas familiares, quando comparecia, não era percebido o afeto e a aproximação entre os dois. De acordo com o educador, se Daniel fosse à casa da mãe ele retornaria aos terminais, sendo explorado, entretanto, a oportunidade de morar com os irmãos era válida para a busca de autonomia do adolescente.

**Na terceira fase da coleta de dados**, Daniel estava sendo acompanhado pela equipe do curso profissionalizante da instituição. Cássio, educador social, também relatou o fato de que Daniel, após sair do acolhimento, teria ido morar com a sua irmã de 18 anos e com o irmão de 15 anos. Estava trabalhando e logo que a mãe descobriu foi atrás de convencê-lo a morar com ela. O adolescente aceitou e em pouco tempo estava sendo explorado. Sua mãe tomou os cartões de benefícios e achando que o dinheiro recebido era pouco para se sustentar, colocou o adolescente com o irmão de 8 anos para mendigar nos terminais de ônibus.

O educador social foi ao local onde estavam os meninos e os convenceram a voltar para o acolhimento institucional. A equipe técnica se mobilizou para recuperar os cartões e mudar as senhas, pois a mãe não aceitou devolver os objetos pessoais do adolescente. Enquanto isso, Daniel e seu irmão estavam morando juntos no AI II. Lá estavam estudando, trabalhando como jovem aprendiz e buscando meios de ser autônomos.

### **c) Leandro**

#### ***Adolescente***

Leandro, 15 anos, estava institucionalizado desde os 10 anos de idade. Era um adolescente alto, forte e em relação a outros meninos, gostava de brincar de bonecos, de carrinhos e jogar bola. **Na primeira fase da entrevista**, Leandro estava empolgado para sair da instituição, mas com medo do que poderia encontrar. No decorrer da entrevista, sentiu dificuldade de dialogar, pois o vocabulário do adolescente era escasso, havendo a necessidade de adaptação das perguntas ao grau instrucional do entrevistado.

O adolescente e sua mãe, Drica, moravam nas ruas há muitos anos e ambos faziam uso de drogas. Leandro foi levado para a rua por sua mãe desde que nasceu. Até ser institucionalizado, o adolescente nunca havia estudado e não possuía o registro de nascimento.

Leandro passou por três instituições diferentes até chegar ao local que foi feita a entrevista (AI I). Nesse espaço, o que mais gostava era a alimentação, além de nadar na piscina, jogar vídeo-game e assistir televisão. Contou, ainda, que a primeira coisa que fez quando chegou foi comer, dormir e ir à escola.

A equipe técnica da instituição de acolhimento foi entrando em contato com os familiares, tendo em vista que a mãe não aceitava o tratamento pela dependência química e nem sair das ruas. A saída de Leandro das instituições pelas quais passou foi motivada pela vontade de usar droga, principalmente a maconha e o crack.

Mesmo com o contato com os familiares, Leandro disse que enfrentava dificuldades para garantir sua reinserção familiar. Primeiramente, a mãe do adolescente ainda se encontrava em situação grave de uso de drogas e moradia nas ruas. A instituição propôs várias intervenções, desde o internamento em instituição de atendimento a dependentes químicos, até o apoio jurídico para legalizar sua situação na justiça, profissionalização e moradia. Mesmo assim, nenhuma dessas propostas foi aceita pela genitora. Depois, encontrou-se dificuldade quando se refere à família extensa devido ao uso de drogas por parte dos tios. Mas, mesmo assim, a avó do adolescente se propôs em assumir os cuidados, mesmo morando na companhia de filhos e netos usuários de droga e enfrentando problemas de saúde devido à idade.

**Na segunda fase da entrevista,** Leandro havia chegado há poucos dias em outra instituição de acolhimento (AI II), também mantida pelo AI I. O adolescente passou um mês na casa da sua avó, onde estava morando com as tias, as primas e a avó.

A casa da avó ainda era ponto de uso de drogas e tudo o que tinha dentro da casa era vendido para comprar droga. Leandro contou que chegou ao AI II com roupas sujas, rasgadas, com o tamanho maior que ele e com a chinela quebrada. Segundo o adolescente, o tio vendeu as roupas que havia levado para casa.

Mesmo com toda essa adversidade, Leandro tinha a expectativa que se voltasse trabalhando, estudando, fazendo um curso profissionalizante e com o dinheiro do salário, compraria ou alugaria uma casa e viveriam somente sua avó e ele, sem drogas.

O adolescente estava trabalhando em uma loja localizada em um shopping, foi matriculado na escola da comunidade e frequentava as aulas de reforço. Nas horas livres jogava futebol na quadra, com os demais meninos da instituição e da comunidade.

**Na terceira fase da entrevista**, Leandro estava novamente na casa da avó. O adolescente saiu do AI II, deixou o trabalho no shopping como menor aprendiz e também parou de frequentar a escola. Enganou o educador social responsável por ele, dizendo que ia pra escola, mas ficava na praça, dormindo até a hora de voltar. O educador recebeu um comunicado da escola informando 40 dias de ausência. Além disso, Leonardo estava fazendo uso de maconha, infringindo, assim, uma das regras da casa de acolhimento.

Depois que saiu da instituição de acolhimento foi para a casa de um tio que trabalhava como vigilante em um shopping e que resolveu cuidar e incentivá-lo a trabalhar. O adolescente passou 2 meses até que o tio se separou da companheira e pediu a avó de Leandro para cuidar dele.

A casa de D. Ana continuava nas mesmas condições de vulnerabilidade devido o forte uso de droga dos tios que chegavam a vender tudo o que encontravam pela casa. Além disso, D. Ana estava com a saúde debilitada, tendo que sustentar, com a aposentadoria, toda a família.

Durante esse período na casa da avó, Leandro não estava estudando, dormindo o dia todo, jogado vídeo-game e assistindo TV. A equipe técnica da instituição de acolhimento encaminhou, novamente, o adolescente para a entrevista de emprego e o inseriram na escola.

### ***Familiar***

D. Ana, 75 anos, sobrevivia de uma pensão deixada pelo falecido marido que trabalhava como pescador. **Na primeira fase da entrevista**, D. Ana contou que sua filha, Drica, mãe de Leandro, foi adotada. O seu marido teve relacionamento com uma garota de programa que gerou a Drica e D. Ana aceitou cuidar da menina. Drica, desde os nove anos estava na rua envolvida com drogas, furtos e prostituição.

Assim que soube da existência de Leandro, D. Ana decidiu cuidar e trazê-lo para morar com ela. A todas as visitas à instituição, D. Ana comparecia sem falta, levando, quando tinha condições, biscoitos e guloseimas. Inicialmente achou que a instituição era

uma prisão, mas aos poucos foi conhecendo o trabalho da equipe técnica e concluiu que era o melhor lugar para o adolescente ficar.

Leandro e D. Ana se relacionavam com carinho e com cumplicidade. Acreditava que a situação mais agravante para o não retorno de Leandro é o uso constante de drogas dos tios. D. Ana relatou que chegava a dormir com os pertences dentro das roupas íntimas para não ser roubada pelos próprios filhos.

A solução que ela visualizava era o aluguel de uma casa em outro local do bairro, mas financeiramente se tornava inviável, pois D. Ana fez um empréstimo e agora está endividada, com o salário reduzido. Por isso, Leandro foi encaminhado ao AI II até que D. Ana estabilizasse sua condição financeira e de sua moradia.

Na **segunda fase da entrevista**, D. Ana ainda estava na mesma situação que se encontrava na entrevista anterior. Apontou como principal dificuldade a moradia e isso impediria o retorno familiar de Leandro, que ainda estava no AI II. Mas, até aquele momento, se via sem saída e preferia que o neto continuasse institucionalizado.

D. Ana estava orgulhosa do neto e desejou que o adolescente terminasse, pelo menos, o ensino fundamental para arrumar um emprego melhor. Leandro a visitava e com o dinheiro do salário a ajudava no que podia.

Na **terceira fase da entrevista**, D. Ana aparentou estar mais cansada do que nas entrevistas anteriores. Dias antes da entrevista, uma das filhas havia falecido por questões de saúde e um dos netos foi assassinado por gangues vizinhas da comunidade na parada de ônibus.

Devido esses acontecimentos e com o retorno inesperado de Leandro, D. Ana estava vendo uma nova casa para alugar, pois além dos empréstimos estarem terminando de ser pagos, a instituição de acolhimento iria ajudar com as despesas do aluguel. O encaminhamento de Leandro para um novo emprego também ajudaria nas despesas da casa. A avó disse desejar que Leandro crescesse e amadurecesse, trabalhando e tendo suas próprias condições financeiras, sua casa e sua família.

### ***Instituição***

Foi entrevistado na **primeira fase**, o educador Bento sobre o adolescente Leandro. Bento afirmou que Leandro tinha uma das situações mais complicadas da instituição. Fora criado na rua, dormindo nos barcos da Praia de Iracema (praia de

Fortaleza), sendo mais uma possibilidade de ganhar dinheiro para mãe. Presenciava constantemente a mãe usando droga e desde cedo começou a usar maconha e crack. Inicialmente, o menino pedia dinheiro na rua para suprir o vício da mãe, depois que começou a usar, passou a buscar meios de suprir sua própria necessidade. A mãe e o filho ficavam nos terminais de integração de ônibus, local este que foi abordado pelo serviço dos educadores sociais de rua.

Todas as vezes que a equipe se aproximava da mãe de Leandro, ela estava alcoolizada ou sob efeito de drogas. A única vez que a equipe técnica conseguiu desenvolver uma conversa, a mãe de Leandro relatou que não possuía residência e sobrevivia na praia de Iracema desde a sua adolescência. D. Drica não tem vínculos familiares, não tem renda e vive da mendicância e prática de pequenos furtos. Na área da Praia de Iracema, a mãe de Leandro era conhecida pelo apelido pejorativo de “Drica Cachorra”, o que demonstra – de acordo com o educador Bento - o grau de degradação em que se encontra.

Somente depois de um ano institucionalizado a equipe de técnicos conseguiu um contato com a avó de Leandro, Dona Ana. As informações oferecidas pela mãe ajudaram a encontrar a avó. Dona Ana admitiu o envolvimento da filha com as drogas desde os 9 anos e que a família já tentou ajudá-la, mas ela não aceitara. Leandro sofreu todos os transtornos da vida que sua mãe levava, além disso, D. Drica nunca deixou os familiares se aproximarem do adolescente, chegando a ameaçá-los se tentassem uma aproximação.

Na instituição de acolhimento, Leandro tentou fugir muitas vezes, mas os educadores conseguiam alcançá-lo. Era um menino triste, calado, aparentava ser sem vida, sem ânimo para nenhuma atividade e se sentia inferior aos demais. O encaminhamento para o mercado de trabalho, por exemplo, foi só uma aventura, uma possibilidade de sair, dar uma volta.

Por isso, Bento apontou como uma das dificuldades para o retorno familiar de Leandro, a falta de perspectiva de futuro. Apesar da idade e da estatura física, Leandro era descrito por Bento como um menino “perdido” e sem perspectiva de crescer, além de ter uma avó doente que não iria cobrar dele.

**Na terceira fase da coleta de dados**, Leandro estava sendo acompanhado pela equipe do curso profissionalizante da instituição. Mesmo assim, a família ainda

permanecia em contato com a equipe técnica responsável pelo acolhimento institucional. Cássio, educador social, conta que desde quando o adolescente foi institucionalizado buscou-se o contato com D. Ana e, aos poucos, Leandro foi se aproximando dos familiares, chegando a passar férias. Mesmo assim, todos os familiares consideravam necessário o acolhimento institucional, afirmando que era melhor continuar acolhido e protegido da rua, das drogas e da própria mãe.

Quando saiu do AI I, em pouco tempo foi para o AI II. Cássio afirmava que Leandro não tirou a rua dos seus hábitos e a carrega inconscientemente, pois foi criado na rua e algumas atitudes refletem essa característica, como, por exemplo, usar o chão como banheiro, jogar roupas usadas e pratos sujos no lixo.

Leandro, apesar das suas limitações, tinha vontade de ficar com a família e principalmente de rever a mãe na Praia de Iracema, sempre que tinha oportunidade. Mesmo o adolescente sendo desejado pela avó para recebê-lo em casa, Leandro, de todos os adolescentes entrevistados era o que menos apresentava vontade de ser independente, passava o dia deitado e mostrava um desânimo para trabalhar e ajudar em casa, características essas que preocupavam o educador social, tendo em vista a influência dos tios e da própria mãe.

#### **d) Paulo**

##### ***Adolescente***

Paulo, 15 anos, estava no AI I desde os seus oito anos. Era um adolescente inteligente e elogiado na escola e na Instituição de acolhimento pelo seu comportamento exemplar. Na instituição de acolhimento era querido pelos educadores, coordenadores, equipe técnica e os demais acolhidos.

**Na primeira fase da entrevista**, um mês antes de voltar para casa, Paulo estava com 14 anos e no decorrer da conversa estava calado, sem muitas respostas e expectativas sobre a sua volta para casa. Paulo contou que veio de uma família com 9 irmãos, da qual ele era o mais novo. Sua mãe, D. Maria passou muito tempo usando drogas, morando nas ruas, em sérias condições de vulnerabilidade. No momento da entrevista estava “limpa” (há três anos), trabalhava como faxineira e morava com uma das filhas, Kelly (22 anos) que nunca teve envolvimento com drogas, era casada (o

marido é pedreiro) e tinha três filhos. Os demais irmãos de Paulo eram moradores de rua, usuários de droga e envolvidos com delitos.

Diante das precárias condições financeiras, sendo ajudados pela instituição de acolhimento mensalmente com o aluguel da casa, Paulo ansiava por estudar e trabalhar para ajudar a mãe e a irmã Kelly. Além dos filhos, Kelly e D. Maria cuidavam de duas meninas (de um e três anos), filhas de uma das irmãs de Paulo que moravam nas ruas e era usuária de droga. O nível de dependência era tão severo que chegou a vender uma das filhas, ainda recém-nascida, para um traficante, em troca de drogas e pagamentos atrasados. Paulo contou que Kelly e sua mãe tomaram a criança das mãos do comprador e cuidam, mesmo sem muitas condições.

Paulo estava institucionalizado desde os oito anos de idade, quando a instituição que o acolhia anteriormente teve que “fechar as portas”. Com poucos dias da volta para casa, D. Maria pediu à Assistente Social do AI I para que acolhessem Paulo, pois não tinha condições de sustentá-lo. O pouco que Paulo lembrou-se de quando chegou à instituição era da presença do seu irmão (são muito amigos) que estava na instituição e da brincadeira na piscina com as outras crianças.

Paulo demonstrou um carinho pelo AI I e afirmou que sentiria falta, principalmente, da comida, de jogar bola, de tomar banho na piscina, de estudar e da segurança. Na sua comunidade, o adolescente contou que não era possível sair pra jogar bola no campo, como fazia no AI I, por causa da insegurança; além disso, relatou que a maioria dos vizinhos tem envolvimento com o tráfico, o que o prende em casa devido o medo de ser machucado ou até mesmo morto.

Paulo sabia que não iria para a sua casa definitivamente por causa das condições financeiras que passava a sua mãe, por isso foi encaminhado para o AI II. O adolescente já estava frequentando o curso profissionalizante, estava fazendo entrevista de emprego para trabalhar como menor aprendiz em uma loja em um shopping de Fortaleza. Seus planos era continuar estudando e trabalhar para comprar uma casa e juntos morar com sua mãe, sua sobrinha e seu irmão. O seu maior medo era voltar para casa e ver seu irmão nas drogas, por isso sempre que o encontrava, aconselhava e também escutava os conselhos dos coordenadores da instituição, por receio de ir pelo mesmo caminho. E mesmo com sua casa e suas atividades diárias, pretendia visitar a instituição, pois

sentiria falta da cozinheira, dos coordenadores, dos técnicos, dos educadores e demais adolescentes.

**Na segunda fase da entrevista,** um mês depois da saída do AI I, Paulo foi encontrado no AI II. O Adolescente estava desanimado e sem vontade de conversar sobre a sua volta pra casa, pois não tinha para onde voltar e até a mãe, que estava se propondo a acolhê-lo, estava desempregada e vivendo das filhas, dependendo delas para se sustentar. Segundo Paulo, as suas irmãs não se importam com ele e a única que o aconselha é a sua mãe, por isso a obedece.

Paulo passou um período de férias na casa de uma irmã, no interior e quando retornou para Fortaleza já se dirigiu ao AI II. No interior fez muitas amizades, jogou bola e conheceu uma mulher, segundo ele, mais velha, que quis namorar e cuidar dele para não voltar à instituição de acolhimento. D. Maria não aceitou e logo que descobriu brigou com Paulo e o fez voltar para Fortaleza.

O adolescente ainda não estava trabalhando, mas já aguardava uma convocação numa loja em um shopping em Fortaleza. Esse trabalho era a esperança para a sua reinserção familiar, pois sabia que só trabalhando, com seu esforço, conseguiria a sua casa e sair, definitivamente do AI II.

**Na terceira fase da entrevista,** Paulo foi entrevistado no curso profissionalizante. O adolescente estava angustiado e sem vontade de falar sobre a sua volta para casa. Contou que estava trabalhando em uma loja localizada em um shopping em Fortaleza e estudando numa escola próxima ao AI II. Mesmo sabendo que o trabalho rendia uma ajuda financeira que colaborava com a sua mãe para comprar alimentação e fraldas para a sua sobrinha, Paulo não queria mais frequentar, pois achava o trabalho monótono e sem graça. Por isso, quando tivesse outra oportunidade de emprego, ao voltar para casa, aceitaria.

Paulo expôs que não aguentava mais ficar no Acolhimento Institucional II e que não via mais nenhuma graça em ficar longe da família e da comunidade. A única vantagem que visualizava no AI II era a alimentação e os estudos. Sua relação com os educadores sociais estava ficando desgastada chegando, algumas vezes, a brigar e a responder de forma agressiva.

Nos horários livres, andava de bicicleta (comprada com o seu salário) e gostava de jogar futebol. Durante todos esses meses, Paulo não se esqueceu de ajudar a mãe,

deixando de 15 em 15 dias uma ajuda financeira para comprar comida e fraldas. De acordo com o adolescente o único motivo para continuar institucionalizado era a falta de uma moradia, solução esta que mudaria a sua vida, a vida da sua mãe e também do seu irmão que estava usando drogas.

### ***Familiar***

Dona Maria, 46 anos, trabalhava como faxineira na casa de sua irmã - tia de Paulo - e recebia mensalmente R\$ 100 (cem reais) para se sustentar. Mãe de 9 filhos, sendo que Paulo era o mais novo. **Na primeira fase da entrevista**, D. Maria nos contou que só recebia ajuda de Deus e de mais ninguém. No momento da entrevista estava morando com a sua filha Kelly, seu genro e seus netos. O marido de Kelly, por sua vez, costumava reclamar do barulho e da quantidade de pessoas que tinha na casa, por isso, D. Maria nunca aceitou levar Paulo para morar com eles.

Há muito tempo Dona Maria não visitava o filho no AI I e só recebia notícias através dos técnicos e dos educadores sociais que trabalhavam na instituição. Mas, ao falar do filho se emocionou e apontou como características o respeito, o carinho e a admiração que tinha por ele. De acordo com D. Maria, Paulo era inteligente e a única “danação” que o filho fazia era namorar muitas meninas. A mãe reconhecia que conversava com o filho quando tinha oportunidade de vê-lo e para ambos a relação era bem afetuosa.

O motivo para a institucionalização de Paulo foi o constante uso de droga e delitos cometidos pelos seus irmãos. D. Maria contou que, um dia, os irmãos levaram Paulo, ainda muito pequeno, à rua no intuito de pedirem esmola. Quando ela chegou em casa se desesperou, procurou nas ruas e também por todos os terminais, mas, quando soube, o juizado já havia levado para uma outra instituição de acolhimento. D. Maria se vendo sem ajuda de ninguém (sem marido, sem mãe) pediu ajuda ao AI I e, assim, os técnicos institucionais levaram Paulo para ficar com seu irmão que já estava institucionalizado.

D. Maria se emocionou ao falar da distância que colocou o filho. Por ela, não seria preciso tomar essa atitude, mas, em muitos momentos da entrevista, deixou claro que o AI I era o melhor lugar para o filho crescer, pois o adolescente estava longe de

drogas, da fome, da violência e, assim estudaria, sairia trabalhando, com o dinheiro para ajudar nas despesas da casa.

Paulo estava retornando para passar as férias e D. Maria preparava uma viagem ao interior, longe de problemas, drogas e influências negativas da comunidade. De acordo com a mãe de Paulo, o adolescente, no interior, poderia brincar, divertir-se, tomar banho no açude e jogar bola o dia inteiro. Todavia, para retornar definitivamente, D. Maria não levantou muitas expectativas, pois primeiramente precisava ter uma casa só para eles e sua neta e sem essa estrutura ela não poderia aceitar o filho de volta.

**Na segunda fase da entrevista,** D. Maria estava com um aspecto mais tranquilo, pois seu filho, que esteve institucionalizado junto com Paulo, estava sem usar drogas, trabalhando e morando com o pai. D. Maria ainda estava trabalhando como faxineira na casa de sua irmã – tia de Paulo - que pagava R\$ 20 (vinte reais) por dia, sendo que esse dinheiro era todo direcionado para comprar comida e fraldas para a neta. Sua filha Kelly também a ajudava com uma cesta básica, que o genro comprava e com um local para dormirem na casa.

D. Maria conta que foi ao interior com Paulo e ficaram na casa de uma das filhas que estava grávida. Mas, passado pouco tempo, Paulo se envolveu com uma mulher casada que lhe dava presentes como celular e jogos. As pessoas da comunidade, quando descobriram, quiseram bater nele e D. Maria se vendo sem ajuda, pois estava sozinha com Paulo, a neta e sua filha, resolveu voltar para Fortaleza. Paulo não entendeu a gravidade da sua atitude e naquele momento ficou com raiva da mãe, porém logo depois conversaram e se entenderam.

D. Maria, naquele momento, não pode acolher o filho, pois não tinha onde ficar, vivendo, ainda, na casa com Kelly. Mesmo assim, tinha vontade de ter um lar e montava estratégias para alugar alguma casa na comunidade. Para D. Maria, a falta de uma moradia era o principal motivo para o não retorno familiar de Paulo.

**Na terceira fase da entrevista,** D. Maria chegou mais determinada a ter a sua casa e consecutivamente o filho de volta para morarem juntos. Paulo estava trabalhando em uma loja localizada em um shopping de Fortaleza e para o orgulho da mãe, sempre que podia, ia visitá-la e levava uma ajuda financeira para comprar alimentação e pagar as contas que tinha na mercearia.

Paulo, sempre que passava o dia com a mãe, cobrava e até se emocionava quando sonhava em ter uma casa, mesmo que alugada, entretanto, D. Maria mostrava não ter a mínima condição de manter o aluguel e a alimentação. Por isso, a mãe do adolescente ainda morava, com a neta, na casa da filha Kelly e todos os dias eram cobradas pelo genro para providenciar a casa, pois não tinha mais condições de sustentar a todos.

Mesmo com Paulo, todos esses anos, institucionalizado, D. Maria não reconhecia que houve mudanças na vida dela e da sua família para haver a reinserção familiar. Mas, tinha orgulho de ver seu filho trabalhando e estudando. Naquele momento ansiava ter o filho por perto já que perdeu a primeira fase da sua vida (a infância), queria acompanhar a adolescência, mas para isso faltava uma moradia.

### ***Instituição***

O educador Bento na **primeira fase da entrevista** relatou que Paulo chegou ao AI I quando era pequeno, mas logo se adaptou, nunca foi problemático, sempre foi respeitador e principalmente calado. Era querido entre os educadores, entre os coordenadores e entre os técnicos institucionais.

Paulo passou seis anos no AI I e tinha um histórico forte de situação de rua, pois a mãe, as irmãs, os irmãos e o padrasto moravam nas ruas. Cássio relatou aspectos importantes que não foram comentados nem por D. Maria, nem por Paulo. Entre muitas vulnerabilidades sociais, a família de Paulo passou por séries de abusos sexuais, principalmente Paulo. Com a abordagem de rua, foi descoberto esse histórico e o padrasto abusador foi preso.

D. Maria, com o uso de drogas, vendeu a sua casa por R\$ 300 (trezentos reais). O educador social contou que inicialmente Paulo estava certo que iria morar com a irmã Kelly, mas em uma das convivências de férias, Paulo, na época tinha 13 anos, tentou abusar de uma sobrinha de 12 anos, gerando, assim um repúdio dos genros e receio de aceitá-lo para morar junto com as sobrinhas. A questão da sexualidade de Paulo foi uma preocupação da equipe técnica. Destacou que Paulo desenvolveu aspectos da sexualidade antes do tempo necessário para sua idade. Desde quando chegou à instituição, Paulo procurava outros meninos para se relacionar, quando perguntado sobre a sua orientação sexual, afirmava ser heterossexual. Bento afirmou que isso é um

comportamento muito comum entre os meninos que chegavam à instituição, alguns agiam de forma explícita e sem pudor, mas Paulo sabia disfarçar, agindo com muita discrição.

Em relação à família, Bento observava um carinho e cumplicidade entre Paulo e seus familiares, principalmente em relação a sua mãe. Contou que Paulo sofreu ao saber do envolvimento do irmão, que também viveu institucionalizado no mesmo acolhimento, com drogas e atos infracionais. Diferente do irmão, Paulo tinha mais senso crítico e pensava bem antes de tomar qualquer atitude.

O educador social apostou que o adolescente não teria problemas com a lei e nem com o uso de drogas. Sobre o futuro, Bento afirmou que Paulo ainda amadurecerá em muitos aspectos e que não teria nenhum problema na sua convivência familiar e comunitária.

**Na terceira fase da entrevista**, Cássio retratou a excelente relação que Paulo tinha com a mãe. E que diferente de alguns anos anteriores, D. Maria estava lutando para ter seus filhos e sua casa de volta. Paulo estava no AI II, estudando e trabalhando numa loja em um shopping em Fortaleza, além disso, estava participando e se destacando no time que jogou na copa do mundo de meninos de rua, que aconteceu no Rio de Janeiro, no mês de abril de 2014.

Cássio esperava que Paulo fosse um exemplo de superação numa família que só apresentava vulnerabilidades sociais como moradia nas ruas, violências, atos infracionais e uso de drogas. A partir dele foram depositadas muitas esperanças de mudança na história familiar.

A instituição de acolhimento, na fase final das entrevistas, ajudou D. Maria e Paulo a comprar uma casa no mesmo bairro, próximo à Kelly. Dessa forma Paulo poderia voltar para o convívio familiar e comunitário, ajudando a sua família, trabalhando e estudando.

#### **e) Francisco**

##### ***Adolescente***

Francisco tinha 15 anos e estava no AI I desde os seus 10 anos. **Na primeira fase da entrevista**, estava ansioso, impaciente e ameaçava constantemente fugir do AI I se não voltasse para a sua família. Contou que veio de uma família de cinco filhos,

sendo ele o mais novo dos três homens, havendo mais duas meninas, ainda pequenas. Francisco tinha pouco contato com o irmão mais velho, sendo mais próximo do seu irmão Diego. Seu pai vivia da mendicância e a sua mãe encontrava-se em sérias condições de dependência química e de prostituição.

Francisco foi abordado no terminal do Siqueira por um dos educadores sociais do AI I, o adolescente estava usando maconha, Rohypnol, cola e cometendo atos infracionais. Em seguida foi encaminhado ao Albergue, onde passou poucos dias até ser direcionado ao AI I, onde passou três anos institucionalizado. Nos primeiros dias gostou das atividades que havia na instituição, como por exemplo, jogar bola, tomar banho na piscina e da alimentação. Mas, com o tempo passado, a saudade da família foi aumentando e, com ela, a vontade de voltar para casa. Apesar de gostar das regalias que o AI I oferecia, Francisco se sentia preso, pois não podia sair na hora que queria, nem podia comprar o que desejava.

Francisco se lembrou de que quando ainda era pequeno, D. Kátia, sua mãe, cuidava dos filhos, das atividades domésticas e trabalhava como faxineira. Até que um dia uma mulher da comunidade começou a chamar D. Kátia para consumir drogas e ir às festas. A partir desse momento em que sua mãe começou a usar drogas, Francisco e os irmãos começaram a sair de casa e a dormir nos terminais de ônibus.

O convívio familiar era agradável até o momento em que D. Kátia começou a usar drogas. A partir desse momento o consumo era feito dentro de casa, na frente dos filhos e muitas vezes na companhia de outros usuários de droga. A casa começou a se desorganizar e os equipamentos domésticos começaram a sumir.

Com essa situação Francisco criou uma parceria com o irmão Diego, que também já esteve institucionalizado no AI I e passou por um processo de reabilitação do uso de drogas. Diego vinha visitar, sempre que a equipe técnica requisitava alguém da família, já que sua mãe encontrava-se impossibilitada.

Apesar de toda essa situação Francisco sentia saudade da família e não sabia onde ficaria ao sair do AI I, pois poderia ficar com a avó, na presença dos tios e dos primos traficantes e dos usuários de droga, ou na casa com a mãe, local este que estava servindo como “boca de fumo”.

O maior receio do adolescente era o de chegar a casa e estar tudo desarrumado, tanto as coisas fora do lugar, como a mãe jogada no chão, drogada. Além disso,

expressou o seu medo de voltar a usar maconha e ficar na mesma situação da mãe. Relatou, ainda, que esperava contar com a ajuda da vizinha, principalmente com a alimentação.

Francisco tinha como planejamento para a saída da instituição o engajamento na igreja do seu bairro, trabalhar e estudar. Caso desse errado o retorno familiar, já tinha como opção o AI II. O Francisco definiu-se que antes era sujo, magro e cheirava a solvente, no presente definiu-se como rebelde, experiente e que iria lutar para melhorar de vida.

**Na segunda fase da entrevista,** Francisco estava no AI II. No momento da entrevista, estava calado, respondia com poucas palavras (“sim, não, pode ser”...) e demonstrava se sentir triste por ter voltado, mais uma vez, à instituição. No período de um mês o adolescente foi para a sua casa, mas as condições de moradia impossibilitaram a sua estadia, fazendo com que Francisco fosse para a casa da avó e de lá, não suportando mais, fosse à casa de um amigo da comunidade.

D. Kátia continuava a usar drogas e suas duas filhas, mais novas, estavam abandonadas, perambulando na comunidade, sem ninguém para cuidar. Diego e Francisco decidiram, assim, por voltar ao AI II até o momento em que arrumassem um emprego e voltassem trabalhando para cuidar das irmãs e da mãe.

**Na terceira fase da entrevista,** Francisco estava novamente na sua casa. O adolescente saiu do AI II, pois infringiu a regra do acolhimento de usar droga (maconha), mesmo não estando dentro da casa. Mesmo saindo do ambiente institucional, o adolescente permaneceu estudando, cursando o 9º ano e trabalhando numa empresa como jovem aprendiz. Quando voltaram à comunidade, Diego e Francisco pediram a sua mãe para que saísse de casa e ela foi morar com um companheiro e os dois se juntaram para tirar todo o lixo, limpando, assim, o novo ambiente que morariam.

Aos poucos, com o dinheiro do salário, foram comprando, mesmo semiusados, os eletrodomésticos necessários: a geladeira, o fogão de duas bocas, a televisão e o aparelho de DVD. A casa estava com outro aspecto e os dois irmãos passaram a contar um com o outro, dividindo, assim, os principais momentos de alegrias e de dificuldades.

Francisco estava namorando e afirmou que não trocará mais a liberdade da sua casa, pelo ambiente preso dos dois acolhimentos institucionais. Entre os planos pro

futuro, o adolescente desejou continuar os estudos, fazer uma faculdade e continuar trabalhando. No período da entrevista foi convocado para jogar na seleção brasileira na copa do mundo de meninos de rua no mês de abril de 2014.

### ***Familiar***

Diego, 17 anos, é irmão e considerado o melhor amigo de Francisco. Em todos os momentos da pesquisa tentou trazer a mãe, D. Kátia, mas as condições físicas estavam abaladas pelo uso de drogas. **Na primeira fase da entrevista**, Diego estava morando com sua avó, com uma das suas irmãs, que tem 6 anos, com seu pai e primos. A sua irmã mais nova tinha 3 anos, vivia perambulando pela comunidade e, de acordo com Diego, sofria com o abandono por causa dos vícios da mãe.

Diego tinha sido a única pessoa da família que, nos últimos meses, tinha visitado Francisco e quando chegava à instituição recebia conselhos dos educadores. Diego falava com carinho do seu irmão dando características boas como, por exemplo, um menino danado, carinhoso, amigo e parceiro.

Diego estava agradecido à equipe técnica do AI I pelo apoio afetivo e financeiro. Afirmou que o tratamento para uso de drogas só foi conseguido com a ajuda dos educadores sociais da instituição. Mas, infelizmente, quando se deparou com a realidade da sua casa, logo vinha um sentimento de angústia, desespero e vontade de recair. Em relação à volta de Francisco, Diego afirmou que estava pronto para ficar junto com o irmão, mas só conseguiriam superar as dificuldades se ficassem unidos e principalmente longe da mãe.

**Na segunda fase da entrevista**, Francisco e Diego estavam juntos, morando no AI II. De acordo com Diego a sua condição familiar e comunitária estava cada vez mais precária e o ambiente da sua casa estava impossível de conviver. Por estarem juntos no mesmo ambiente institucional, os irmãos cuidavam um do outro e quando estavam errados, sabiam conversar e resolver os problemas entre si.

Diego afirmou que Francisco era um adolescente com vontade de trabalhar, esforçado e dedicado. Sobre o futuro, desejava que o irmão tivesse condições de bancar uma faculdade e juntos arrumarem um emprego melhor e, por fim, serem independentes. Para que ocorresse, com sucesso, a reinserção familiar, Diego julgou necessário que sua mãe mudasse de vida e saísse das drogas. Enquanto isso não acontecia, os dois adolescentes ficaram juntos no AI II.

**Na terceira fase da entrevista,** Diego e Francisco estavam de volta na casa da mãe. De acordo com o Diego, não foi fácil voltar à realidade, pois nada havia mudado nem na família, nem na comunidade. Por isso, a primeira atitude tomada foi pedir que a mãe saísse de casa e esta foi morar com um companheiro, levando, assim, a irmã mais nova. Depois jogaram todo lixo deixado pela casa, limpando completamente o ambiente. Em seguida, compraram, aos poucos e com as quinzenas do salário de jovem aprendiz, os eletrodomésticos que faltavam na casa, como por exemplo, ventilador, fogão, televisão e um aparelho de DVD.

Os irmãos se apoiavam um no outro, pois nenhum familiar e ninguém da comunidade buscava ajudá-los. O dinheiro que recebiam servia para comprar a alimentação e pagar as contas. Na casa, Diego assumiu a responsabilidade de cuidar de Francisco, acordando-o, preparando o café e zelando para que continuasse trabalhando e estudando. Os dois arrumavam a casa, faziam a comida e lavavam a própria roupa. Essa postura, de acordo com Diego, fez com que ele e o irmão amadurecessem, pois no anseio de buscar um futuro diferente, tiveram que buscar, primeiramente, a independência.

Diego usualmente fazia uso da maconha, mas evitava ficar com os vizinhos e primos, pois constantemente ofereciam drogas “mais pesadas” e não desejava voltar para a vida de dependente químico que levava anteriormente. A mãe dos dois adolescentes, D. Kátia, no momento da volta e das mudanças dos filhos, parou de usar droga e de se prostituir; vivendo, assim, com outro companheiro.

### ***Instituição***

Bento, **na primeira fase da entrevista,** expôs que Francisco é um dos adolescentes que mais enfrentaria dificuldades na reinserção familiar, precisando, assim, de muito apoio para enfrentar as dificuldades. Francisco estava institucionalizado há aproximadamente três anos e nesse período que esteve no AI I era extremamente delicado, carinhoso e atencioso, mas gostava de impor regras aos novatos e mais novos que ele e quando não o obedeciam chegava a bater.

De acordo com o educador, a família passava por inúmeras situações de vulnerabilidade, principalmente pelo uso de drogas. Muitas vezes o adolescente

chorava, querendo voltar para casa, mas ao lembrar a situação que rondava a família, desistia e compartilhava uma ansiedade para saber o que seria da sua vida.

Durante todo esse tempo institucionalizado, a mãe - D. Kátia - foi poucas vezes visitá-lo no AI I, mas o irmão, Diego, sempre que podia, passava o final de semana com o irmão no AI I. Sem esse apoio e a companhia do irmão, Francisco não teria superado os momentos de angústia.

Francisco sempre teve dificuldade para receber ordens dos educadores sociais, mesmo assim, no momento da entrevista, Bento frisou uma grande mudança de comportamento. O adolescente falava em ter um emprego, ganhar seu salário, se sustentar, ajudar a mãe que, apesar dos vícios, era tida como intocável, mas quando revia a sua situação familiar perdia todas as expectativas.

Mesmo com todas essas dificuldades, Bento afirmou que já estava na hora do adolescente voltar para casa, pois o AI I, em uma determinada fase, não oferecia mais nenhuma vantagem para o crescimento pessoal dos institucionalizados. Para esse apoio Francisco tinha seu irmão, Diego, e juntos poderiam procurar muitas opções para vencer as dificuldades da vida.

**Na terceira fase da entrevista,** Cássio, conta que os irmãos eram unidos e formavam parcerias para driblar as dificuldades. Francisco e Diego eram simpáticos, cativantes e por onde passavam deixavam amigos e pessoas que gostavam de ajudá-los. No mesmo período em que Francisco saiu do AI I, Diego também saiu da clínica de reabilitação para dependentes químicos. Neste momento, foram encaminhados para o AI II, no entanto, com pouco tempo institucionalizados, infringiram a regra da casa que proibia o uso de qualquer tipo de droga ilícita.

Antes de saírem, a equipe técnica e os educadores sociais buscaram outras opções que excluíssem a possibilidade de voltarem para a casa da mãe. Pediram ajuda à avó materna, porém, devido a frágil saúde e as precárias condições financeiras foi recusado o pedido. Outra opção era o encaminhamento a outro Acolhimento Institucional na cidade de Fortaleza, mas os dois adolescentes não aceitaram a proposta.

Para a equipe do AI II o momento de levá-los à casa da mãe foi difícil, pois tinham a certeza que perderiam os dois adolescentes para um ambiente rodeado por droga, por prostituição, por violência e por insegurança. Todo o esforço de luta,

investimento para a recuperação de Francisco e de Diego foi vista “jogada por água abaixo”.

Mas, para a surpresa de todos os que trabalhavam no AI II, Francisco e Diego conseguiram superar muitas dificuldades. Primeiramente, a mãe saiu de casa, parou com o uso de drogas e está vivendo com outro companheiro. Os dois adolescentes estavam trabalhando, estudando e Francisco foi chamado para compor o time que representou o Brasil na copa do mundo dos meninos de rua. O adolescente se destacou e se posicionou de forma surpreendente, pois se tornou um líder na equipe, questionador e esforçado nos treinos.

Francisco continuou morando num ambiente rodeado por drogas, pela violência e numa conversa informal com os outros jogadores do time, Cássio escutou um depoimento do adolescente que contava aos demais como ele fazia para driblar os traficantes e vendedores de droga da sua comunidade. A estratégia criada foi ficar alheio e ao passar por eles falava normalmente, mas se oferecessem, dizia tranquilamente que naquele momento não dava, agradecia e seguia adiante.

Cássio afirmou que se Francisco continuasse nesse caminho, chegando futuramente a construir a sua família e sobreviver na comunidade que mora, isso seria uma grande vitória tanto para a família como para a Instituição de Acolhimento que o acompanhava.

## 5.2. Análise das Categorias Temáticas

Baseados nos estudos de caso apresentados anteriormente, uma discussão será traçada buscando compreender o processo de reinserção familiar dos cinco adolescentes em estudo (Marcos, Daniel, Leandro, Paulo e Francisco). Dessa forma, serão apresentadas categorias e subcategorias temáticas, a partir das quais o processo de reinserção familiar poderá ser melhor compreendido. A Tabela 4 apresenta uma descrição sucinta das categorias e subcategorias de análise.

Tabela 5

*Categorias e Subcategorias de Análise dos Resultados*

---

### **Categorias/Subcategorias de Análise**

---

1. Expectativas e sentimentos quanto à reinserção familiar
    - 1.1. Sob a ótica dos adolescentes
    - 1.2. Sob a ótica dos familiares
    - 1.3. Sob a ótica dos educadores sociais
  2. Transições Ecológicas - Mudanças e Continuidades
  3. Fatores relacionados às transições ecológicas no processo de reinserção familiar
    - 3.1. Vulnerabilidades dos adolescentes
      - 3.1.1. Uso de Drogas
      - 3.1.2. Comportamento dos adolescentes
    - 3.2. Vulnerabilidades dos familiares
      - 3.2.1. Uso de Drogas
      - 3.2.2. Moradia nas Ruas
      - 3.2.3. Conflitos Intrafamiliares
      - 3.2.4. Dificuldades Financeiras
    - 3.3. O Papel dos Acolhimentos Institucionais
      - 3.3.1. Uma história de múltiplas institucionalizações
      - 3.3.2. Formas de Apoio institucional aos adolescentes e às famílias
    - 3.4. O Papel dos avós
    - 3.5. Suporte entre irmãos
-

## **1. “Eu tô voltando pra casa”: Expectativas e sentimentos relacionados à reinserção familiar**

### **1.1. Sob a ótica dos Adolescentes**

Levando em consideração a expectativa de voltar para casa, os adolescentes apresentaram uma ansiedade em reencontrar os familiares e de recomeçarem a viver junto a eles. Neste momento da entrevista, todos mostraram a vontade de sair e ficar definitivamente com a família, sem intenção de se reinstitucionalizar. Além disso, não relataram conflitos e dificuldades, como se pode verificar na frase abaixo:

O que tem de bom? Voltar pra minha família de novo. O que tem de ruim? Nada [...] Eles [familiares] tão alegre, né? Me esperando, porque já faz é tempo que eles num me veem e eu num vejo eles (Marcos).

Mas eu num voltaria não [para o abrigo] Por quê? Por causa da família, né? (Leandro).

Daniel foi o único adolescente que mostrou pouca empolgação pelo retorno familiar. Nota-se esse aspecto através das falas: *“Até agora eu só sei que eu vou morar mais a minha irmã”* ou *“Acho que vai ser muito difícil. Acho que num vou nem sair de casa”* e ainda repetiu várias vezes: *“Ninguém me espera não”*.

No que concerne à expectativa pela volta ao contexto familiar, os adolescentes expressaram entusiasmo em trabalhar e colaborar com as despesas de casa. *“Que eu vou trabalhar, né? Ajudar a minha família, ajudar a minha mãe. Pra arranjar uma casinha pra nós”* (Paulo).

Além disso, determinaram como “ultrapassadas” e superadas as dificuldades pessoais e do microssistema familiar que levaram à institucionalização.

Agora, né, já tem tudo lá em casa, já. [...] Mudou, tia. Antes eu era muito danado... a vó falava e eu ficava respondendo ela. Agora não, ela fala e eu fico calado (Marcos).

Quero Trabalhar, estudar... Tentar ficar longe de ver as pessoas usando droga. Tentar ir pra igreja. Igreja... Lá pertim de casa. Tentar não usar droga, né... (Francisco).

Diante das expectativas, Leandro e Daniel trouxeram no discurso aspectos negativos que se contrapuseram aos demais adolescentes entrevistados. Apesar de terem passado anos institucionalizados estavam conscientes sobre as dificuldades que encontrariam quando da volta para casa.

Coisa ruim em voltar pra casa? As drogas, tia (Leandro).

Vou encontrar a minha família... é... na miséria. [...] Sei não, tia. Do mesmo jeito, né? Do mesmo jeito que era antes. Mesma vida (Daniel).

Considerando os sentimentos que ocorrem nesse período próximo à reinserção familiar, todos os adolescentes apresentaram o medo, a insegurança e a ansiedade de repetir experiências que os fizeram sair de casa. Esse aspecto se reforça tanto na família, como na comunidade onde estão inseridos.

Tenho medo que a minha mãe pode ir lá botar o maior queixo [Para voltar a trabalhar nos terminais para integração de ônibus vendendo bombons] (Daniel).

Tudo o que tem pra encontrar de ruim tá lá. [...] As drogas lá... Na rua tem é muito. E dentro de casa também. É... Meu tio e minha tia tudo fuma dentro de casa lá. Quando eu tava lá, meu tio tava ameaçado (Leandro).

Tenho medo que o meu irmão volte a usar drogas (Paulo).

Encontrar a minha casa toda desarrumada. Só isso. Minha mãe usando droga. Em péssimo estado (Francisco).

Mesmo com receio diante dessas dificuldades, os adolescentes recuperavam em suas falas, logo em seguida, as expectativas atuais e a vontade de mudar a si mesmos.

Não, meu medo é dizer não, porque eles podem até fazer alguma coisa comigo, né? Tem perigo não, tia, eu cair em tentação (Marcos).

Tia, o Paulo pequeno só pensava em brincar, e agora esse Paulo grande pensa em...Pensa em estudar... Trabalhar... Ter uma vida boa (Paulo).

Eu era magro, sujo, pura solvente pensava em melhorar minha vida. Agora tá bom, mas ele tá rebelde. Ficou mais experiente” (Francisco).

Daniel foi o único adolescente que continuou com o sentimento de angústia e indecisão sobre o seu processo de reinserção familiar. Acreditava que ainda permaneceria mais algum tempo no AI I. Quando descrevia esse sentimento mantinha a cabeça baixa, não conseguindo olhar, em nenhum momento, para os olhos da pesquisadora “*Vai ser muito difícil [...] quem me espera? Ninguém me espera*”.

## **1.2. Sob a ótica dos Familiares**

No início da entrevista os familiares manifestaram uma crença nas mudanças de comportamento dos adolescentes, uma vez que tinham a impressão de que os mesmos ainda passariam algum tempo institucionalizados. Quando lembrados que faltava um mês para acolherem os adolescentes, pois já tinham idade para voltar para casa (o prazo para o acolhimento no AI I é até os 14 anos), os familiares mudaram o discurso e mostraram-se preocupados com esse retorno familiar. Assim, revelaram-se intolerantes caso o adolescente fizesse algo que os desagradassem:

O Marcos é uma benção. O Marcos é um abençoado quando ele tá aqui [AI I], né? Mas quando ele chega em casa ele muda demais. Quer se soltar. Se ele der trabalho, nem sei o que fazer, mandar pra onde? (D. Zefa – Avó Paterna de Marcos).

D. Ana (Avó materna de Leandro) não acredita na mudança do adolescente e já expressava preocupação em ocupá-lo para ajudar dentro de casa:

Ah, acho que é bom se ele voltar, né... Agora, oh, ele num melhora mais do que isso não, viu? Não. Ah, vou esperar o Leandro melhorar pra arrumar um emprego. Por enquanto, não. Ele já fez três entrevistas e não passou em

nenhuma. Agora se ele num estudar, bora, você vai trabalhar pra mim ajudar. [...] Eu tenho muito medo. Muito medo mesmo.

Mara (Irmã de Daniel) e D. Maria (Mãe de Paulo) estavam empolgadas com o retorno familiar, mas só enxergavam as facilidades da convivência, deixando de lado os obstáculos:

Não, acho que num vai ter dificuldade não. Ele é um menino muito calmo, acho que num vai ter problema não (Mara – Irmã de Daniel).

Vai ter dificuldade não, se Deus quiser. Porque eu me esforço, trabalho, não tenho preguiça de trabalhar. Eu só quero que ele me dê amor e carinho. E atenção. O resto, Deus me ajuda (D. Maria – Mãe de Paulo).

Todos os familiares tinham esperança na possibilidade dos adolescentes voltarem para casa trabalhando e assim ajudar nas despesas da casa e ocuparem o tempo livre.

Me ajudar, vai ter de ajudar o pai dele, né? Trabalhar, ajudar o pai dele. Ele tem um pensamento muito bom, ele disse: “quando eu trabalhar, mamãe, eu vou ajudar a senhora e ajudar o pai” (D. Zefa - Avó Marcos).

Eu ainda nem parei pra pensar nisso... A gente pouco vai ter tempo, ele já vem trabalhando e estudando, e eu também do mesmo jeito (Mara – Irmã Daniel).

Diego quando perguntado pela expectativa da volta do irmão Francisco mostrou-se preocupado. As condições físicas da casa, a violência na comunidade, tráfico e o uso de drogas por parte da mãe foram colocados como obstáculos.

Eu vou falar de mim. Eu tô esperando ele vim, sabe, se der certo mesmo, né? [...] Vai ser difícil, sabe? É como tá na UTI, tá entendendo? [...] Depois que eu voltei da clínica, é difícil eu ir pra lá [casa da mãe]. Mas eu entrei uma vez lá, e tá tudo como tava. No corredor, sabe, aquela sujeira, sabe? Eu tava até comentando com a minha namorada que quando eu cheguei da clínica tava tudo sujo, aí eu emburaquei pra minha vó. Além da sujeira lá de casa, é o modo como ele vai ser

tratado. Se ele for voltar pra lá, é melhor ele passar um tempo na vó, tá entendendo? [...] Lá em casa, lá em casa, eu num sei não. É ruim. O estado que tá, né, a violência que tá ocorrendo em todo canto [...]. (Diego – Irmão de Francisco)

### **1.3. Sob a ótica dos Educadores Sociais**

O educador Bento quando perguntado sobre a expectativa da reinserção familiar, nos cinco casos, relacionou as dificuldades desse processo com o uso de drogas por parte dos familiares ou dos adolescentes, deixando claro que o desafio para a reinserção familiar é o histórico de uso de drogas:

O Marcos nunca, desde quando ele tá aqui, ele nunca teve um envolvimento com coisas erradas. As mais erradas que a gente fala, né... cigarro, droga... eu pelo menos nunca ouvi falar dele envolvido com isso. Em casa, ele vem, as saídas dele são tranquila. Então, eu acho que já tá na época.

[...] O Daniel tem muito a ver com o irmão, que um menino assim muito responsável. Eles não vieram pra cá por envolvimento com droga, foi só a questão da mãe, a exploração, né... Eu acho que ele vai conseguir. O retorno pra família vai ser... hoje, pra mim, vai ser o mais complicado.

[...] Mas... pode ser também que ele [Paulo] encontre alguns obstáculos. Hoje ele já tem um passo a mais, porque da última vez que a mãe dele veio aqui ela disse que o irmão não tava mais envolvido com droga.

Da mesma forma dos adolescentes e familiares, o educador apresenta em seu discurso uma grande expectativa e preocupação pelo primeiro emprego dos adolescentes, principalmente quando essa será a forma de sustento da família. Nesse aspecto o educador também expõe a maturidade e o tempo certo para entrar no mercado de trabalho, pois alguns meninos não estão preparados para assumir a responsabilidade, mas se veem obrigados a aceitar, pois é a oportunidade que têm para voltar pra casa dos familiares e sair da instituição.

[Marcos] nunca demonstrou vontade de voltar pra casa sem ter uma ocupação. Parece que nesse ponto ele é bem crescido... Imaginar que o trabalho vai ser uma ótima ajuda pra ele.

É difícil a gente entender o que o Leandro realmente quer da vida. Por exemplo, a questão do emprego, será que é isso mesmo que o Leandro tá querendo? Porque você olhando assim pra ele, ele é uma pessoa arredia, morta, parece que o emprego é só uma aventura, que é só passear depois de sair do sítio... Você não percebe ainda a responsabilidade que ele tem.

Eu acho que... eu não sei hoje da situação da família, a situação da mãe dele [Paulo]... Mas eu acho que ele vai dar certo, certamente vai passar um período lá na casa [AI II] ainda, até que ele amadureça mais um pouco essa parte profissional.

Mesmo com a expectativa de sucesso no retorno familiar, Bento corroborou o sentimento de angústia e de insegurança expressos por Daniel sobre a sua volta para casa. O educador deixou claro que a família desse adolescente não estava preparada para acolhê-lo e que o adolescente não estava empolgado para voltar à família.

Ele ainda num demonstra nenhuma vontade de sair daqui, pelo menos, agora. [...] ele nem disse diretamente que queria sair, mas parece que quando vem assim à mente as coisas que ele passou, aí dá logo vontade de desistir, né...? Parece que ele ainda tem medo de chegar lá e acontecer alguma coisa.

De acordo com os resultados, foi possível notar que, em geral, os adolescentes apresentaram expectativas e sentimentos mais positivos sobre a reinserção familiar do que os seus familiares e educadores sociais. De acordo com os adolescentes, a possibilidade de ficar perto dos familiares e manter o bom comportamento, sem se envolver com a comunidade ajudaria a manter uma melhor convivência.

Diferente dos adolescentes, os familiares e educadores impuseram dificuldades e limites como o uso de drogas, falta de habitação e a violência na comunidade, motivos esses apontados como a causa da institucionalização. Mas, assim como os adolescentes, os familiares e educadores sociais visualizaram no emprego de “jovem aprendiz” a

possibilidade de ajudar e mudar a situação familiar, além de ocupar diariamente o adolescente, evitando o tempo livre e consecutivamente o contato com a violência e drogas na comunidade.

A oportunidade de emprego é considerada uma das maiores preocupações na vida de jovens em qualquer estratificação social. Ao levar em consideração adolescentes/jovens em vulnerabilidade social, as formas de trabalho são exercidas com precariedade e a grande maioria na informalidade, sem nenhuma proteção e expectativa de futuro. Motivados pela necessidade de obter renda para subsistência própria e/ou da família, ou acesso aos bens impostos a todos pela sociedade do consumo, ou pela descrença nos estudos como propulsor de melhores condições de vida no futuro, considerando o agravante que muitas vezes a escola é mais entediante do que motivadora e criativa, não lhes é garantida a oportunidade ao trabalho decente (Gonçalves, 2014).

A proposta apresentada na Lei 10.097 de dezembro de 2000 assume quatro pontos importantes para o trabalho com jovem aprendiz em seu primeiro emprego: 1) Mais e Melhor Educação; 2) Conciliação de Estudos, Trabalho e Vida Familiar; 3) Inserção Ativa e Digna no Mundo do Trabalho; 4) Diálogo Social. Esses pontos deveriam nortear toda a oferta de oportunidades de trabalho para adolescentes e jovens, em especial por ocasião de suas primeiras experiências, sem o que praticamente não existem reais perspectivas de crescimento ou de boas trajetórias; seja a inclusão no mundo laboral realizada por vagas de estágio, *trainee* ou em outras ações empreendedoras, a condição especial desse momento da vida merece um olhar especial da sociedade e do mercado de trabalho (Gonçalves, 2014).

O processo de volta para casa e as expectativas mais positivas do que negativas dos adolescentes se relacionam com o distanciamento dos aspectos negativos da família e da comunidade enquanto estão acolhidos. Além disso, o trabalho de reatamento de vínculos familiares proporciona uma maior proximidade entre os membros familiares, no espaço de acolhimento, deixando de lado as dificuldades e obstáculos que possivelmente encontrarão no contexto familiar e comunitário.

Devido a escassez de estudos que enfoquem nas expectativas e sentimentos dos adolescentes, familiares e educadores sociais, anterior a saída do acolhimento institucional abordaremos a importância do trabalho da equipe institucional com o

vínculo familiar dos adolescentes com histórico de situação de rua. Estudos apontam que este é um fator primordial a ser considerado na descrição e no trabalho com o público que está em situação de rua. A maioria das crianças e adolescentes encontrada na rua não é abandonada, pois, geralmente, mantém um ponto de referência com relação ao grupo familiar e, mesmo após a saída de suas casas, os jovens “em situação de rua” mantêm contato com suas famílias. Esses vínculos devem ser analisados de forma dinâmica e contínua, devido às frequentes oscilações no grau e na configuração. Por isso é importante frisar que ao abordar a realidade vivida por essa população e por suas famílias é preciso refletir e trabalhar com a família contextualizada (Paludo & Koller, 2008).

Apesar de não ser uma medida imposta pelos órgãos responsáveis pela proteção da infância e juventude, o afastamento do convívio familiar é uma escolha que visa ao rompimento com a pobreza, a violência e a vulnerabilidade social. Mesmo com o ambiente institucional garantindo proteção e os direitos fundamentais, a criança e o adolescente tem o desejo de retornar para o convívio familiar. No entanto, para que esse retorno seja viável essas famílias precisam se reorganizar e se fortalecer para evitar a vitimização. Por isso, investir na família é dispor e assegurar à criança e ao adolescente o seu direito fundamental à convivência familiar. É necessário uma mudança cultural e um esforço da sociedade para desconstruir a crença de que essas famílias são incapazes e desqualificadas para o cuidado de seus filhos. Para isso, é preciso que os programas de atendimento sejam eficazes a fim de reconstruir a autoestima e potencializar a família como um sistema social capaz de promover bem-estar entre seus membros (Morais, Paludo, & Koller, 2010).

Outro aspecto importante é a relação entre a idade em que ocorreu a institucionalização e as expectativas positivas. Os adolescentes (no momento da coleta de dados estavam com 15 anos) foram acolhidos ainda crianças e criaram uma imagem ideal do seu contexto familiar pautando-se nos momentos de férias, visitas ou ainda em discussões sobre família traçados pelos educadores e técnicos do Acolhimento Institucional.

Essa família ideal baseia-se na tradição, uma noção que já é trazida pelo grupo social, pelas instituições ou pela mídia. A família vivida leva em consideração os modos habituais de agir dos membros que aparecem no cotidiano. A realidade vivida pelas

famílias das crianças e adolescentes em situação de rua ainda é um tema que merece atenção dos pesquisadores e profissionais que atuam na área, pois há dificuldades práticas de encontrar as casas e conversar com as pessoas do grupo familiar e da vizinhança (Yunes, Arrieche, & Tavares, 2001).

## 2. Transições ecológicas - Mudanças e continuidades

Ao longo dos três momentos de coleta de dados, verificou-se que os adolescentes foram encontrados em diferentes espaços, oscilando entre casas de familiares e mesmo entre diferentes espaços de acolhimento institucional. Por transição ecológica, entende-se uma função conjunta de mudanças biológicas e circunstanciais, ocorrendo sempre que a posição do indivíduo, no meio ambiente ecológico é modificada em consequência dessa mudança de papel, ambiente ou ambos (Bronfenbrenner, 1979/1996).

Levando em consideração que a entrada de um indivíduo em um novo contexto leva a mudanças de papéis (Bronfenbrenner, 1979/1996; Bronfenbrenner, 2011), podemos pensar nas transições ecológicas vivenciadas pelos adolescentes em estudo como grande fator que influencia o seu desenvolvimento. A Tabela 5 mostra os diferentes locais onde cada participante passou ao longo de cada momento da coleta de dados.

Tabela 6

*Locais onde os adolescentes se encontravam em cada momento da coleta de dados*

<b>Adolescente</b>	<b>T1</b>	<b>T2</b>	<b>T3</b>
Marcos	AI I	Casa da Avó Paterna	Casa da Avó Paterna
Daniel	AI I	Casa da mãe	AI II
Leandro	AI I	AI II	Casa da Avó Materna
Paulo	AI I	AI II	AI II
Francisco	AI I	AI II	Em casa com o irmão

De acordo com a análise da Tabela 5, verifica-se que os adolescentes apresentaram uma grande dinamicidade de transições pelos contextos familiares e institucionais. Essa rotatividade não ocorreu somente nos momentos em que os

adolescentes estiveram em processo de reinserção familiar (no período de acompanhamento da pesquisa), mas também durante vários momentos da sua história de vida prévia que são lembradas tanto pelos próprios adolescentes como, também, pelos familiares.

Marcos saiu do AI I, sem ter transitado, durante a sua vida, por outro acolhimento, se não a casa da sua avó paterna (ambiente do qual saiu quando tinha 9 anos). No contexto institucional conseguia conviver com as regras, diferente de quando voltou para a casa da sua avó paterna (por onde permaneceu durante todo o período da pesquisa). No seu contexto familiar, Marcos era cobrado a ser diferente do pai (usuário de drogas) e sofria ameaças de voltar ao Acolhimento Institucional, conduta que o angustiava.

Os demais adolescentes em estudo (Daniel, Leandro, Paulo e Francisco) transitaram por outros acolhimentos institucionais antes de chegar ao AI I. Dessa forma, tinham a expectativa de que retornando para o ambiente familiar e trabalhando como “jovem aprendiz” poderiam ter mais independência e ajudar nas despesas de casa. Mas, como visto na Tabela 5, em T2 (um mês após a saída do AI I), Daniel estava na casa da mãe submetido às mesmas condições de exploração de trabalho infantil e Leandro, Paulo e Francisco foram reinstitucionalizados no AI II, espaço no qual conseguiam conciliar estudo e trabalho com algumas visitas e ajuda financeira aos familiares.

A análise dos casos dos cinco adolescentes, portanto, apresenta diferentes locais/atividades nas quais estavam envolvidos em cada etapa da coleta de dados (ver Tabela 6). Essas transições ecológicas tendem a ser bastante dinâmicas e a acontecer numa velocidade maior do que nos casos de adolescentes que não experienciam a situação de rua, por exemplo. Após anos institucionalizados, os adolescentes retornaram às suas famílias com costumes adquiridos nos acolhimentos institucionais que transitaram. No momento em que estão se adaptando ao ambiente familiar são levados a mudar de contexto novamente, indo para casa de outros familiares e/ou outros acolhimentos institucionais.

Tabela 7

*Atividades nas quais os adolescentes estavam envolvidos em cada momento da coleta de dados (Escola, Cursos e Trabalho)*

<b>Adolescente</b>	<b>T1</b>	<b>T2</b>	<b>T3</b>
Marcos	Escola AI I	Escola I - Bairro Curso Profissionalizante Trabalho Jovem Aprendiz	Escola II - Bairro Curso Profissionalizante Trabalho Jovem Aprendiz
Daniel	Escola AI I	Escola – Bairro Mãe Curso Profissionalizante Trabalho Jovem Aprendiz	Escola - AI II Curso Profissionalizante Trabalho Jovem Aprendiz
Leandro	Escola AI I	Escola – AI II Curso Profissionalizante Trabalho Jovem Aprendiz	Sem estudar
Paulo	Escola AI I	Escola – AI II Curso Profissionalizante Trabalho Jovem Aprendiz	Escola – AI II Curso Profissionalizante Trabalho Jovem Aprendiz
Francisco	Escola AI I	Escola – AI II Curso Profissionalizante Trabalho Jovem Aprendiz	Escola II - Bairro Curso Profissionalizante Trabalho Jovem Aprendiz

Outras transições possíveis de observar (através da descrição dos casos e em grande parte sistematizadas na Tabela 6) são as mudanças de escola, de bairro, de amigos, de educadores sociais, mudanças de emprego, novos parentes morando na casa e o envolvimento/recaídas ou não dos familiares com as drogas. Também se leva em consideração as transições no âmbito biológico, pois todos estão na fase da adolescência, etapa esta caracterizada por mudanças intensas no funcionamento do corpo (pele, estatura, voz, órgãos genitais, etc.), e na relação com os outros (amizades, namoradas, etc.).

Essas transições ecológicas são necessárias para o saudável desenvolvimento humano, pois envolvem uma mudança de papel, ambiente (ou ambos) isto é, uma reorganização qualitativa nos aspectos psicológicos e comportamentais. No entanto, é importante frisar que no caso dos adolescentes em estudo, essas bruscas mudanças,

quando não acompanhadas das características de reciprocidade, afeto e equilíbrio de poder, descritas por Bronfenbrenner como propiciadoras de processos proximais positivos, pode ser geradora de disfunção (Narvaz & Koller, 2004).

Os processos proximais podem produzir dois tipos de efeitos que conduzem diferentes tipos de resultados evolutivos. Primeiramente os efeitos de competência definidos como aquisições e desenvolvimento de conhecimento, habilidades e capacidades para conduzir e direcionar seu próprio comportamento. E em segundo lugar, os efeitos de disfunção que são manifestações recorrentes de dificuldade em manter o controle e a integração do comportamento em diferentes domínios do desenvolvimento. Assim, os resultados de competência e/ou disfunção dependem da exposição aos processos proximais, que podem variar ao longo de cinco dimensões: duração e período de contato, frequência do contato ao longo do tempo, interrupção ou estabilidade da exposição, “*timing*” da interação e resultados evolutivos, em um determinado estágio do desenvolvimento, como uma função conjunta do processo, das características das pessoas, da natureza, do ambiente imediato em que vive, da intensidade e da frequência em relação ao período de tempo durante o qual foi exposta ao processo proximal e ao ambiente em que ocorreu. Além disso, consideram-se os fatores genéticos que são interdependentes de todos os processos e fatores já descritos (Narvaz & Koller, 2004).

Em T3 (seis meses após a saída do AI I) Daniel e Paulo estavam no AI II sem perspectiva de saída e mudanças no contexto familiar à reinserção familiar. No mesmo período, Leandro transitou por inúmeros contextos, como a casa do tio e logo em seguida a casa da avó materna. Francisco, após sair do AI II foi à casa da sua mãe, onde mudou o sistema, junto com o irmão Diego, tirando a sua mãe da casa e evitando o contato com o tráfico de drogas.

Assim, podemos perceber que em T3, os adolescentes estavam em lugares diferentes da rua, livres do uso das drogas, estudando e trabalhando. Porém, o contexto familiar e comunitário dos cinco adolescentes continuava marcado por inúmeras vulnerabilidades, como o uso de drogas, envolvimento de familiares com o tráfico e violência na comunidade, sem moradia e desempregados, além de violência e falta de projetos comunitários.

Os serviços de acolhimento institucional garantem o desenvolvimento de habilidades e competências de crianças e adolescentes, através da sua inserção em um espaço protegido; e, a partir de formas de inserção social positiva (música, dança, esporte, etc.), evitam o envolvimento dessas crianças e adolescentes com o uso de drogas, comportamento sexual de risco, delinquência e com a situação de rua. Muitos desses serviços têm incorporado, cada vez mais ao seu trabalho, o trabalho com as famílias das crianças/adolescentes atendidos. Isso é feito através do estudo da situação familiar, da realização de grupos de pais/mães ou responsáveis e de encaminhamentos diversos - atendimento psicoterápico, outros atendimentos de saúde, situação previdenciária, empregos etc. (Morais & Koller, 2012).

Assim, o ECA (1990) enfatiza, em sua as determinações, que a convivência familiar e comunitária é direito fundamental, reiterando a provisoriedade da medida de proteção de acolhimento institucional. Com isso, desde o momento em que a criança e o adolescente são acolhidos em uma instituição, deve-se buscar o seu desligamento institucional e reinseri-lo na família e comunidade. Por isso é feito um trabalho contínuo com os adolescentes em que se busca, através de uma reflexão, incentivá-los a montar estratégias de mudanças das suas fragilidades. Porém, a equipe institucional, muitas vezes, não consegue intervir nas vulnerabilidades dos familiares e da comunidade, impedindo, assim, que haja uma concreta reinserção familiar.

### **3. Fatores Relacionados às transições ecológicas no processo de reinserção familiar**

#### **3.1. Vulnerabilidades dos adolescentes**

Os adolescentes apresentaram vulnerabilidades pessoais que dificultaram o processo de reinserção família, realidade que pôde ser constatado na fala dos próprios adolescentes, assim como de seus familiares e educadores.

##### **3.1.1. Drogas**

O histórico do uso de drogas foi marcante em todos os discursos (adolescente, familiar e educadores sociais), principalmente nas entrevistas com os adolescentes. Em entrevista um mês antes de sair do AI I, essa vulnerabilidade foi apresentada tanto como

um dos principais motivos para institucionalização, como um obstáculo para o retorno ao ambiente familiar e comunitário.

Essa preocupação fica mais clara nas entrevistas com Leandro e Francisco que encontraram no AI I um local de fuga e de recuperação. Dessa forma, o AI I foi o local onde, estando longe da família e da comunidade, não haveria a “tentação”, nem o incentivo para fazer o uso das drogas.

É, cheguei com 10 anos. [...] Porque eu num tava aguentando mais não. Por causa das drogas [...] As drogas, tia... Maconha e pedra. [E tu começou com quantos anos?] Eu nem me lembro, tia. [...] Usava com o meu primo... Meu primo não, meu amigo na beira-mar (Leandro).

Porque eu ficava na rua usando droga e roubando os outro. Tava usando Maconha, cola, hypnol<sup>1</sup>. Aranha<sup>2</sup>. E Comecei a fazer coisa errada. [...] Usei droga (Francisco).

Em relação à saída do AI I, Leandro e Francisco mostraram ter receio de voltar para casa e retornarem a “usar droga”, principalmente quando se depararem com as dificuldades e as mesmas condições que os fizeram sair de casa.

Porque aqui ninguém usa droga, lá eles usam. [...] Eu já falei que eu tava era drogado... Eu tentei foi fugir daqui. É porque... as drogas, tia, na cabeça, tia (Leandro).

[Tem medo do que tu vai encontrar lá?] A minha casa toda desarrumada. Minha mãe usando droga, em péssimo estado. Tentar ficar longe de ver as

---

<sup>1</sup> O Rohypnol (pentobarbital sódico) é um anestésico geral intravenoso do grupo dos barbitúricos de curta duração. Além de sua utilização como pré-anestésico e no tratamento sintomático do "status epilepticus", possui uma importantíssima utilização para eutanásia. Droga utilizada através de um comprimido revestido de 1mg. Cada caixa contém 20 e 30 comprimidos.

<sup>2</sup> Substâncias anticolinérgicas lançados no mercado para o tratamento dos parkinsonianos. Eles fizeram conhecer-se rapidamente nos meios iniciados no uso indevido de drogas, a começar por menores em situação de rua. Entre eles, o Artane é conhecido pelos nomes populares de "artemis", "aranha" e "buquê"; e o Bentlyl por "bentinho". Droga utilizada através de um comprimido revestido de 1mg. Cada caixa contém 20 e 30 comprimidos.

peessoas usando droga. [E tem alguma coisa negativa em voltar pra casa? Alguma coisa ruim?] Tentar não usar droga, né?” (Francisco).

Após a saída do AI I, estando em casa, os adolescentes buscavam estratégias para fugir da influência da comunidade, do uso de drogas e da violência que cerca o tráfico. Algumas atitudes assustavam os adolescentes que meses antes se sentiam protegidos e naquele momento não sabiam para onde ir e nem a quem pedir ajuda.

Fui pra minha vó. Não, eu tava indo lá pra minha vó. Mas eu num tava dormindo lá não, eu tava dormindo lá na casa do meu amigo, eu dormia só às vezes na casa da minha vó. [...] Num gostava de usar lá não. Os “homem” batia era muito lá, tia. [...] O mais marcante foi levar um tiro. O cara perguntou se eu queria bala e atirou e eu corri (Francisco).

Os familiares, porém, acreditavam que a ocupação com estudo, cursos e o primeiro emprego ajudaria a amadurecer as atitudes dos adolescentes e afastá-los da comunidade e do uso de drogas. Segundo os familiares, a comunidade não oferecia oportunidades para os jovens e que no momento que saiam de casa se deparavam com o tráfico e regalias que a droga “inicialmente” pode trazer. Os familiares aconselhavam e buscavam estratégias para impedir o contato dos adolescentes com a comunidade.

Francisco ta meio lá, meio cá. De vez em quando ele pira a cabeça, tem a maconha no meio. Passar um tempo sem usar. Quando a gente não quer aparece tanta tentação (Diego-Irmão).

Antes eu falava tanto. Leandro, meu filho, olhe suas coisas, você tem que ser homem. Mal saiu do sítio e já ta fazendo besteira. O Leandro precisa do cantinho dele. Ele tem que continuar no trabalho dele. [...] Trabalhar e estudar por enquanto ele num pega não. Ele num conclui as duas coisas juntas não... por enquanto não.

O educador social Bento deixa claro que o tempo dos adolescentes no AI I havia ultrapassado todos os limites e que é na relação familiar que os conflitos devem ser

resolvidos. O uso de drogas, para o educador, seria o mais complexo fator para a reinstitucionalização. Dessa forma, a disciplina seria um fator de educação e gradual.

O Paulo ele nunca deu problema. Toda vida foi esse Paulo que é hoje. Nunca foi um menino problemático, sempre respeitador, calado, ele sempre foi um menino assim calado, hoje até ele já fala mais do que o normal do que ele era... Ele falava muito pouco, e assim, não arengava, não discutia, era muito bem querido, as educadoras queriam muito bem a ele, pelo comportamento dele, né?

Da mesma forma, o educador social Cássio mostrou aspectos familiares não apresentados pelos demais participantes (adolescentes e familiares) da pesquisa. Com esses dados é possível esclarecer algumas características marcantes nos adolescentes e sua relação com a rua e com o uso de drogas.

E aí assim, o Leandro quando a mãe dele o teve ela já vivia nessa situação de drogadição, de álcool, de bebida, aí a Dona Ana ficou com o Leandro até uma certa idade enquanto ele era pequeno. Aí ela [a mãe] viu nele uma chance de ganhar dinheiro na rua com o Leandro, já que ele era criança. Então ela tirou o Leandro da convivência com a avó, com os tios pra poder levar o Leandro pra praia que era o lugar onde ela morava. Ela ficava dormindo nos barcos. Então ela levou o Leandro pra os botes na possibilidade de ganhar dinheiro. Então ele foi sendo criado dentro daquele espaço, na rua mesmo, presenciando ela bêbada, drogada, fazendo uso de drogas junto com ela.

De acordo com a fala do educador social Cássio, apesar das tentativas e buscas de estratégias institucionais para impedir o contato e o uso de drogas, ainda assim, os adolescentes não conseguiam evitar esse distanciamento quando iam para suas famílias e comunidades. Dessa forma, o acolhimento institucional era visto como uma forma de fuga e reabilitação, mas não como uma preparação para o retorno e o contato com os riscos familiares e comunitários.

Nesta categoria o foco está mais voltado aos adolescentes do que às famílias. Dos cinco adolescentes participantes da pesquisa, dois têm histórico de uso de drogas.

Percebe-se, assim, que o uso de drogas motivou a institucionalização e mesmo após anos distantes do convívio familiar e comunitário, a droga continuou sendo uma das maiores preocupações à reinserção familiar, tanto para os adolescentes como para os familiares e educadores sociais.

Mesmo antes de sair do AI I, os adolescentes entrevistados sentiam receio com o que iriam encontrar e já buscavam estratégias de fuga para não recair no uso de drogas. Dessa forma, pode-se perceber que o ambiente institucional serviu como contexto para recuperação e fuga dos problemas. O educador social entrevistado nesse período trata os adolescentes baseando-se em anteriores experiências sem êxito. É notado pelos próprios educadores que o contexto familiar e comunitário afeta o comportamento dos adolescentes e os leva, na maioria das vezes, ao uso de drogas.

No instante em que retornam para casa, os adolescentes se sentem desamparados, pois há uma falta de apoio tanto dos familiares, como da própria comunidade. De acordo com os discursos, não há na comunidade muitas estratégias de engajamento social e ocupações para burlar o “tempo livre”.

Neiva-Silva, Marquardt, López, e Koller (2010) afirmam que um dos maiores problemas que impactam o desenvolvimento de crianças e de adolescentes em situação de rua é o uso de drogas. O planejamento de políticas públicas ou programas de intervenção não vem incluindo a intervenção destas crianças e adolescentes que estão nas ruas, bem como as dificuldades e riscos encontradas nestes contextos.

Dessa forma, o abuso de psicotrópicos em situação de rua vai muito além do contexto de início de uso. Dentro de uma perspectiva mais global, a inserção do uso dessas substâncias (lícitas e ilícitas) envolve inúmeros fatores psicossociais em associação como as funções e os significados atribuídos ao uso. A alteração da percepção da realidade pode adquirir um caráter lúdico, com a vivência de momentos mágicos, sensações de poder e/ou euforia. Ao aliviar o enfrentamento da realidade, o uso de drogas também pode representar uma forma paradoxal de preservação mental. Essas funções se somam ao potencial reforçador das drogas. Nos casos de dependência, constatam-se outros motivos, como por exemplo, a fissura e o mal-estar da abstinência. Por outro lado, para alguns casos, também deve ser ponderada a ausência de motivos para não usar. “Freios” como vínculos familiares, religião, preceitos morais e planejamento de vida, tidos como importantes para muitos jovens não usuários, nem

sempre fazem sentido para os que estão em situação de rua (Noto, Galduróz, Nappo, Carlini, Moura, & Carlini, 2004).

O abuso de drogas por parte desta população não é o principal problema, mas apenas mais um problema a ser enfrentado. Dentro de uma perspectiva macrossocial, o consumo de drogas entre essa população pode ser encarado como um comportamento que denuncia as condições que favorecem a situação de rua. O uso de drogas vem, muitas vezes, conter as lágrimas e preencher um vazio, frutos de uma história de negligência e abandono, violência e ausência de oportunidades. Entram em questão todos os fatores sociais e estruturais, como a pobreza, as condições da família, da educação, entre outros. Dessa forma, devem focar não somente na “droga em si”, mas, também, nos demais fatores de risco presentes na vida das crianças e adolescentes em situação de rua. Se for pensado que o uso de drogas preenche algum vazio, não se pode apenas retirar a droga e novamente abandoná-los em um novo vazio (Neiva-Silva, Marquardt, López, & Koller, 2010; Noto, Galduróz, Nappo, Carlini, Moura, & Carlini, 2004).

### **3.1.2. Comportamento dos adolescentes**

Os adolescentes mencionaram algumas vulnerabilidades, relacionadas aos comportamentos de indisciplina, falta de interesse pelos estudos e questões relacionadas à sexualidade, que estiveram ligados às transições ecológicas vividas durante o processo de pesquisa. Tais condutas, para os adolescentes, também foram motivos para a institucionalização e permanência durante muitos anos no AI I.

Porque eu num parava em casa, num queria estudar, num respeitava o pessoal. A minha vó foi lá no conselho tutelar. Eu tava em casa. Mas aí pelo conselho tutelar eu vim pra cá. Eu tava em casa, só não queria ir pra escola... Era só porque eu saia de casa de manhã e voltava só à noite. Aí eles começaram a se preocupar. Aí tinha vez que eu ia pra escola e deixava só os meus cadernos lá, pulava o muro e ia embora, mandava meus amigos pegarem meus cadernos. Aí ia brincar de bola ou então ia pra lagoa (Marcos).

É que eu sou danado em casa, tia. [...] Deixa eu vê aqui... se danei. Baguncei (Paulo).

No primeiro mês após a volta para casa, os adolescentes ainda estavam se adaptando ao microssistema familiar e afirmaram está se comportando de forma regrada. Inclusive, na tentativa de agradar aos familiares, diziam permanecer mais tempo em casa, ajudar nas atividades domésticas e não se envolver muito com o contexto comunitário.

Porque eu mudei. Antes eu era da vida, num ia pra escola... Só é ruim acordar cedo. (risos) [...] Porque quando eu pedia pra fazer as coisas num deixava. Aí hoje não. Deixa eu sair agora, eu sair de noite, passear. É Só ficar lá com os cara lá perto de casa. Num saio pra nenhum canto. Só lá em frente de casa... Só meus primos. E alguns meninos, sem essas pessoas que é errado. Só estudam, trabalham de noite ou estuda de manhã e trabalha de tarde, e à noite sai (Marcos).

Porque aqui [AI II] é bom, não tem a dificuldade que tem lá em casa não (Leandro).

Seis meses após a saída do AI I, os adolescentes já mostraram dificuldades com o comportamento, principalmente no que se refere à disciplina e ao contato com a comunidade. Percebe-se que os adolescentes que convivem com as avós, devido à idade e condições físicas debilitadas destas, se sentem mais independentes e sem acompanhamento nas atividades diárias.

Diferente dos adolescentes, os familiares citaram as dificuldades nos comportamentos dos adolescentes, antes mesmo de ocorrer a reinserção familiar. De acordo com eles, uma das maiores dificuldades era a forma de disciplinar os adolescentes, principalmente em mantê-los no estudo e sem contato com as vulnerabilidades da comunidade.

O Francisco é alegre, brincalhão, danado. Deixa eu ver o que mais [...] [o que ele precisa melhorar?] Só o comportamento dele. O comportamento, o jeito dele

agir. Eu falo isso como amigo. Lá ninguém perdoa não e do jeito que ele é. Hum. Os caras não perdoa (Diego – Irmão).

Um mês após a saída do AI I, os familiares apresentam discurso diferente dos adolescentes, pois já mostram mais dificuldades com a forma de disciplinar e impor regras.

[...] Eu esperava que fosse obediente, quando eu desse conselho ele me ouvisse, porque uma mãe num vai abrir a boca pra dá um mau conselho pro filho, ela quando abre a boca pra dá um conselho pro filho, é porque ela acha que aquilo que ele tá fazendo está errado. E estava errado mesmo (D. Maria – Mãe de Paulo).

Nesse momento também aparecem outros familiares que interferem no apoio à reinserção familiar (primos, tios, entre outros) e na imposição de regras no contexto familiar.

O Marcos num muda nada, né, ele num mudou... É que ninguém pode mudar, né, a natureza da pessoa. Só que ele, quer sair, quer se misturar com as pessoas que eu num quero, aí ele fica achando ruim, né. Sábado ele saiu, chegou aqui mais de 9 horas da noite, que eu num quero ele tarde por aqui não. [...] É porque às vezes eu quebro a cabeça com ele, eu falo com ele pra ele não ficar na rua, né, eu num queria que ele ficasse na rua, se misturasse, mas às vezes que até que ele fica dentro de casa, de noite ele quer sair e eu num quero deixar, mas ele sai sempre, ele nunca me atendeu, o Marcos, né, só quem ele atendeu é só o Leandro [primo mais velho]. Uma vez só que o Leandro fala, pronto, falou (D. Zefa – avó paterna).

Outra dificuldade apontada pelos familiares é a relação com a escola. Os adolescentes são indisciplinados e costumam atrapalhar o andamento da escola, além de fugirem para jogar vídeo-game, namorar, ir à praia e ficar nas praças conversando.

Eu já fui chamada umas duas vezes no colégio. Porque o Marcos é demais nesse colégio, sabe o que foi que ele aprontou? Eu tenho até vergonha de dizer. Ele aprontou lá com o professor dele, que é um senhor já de idade, ave Maria, eu tenho vergonha até de dizer, mas a gente é obrigada, né, ele num mandou esse professor ir tomar no cú... eu fui chamada no colégio, e fui obrigada a levar a minha nora, porque eu num tô pra muita conversa assim, menina, eu fiquei até lá fora esperando, e ela entrou pra conversar. (D. Zefa – Avó Paterna).

Quando havia familiares idosos responsáveis pelos adolescentes, como no caso de D. Zefa (avó de Marcos) e D. Ana (avó de Leandro), nesse período de desinstitucionalização, verificou-se a reclamação com as dificuldades e limites físicos no acompanhamento da rotina e das atividades.

Eu nem sei! Sei que sexta-feira ele ficou até mais de 9 horas. [...] É aqui pra cá, aqui pra cima, eu num sei com quem é que ele anda não, porque eu num saio de noite, porque a minha vista é muito ruim, e eu num saio não pra ver onde é que ele tá. Pergunto ele onde é que ele tá, e ele diz que tá por ali, com uns amigos dele dali, com umas amigas dele por ali (D. Zefa – Avó paterna Marcos).

Os familiares também apresentaram a preocupação com a sexualidade e a forma que os adolescentes utilizavam para conseguir objetos e dinheiro. Como já estavam “grandes” era impossível impedir que saíssem e conseguissem o contato com adultos que propusessem troca de favores sexuais. A comunidade não aceitava algumas atitudes, como a de Paulo, por exemplo, que se envolveu com uma mulher casada.

[...] a única coisa de errado que ele fez foi querer namorar com uma mulher aí. Se envolveu com uma mulher casada, ele era uma criança e a mulher já era de idade, aí queriam bater nele e eu num ia deixar[...] Ele achou ruim. Saiu sem falar comigo, eu pedi a benção, ele não deu. Mas mesmo assim eu pedi pra Deus abençoar ele. [...] E a mulher dava celular pra ele. Essa mulher. Tinha quase cinquenta anos essa mulher. Tinha uma filha da idade dele, tinha outra deste tamanho, e outra bem pequenininha (D. Maria – Mãe de Paulo).

Seis meses após a saída do AI I, os familiares estavam mais preocupados e estressados. Alguns comportamentos dos adolescentes dificultavam o bom relacionamento familiar e houve o aumento de tensões e, inclusive, violência intrafamiliar.

O Marcos tem me dado tanto trabalho que eu ontem, às vezes tem dias que eu faço é chorar lá em casa. Tem me dado tanto trabalho que eu num sei não. Esse menino me chama de doida, esse menino me chama de maluca veia. Se eu falar com ele do jeito que eu falo com você, ele não fala direitinho comigo. Ele fala: “Que é? Parece que tá doida! Daí daí doida.” Ele não fala direito comigo. Eu digo: “Marcos, fala direito comigo” (D. Zefa – avó Paterna).

Os conflitos não só aumentaram entre os responsáveis, mas, também, entre os demais membros da família e os adolescentes voltaram a ser vistos como “um peso” para o microsistema familiar. Neste momento, na fala dos familiares, verificou-se um sentimento de arrependimento pela volta do adolescente, deixando clara que se houvesse a oportunidade para reinstitucionalizar eles aceitariam:

O Leandro [primo de Marcos] disse: “Marcos, enquanto essa velha estiver aqui você não vai sofrer, mas quando ela se for, ninguém vai te querer”. Quer não, quer não. Ninguém quer ele não. Ele diz que se eu disser as coisas que ele faz errada, ele me mata (D. Zefa- Avó Paterna).

Um dia desses o primo deu nele porque ele se misturou com um pessoal da favela, do lado de lá. Aí procurou uma confusão, trouxe essa confusão lá pra casa, lá se vem as meninas brigarem na minha porta, eu passei mal, aí lá se vai o primo dá uns murro nele” (D. Zefa- Avó Paterna).

As questões de dificuldade de comportamento também estiveram presentes no discurso dos educadores sobre os adolescentes, tanto nesse período de reinserção familiar quanto anteriormente à saída de casa e durante a própria institucionalização.

E o Francisco é um cara extremamente delicado... ele sempre foi um menino assim bom, mas tem sempre aquela influência, porque ele tem um lado bom, mas também tem um lado violento, de gostar de bater, de querer sujeitar, né? A gente sempre rebateu, a gente sempre deixou bem claro que a gente não queria que ele fosse mais um dos meninos que impunha ordens, regras para os outros meninos. (Educador Bento)

Marcos sempre foi aquela criança indesejada dentro da casa da avó, tanto pela avó quanto pelos tios. Tanto que quando ele começou a apresentar uma dificuldade no relacionamento, uma agressividade, que relatam muito dele ser agressivo mesmo de... dele ser maldoso, de pegar os meninos na escola de tentar furar, fazer maldade, de quando ele brigava e queria mesmo era ferir. (Educador Cássio)

Alguns comportamentos dos adolescentes foram explicados pelo educador social como uma resposta ao contexto que está inserido, muitas vezes uma forma de defesa e de mascarar a realidade.

Determinadas brincadeiras não são cabíveis a todos os momentos, mas Daniel continua. É uma característica da personalidade dele, sabe? Ser muito brincalhão e chega a um ponto que ele não sabe parar, medir, extrapola. Mas isso é uma máscara para esconder o sofrimento pela não mudança da mãe.

Outros comportamentos são explicados pelas vulnerabilidades que afetaram o desenvolvimento físico, cognitivo e psicológico do adolescente, além das “manias” e costumes favorecidos pelo contexto em que permaneceram inseridos por muitos anos, como a rua e os acolhimentos institucionais.

Leandro não tinha registro de nascimento, nem havia frequentado a escola. Saiu do AI I para o AI II para trabalhar e estudar. E uma das coisas que os educadores do AI II ficaram muito chocados com o Leandro foi dele ter ido usar o banheiro e tava com algum defeito no vaso, alguma coisa, ele simplesmente defecou no piso, chão do banheiro. E tipo assim, coisas como usar roupa e não colocar pra

lavar, joga fora, isso aos 14 anos. Tipo.. mijar no chão do quarto. É nítida essa deficiência dele no sentido de que tá muito carregada no Leandro a rua, esses traços. A rua tá muito presente na vida dele (Educador Cássio).

A Tabela 8 a seguir sumariza as principais vulnerabilidades dos adolescentes no que diz respeito ao uso de drogas e aos comportamentos (indisciplina, falta de interesse pelos estudos e sexualidade aflorada) que dificultaram o processo de reinserção familiar.

Tabela 8

*Vulnerabilidades dos Adolescentes*

<b>Vulnerabilidades dos adolescentes</b>				
<b>Marcos</b>	<b>Daniel</b>	<b>Leandro</b>	<b>Paulo</b>	<b>Francisco</b>
Indisciplina	Indisciplina	Indisciplina	Indisciplina	Indisciplina
Falta de interesse pelos estudos		Falta de interesse pelos estudos	Sexualidade	Uso de drogas
Sexualidade		Uso de Drogas		

Todos os adolescentes apresentaram, de acordo com a fala dos entrevistados, dificuldades com a disciplina. De acordo com os adolescentes eram problemas fáceis de resolver, pois só bastavam ficar em casa, sem sair, ou então, estudar e não andar na companhia de amigos da comunidade. Já os familiares enfatizam que não acreditavam nas mudanças de comportamento e se mostraram mais intolerantes a esses comportamentos. Essas dificuldades se expressam, principalmente, no contato com a comunidade e, por isso, há uma maior preocupação dos familiares com o envolvimento em gangues, tráfico e delinquências.

Além da indisciplina, outros comportamentos foram enfatizados, principalmente pelos familiares e pelos educadores sociais. Essas condutas são influenciadas pelos ambientes em que os adolescentes transitaram, tais como a rua e instituições de acolhimento. Esses comportamentos são tidos pelos familiares como inaceitáveis, impedindo, assim, o êxito da reinserção familiar. Tais comportamentos como “não querer tomar banho”, “jogar a roupa suja no lixo, sem querer lavar”, entre outros, são marcas de outros contextos que hoje interferem na convivência familiar.

As drogas, indisciplina e sexualidade são características muito pertinentes ao estágio desenvolvimental da adolescência. As mudanças biológicas do período inicial da adolescência, denominado puberdade, são universais e visíveis, alterando características como altura, forma, e desenvolvimento sexual, os quais levam os jovens para o que é esperado na vida adulta. Além dessas características devemos levar em consideração os aspectos sociais que não se configuram universalmente. Nesse aspecto, a adolescência é uma construção social, uma fase que resulta de momentos e significados interpretados pelo ser humano, com marcas que a sociedade destaca e significa (Cerqueira-Santos, Neto, & Koller, 2014).

Assim, a puberdade interfere não apenas no físico, mas também, na transformação psicológica da infância para a idade adulta. As mudanças físicas e sexuais que ocorrem têm feito um efeito dramático sobre a maneira pela qual os adolescentes se descrevem e avaliam e altera radicalmente a maneira como são percebidos pelos outros. Lidar com os tumultuados pensamentos sexualizados não é uma tarefa somente do adolescente, mas também, de todo seu sistema (família, instituições, comunidade). O mais comum é ficarem assustados e confusos, diminuindo, assim, as possibilidades de desenvolvimento (Garcia-Preto, 1995).

Dessa forma, os adolescentes brasileiros, de acordo com o relatório do UNICEF (2011), encontram-se sujeitos a nove formas de vulnerabilidades que agravam o desenvolvimento: a) pobreza e pobreza extrema; b) baixa escolaridade; c) exploração do trabalho; d) privação da convivência familiar e comunitária; e) violência que resulta em assassinato de adolescentes; f) gravidez; f) exploração e abuso sexual; g) doenças sexualmente transmissíveis/aids; e h) abuso de drogas (Niquice, 2014).

Relacionando os dados da UNICEF (2011) com o histórico de vida dos adolescentes participantes nesta pesquisa é possível notar, com mais intensidade, aspectos relacionados a situação extrema de pobreza, onde não há condições mínimas de alimentação e segurança no ambiente familiar. Paulo, por exemplo, não consegue retornar para casa, devido a falta de moradia e condições financeiras da mãe (D. Maria).

Outro aspecto é baixa escolaridade que é consequência da entrada tardia no contexto escolar. No caso de Leandro e Paulo, por exemplo, os adolescentes começaram os estudos tardiamente (respectivamente 7 e 9 anos). Já no caso de Daniel, a ida à escola

era barrada pela própria mãe para que os filhos trabalhassem (exploração do trabalho infantil) nos terminais para integração de ônibus.

Devido às inúmeras vulnerabilidades sociais, todos os adolescentes da pesquisa foram privados da convivência familiar e comunitária ainda crianças. Marcos e Paulo foram institucionalizados respectivamente com 9 e 7 anos, sem ter passagem prolongada pelas ruas, mas por vulnerabilidades dos familiares, de forma preventiva à moradia nas ruas. Daniel foi afastado da convivência familiar e comunitária devido às severas situações de exploração do trabalho infantil e violência física e psicológica que sofria. Para Leandro e Francisco, além das situações de pobreza extrema, foi marcante o envolvimento com o uso de drogas.

Um fator importante é a prevenção voltada a um processo de planejamento e implementação de estratégias voltadas à redução dos fatores de vulnerabilidades e riscos específicos e para o fortalecimento dos fatores de proteção. A implementação de estratégias para a redução de fatores de vulnerabilidades deve acontecer nos contextos frequentados pelos adolescentes (família, comunidade, os pares, escolas, instituições, etc.). As redes de apoio são de fundamental importância no processo de prevenção e educação e o envolvimento pode favorecer uma abordagem eclética e consistente no processo (Niquice, 2014).

### **3.2. Vulnerabilidades dos familiares**

Outra categoria que emergiu das análises foi a vulnerabilidade dos familiares que motivaram a institucionalização e ainda interferem dificultando o processo de reinserção familiar. Dessa forma, as vulnerabilidades abaixo foram apresentadas pelos adolescentes, familiares e educadores sociais nos três períodos de coleta de dados.

#### **3.2.1. Drogas**

Dos cinco adolescentes inseridos nesta pesquisa, quatro deles apresentaram históricos de familiares com o uso de drogas. Nas histórias contadas pelos sujeitos entrevistados, a dependência química interferia consideravelmente no processo de reinserção familiar.

Os adolescentes, quando perguntados sobre seus familiares (quem são, o que fazem, onde vivem, etc.) apresentavam cada um dos integrantes relacionando-os às

drogas e seu consumo, deixando claro que esse envolvimento é um fator marcante no contexto intrafamiliar.

A minha mãe usava, mas graças a Deus ela parou. Três [irmãs mais velhas de Paulo] tá na praia, usando droga. E tem a outra que tá na casa do meu pai, também usando droga. Meu irmão parou de usar droga. Se aposentou das drogas. Ele se recuperou, ele parou de usar drogas, graças a Deus (Paulo).

Morava só minha vó, meu primo e eu. Nesses tempos aí, ele [o pai] tava no mundo das drogas (Marcos).

Os adolescentes também relataram que o início do consumo de drogas dos familiares foi um dos fatores marcantes para intensificação dos conflitos intrafamiliares e consecutivamente a ida às ruas.

Antes era bom, né. Ela [a mãe] ia trabalhar, eu estudava. [...] Depois teve uma mulher que foi na minha casa e chamou ela pra usar droga. Mora no Bom Jardim. [bairro de Fortaleza]. Aí a mãe começou a sair com ela, e a vida começou a mudar. Aí eu comecei a ir pra rua” (Francisco).

“Porque aqui [AI I] ninguém usa droga. Lá [em casa] eles usam. Todo mundo. Minha mãe e o meu padrasto. Tudo o que tem pra encontrar de ruim tá lá. [Tipo o que?] As drogas lá... Na rua tem é muito. E dentro de casa também. [Dentro da tua casa?] É. Meu tio e minha tia tudo fuma dentro de casa lá. Quando eu tava lá, meu tio tava ameaçado (Leandro).

Os adolescentes relataram diversas situações de insegurança devido às dívidas com os traficantes e as formas que os familiares encontravam para quitá-las. Além disso, reclamaram da situação de miséria e fome devido o empenho do familiar em trocar tudo o que tem para o consumo de mais drogas. Paulo, por exemplo, relatou que sua irmã mais velha vendeu a filha, recém nascida, por cinco reais para comprar crack.

Só tem uma irmã aí que é adotiva. Que a mãe pegou da minha irmã, que é a Ane. Porque ela queria vender, pra usar droga. Aí a minha foi lá, né, na boca de fumo

e aí tomou dela. Aí levaram lá pra casa. Mas, antes disso, teve que levar a menina pro médico. A doida consumiu e passou pra menina, aí ela nasceu doente (Paulo)

Os adolescentes expressam, em suas falas, a decepção com os familiares devido a não recuperação pelo uso de drogas e conseqüentemente as condições de miséria e vulnerabilidades. Marcos, quando já estava na casa da sua avó paterna, deixou claro o desapontamento com o pai, que havia vendido, ao traficante da comunidade, a casa doada pelo acolhimento institucional I, para comprar drogas: *“O pai? Ele voltou, tia, pro mundo das drogas, ele voltou. [...] Me sinto ruim, né. Ele vendeu a casa. A minha casa.”*.

Francisco, antes de sair do AI I mostrou ansiedade quanto à sua volta para casa e negativismo sobre a possibilidade de melhoras da sua mãe relacionadas ao uso de drogas ilícitas: *“[O que tu acha que vai encontrar lá?] A minha casa toda desarrumada... Minha mãe usando droga em péssimo estado. Tentar ficar longe de ver as pessoas usando droga”*. Um mês após a saída do AI I, Francisco demonstrou-se arrependido por voltar para casa, mas não via outro local para ir: *“Me disseram: “Num vá dormir lá na sua mãe que ela tá usando droga.” [...] [E foi que mais te decepcionou?] Minha mãe. [O que você esperava?] Não estar usando droga.”*

Os familiares entrevistados apresentaram importantes características do microsistema familiar e da história de vida dos adolescentes que revelam influências de outros familiares usuários de drogas. D. Ana (avó materna) contou que Leandro, desde que nasceu, convivia nas ruas com usuários de drogas, principalmente com a mãe.

Drica [mãe de Leandro] vivia na praia, não parava em casa, ela vinha em casa... quando dava vontade, pra tomar um banho... de seis em seis dias, antes de ter o Leandro, aí quando ela teve o menino, ela carregava o Leandro[...] Usava droga. Aí o Leandro foi crescendo, né, ficou grandinho, e foi criando-se assim.

Diego (irmão de Francisco) deixou claro o alcance da droga no contexto familiar e comunitário. De acordo com ele, é quase impossível não ceder às influências dos primos, tios e até mesmo do pai e da mãe. *“Tem um primo meu que ele pede, mas o*

*dinheiro dele só pra droga. [...] Meu pai também. Ele bebe cachaça, e de vez em quando dá umas pontadas. A mãe bebe, usa pedra”.*

Diante desse contexto, a institucionalização foi vista como forma de ajuda para fugir da possibilidade do adolescente também aderir ao consumo das drogas. Para os familiares, quanto mais tempo os adolescentes passassem institucionalizados, mais tempo ficaria longe das drogas e do perigo que ela tem a oferecer.

“Ele entrou [nas drogas] porque os irmãos dele começaram a usar droga, as irmãs dele, e queriam sair com ele. [...] Porque já basta essas três, que já vive desse jeito, que só Deus mesmo que vai dar um fim nessas drogas, porque eu já tentei de tudo. Eu sinto falta, porque eu queria ele perto de mim, né? Mas eu já conversei com ele”. (D. Maria- Mãe de Paulo).

D. Ana, assim como Leandro, mostraram preocupação com a insalubridade e a insegurança dos familiares que não são dependentes químicos, pois não havia outro espaço para viver e fugir dos usuários de droga.

Eu fico preocupada. Tem quatro pessoas usando droga na minha casa. Eu vivo doente. Eu não me dou com isso. Eu vivo espirrando, tossindo. Eu tento passar o dia todo fora de casa, nas calçadas, nas casas dos vizinhos. Eu sei que é coisa da minha cabeça... se eu fechar a porta eu penso que vou ficar sem ar. (D. Ana – avó de Leandro)

Um mês antes da saída do acolhimento institucional alguns discursos eram de insatisfação e falta de perspectiva. Diego (irmão de Francisco) conta que perdeu as vezes que tentou ajudar a mãe para buscar ajuda para tratamento contra a dependência química. “*Ela fica tentando se sair, sabe, e eu fico tentando puxar assunto com ela... e ela fica: num sei o que. E eu ficava tentando puxar assunto [...] É. Sempre fugindo[...]*”. Logo em seguida mostra convicção de que a busca pelo tratamento contra a dependência química começou por ele e por isso dará continuidade, apesar das limitações.

Antes deu ir, né, pro Pequeno Nazareno, eu conheci a pedra. Num tinha ninguém em casa, aí meu primo ficava fumando em casa, aí pela curiosidade, tá entendendo, o nego foi lá e provou. A sensação era boa, sabe? Mas o jeito que ela deixa a gente não é bom não. [...] Depois que eu voltei da clínica, é difícil eu ir pra lá [para casa da mãe]. (Diego – Irmão de Francisco)

Na segunda e terceira fase da entrevista os familiares confirmaram a frustração dos adolescentes ao ver seus familiares recaindo ao consumo de drogas e vendendo seus bens materiais. D. Zefa confirmou que a maior decepção de Marcos foi ver a casa que havia sido doada pelo AI I ter sido vendida pelo seu pai para comprar drogas. De acordo com ela, Marcos tentou conversar e aconselhar o pai, mas muitas vezes era respondido com agressividade.

O pai dele tá numa bebida, numa droga, num sei o que se passa. Já tá é pra morrer. O pai é se drogando todo dia e tomando a cachaça. Todo dia, todo dia. Num conto com ajuda de ninguém, só de Deus. (D. Zefa – Avó de Marcos)

Na terceira fase da entrevista Diego e Francisco moravam juntos e assim, os dois irmãos compartilharam a experiência de influenciar na recuperação da mãe e na mudança do microssistema.

Acho que foi por causa da influência, sabe... ele quer se inspirar em mim, sabe? [...] Até parece que tá dando certo. Depois que voltamos pra casa a minha mãe tá mudando. De vez em quando dá aquelas caídas, mas ela tá usando, mas é pouco. Tá até mais cheinha, gordinha. (Diego – Irmão de Francisco)

Os educadores sociais entrevistados confirmaram em suas falas o que os adolescentes e os familiares relataram anteriormente. Para os educadores sociais o uso de drogas é um aspecto marcante nas histórias de vida da família e interfere no desenvolvimento dos adolescentes. O uso de drogas trouxe inúmeras situações de vulnerabilidade que, juntas de outras características, ocasionam a moradia nas ruas e consecutivamente a institucionalização. Durante o período em que ficaram no

acolhimento institucional os adolescentes se preocupavam em acompanhar a recuperação do familiar. Os educadores consideram importante haver o tratamento da dependência química dos familiares dos adolescentes institucionalizados a fim de haver uma saudável reinserção familiar.

É, e a mãe era mais envolvida do que propriamente eles (Educador Bento).

O Marcos foi fruto de um relacionamento onde ambos eram usuários de drogas. Quando ela teve Marcos os dois estavam em situação grave de uso de drogas. E, por isso, foi criado pela avó. [...] o pai como convivia com a avó e ele sempre estava drogada ou alcoolizado... assim... era a influência de pai que ele tinha (Educador Cássio).

A mãe do Leandro, aos 11 anos de idade já usava maconha, com 15 anos ela era viciada. [...] a mãe dele o teve ela já vivia nessa situação de drogadição, de álcool, de bebida. [...] Então ele foi sendo criado dentro daquele espaço, na rua mesmo, presenciando ela bêbada, drogada, fazendo uso de drogas junto com ela. [...] E sempre era frustrante pra ele ouvir que não tinha conseguido. [...] Por isso começou o trabalho com a avó dele (Educador Cássio).

Foi mais ou menos durante um período de cinco anos que a mãe dele [de Paulo] vivia de mendicância pra fazer uso de drogas, era viciada em crack. Inclusive chegou a perder uma casa. Eles tinham uma casa. Pra comprar droga. Era muito ruim a casa, o local, mas era deles, própria e ela chegou a perder essa casa por conta da droga, foi perdendo tudo ao ponto de ficar morando na rua, usando droga (Educador Cássio).

Foi notável a busca da equipe do acolhimento institucional pela recuperação do familiar diante da dependência química. Quando era notado que o familiar não aderiu ao tratamento, a equipe recorria a outro membro familiar que, mesmo sem fazer o uso de drogas, trazia consigo um ambiente rodeado por outros usuários de drogas e traficantes. Mesmo assim, os adolescentes escolhiam ficar junto com os familiares, apesar dessas dificuldades.

A avó convive com outros filhos usuários de droga. Ela relata que tem que dormir com tudo o que é de valor dela dentro do sutiã, dentro das calcinhas. Quando ela recebe o salário dela, ela tem uma aposentadoria. Ela tem que dormir dentro das calcinhas e de bruço. O celular tem que dormir dentro dos seios. Ela vive perturbada com essa situação, mas sempre se apresentou muito carinhosa (Educador Cássio).

Nós incentivamos o tratamento da D. Maria [mãe de Paulo], pois haviam se fechado essas portas, agora pro Paulo não se apresentava ninguém. Sempre instigávamos D. Maria para fazer o tratamento das drogas. E por iniciativa própria dela, em nome dos filhos dela, ela fez essa opção. Aí ela parou de usar drogas. Tá distante, sem fazer o uso (Educador Cássio).

Foram feitas várias tentativas com a mãe deles [Diego e Francisco]. Ela é usuária de drogas, de crack. A mãe está em estado dependência com o crack e prostituição. Mesmo assim ele optou ficar em casa. [...] mãe drogada, casa suja, dos primos usuários de droga, do pai alcoólatra, da rua infestada de droga, de crack, de toda família, tio, primo, tudo envolvido, e deixar de tá diante de uma impossibilidade nossa de fazer qualquer coisa (Educador Cássio).

### **3.2.2. Moradia nas ruas**

Dos cinco adolescentes participantes da pesquisa, três (Marcos, Leandro e Paulo) ainda têm familiares moradores de rua. Os adolescentes mencionaram os familiares que estão em situação de moradia nas ruas e relataram momentos que vivenciaram junto a eles enquanto estavam nas ruas: “*A minha mãe eu só via ela quando eu passava assim nos terminais, porque ela vivia nos terminais. Ela Pedu dinheiro*” (Marcos); “*Minha mãe e o meu padrasto. Trabalhavam na beira-mar lá. [...] Pedindo, né, tia*” (Leandro).

Os responsáveis pelos adolescentes quando se referem aos familiares que moram nas ruas, expressam desgosto e vontade de manter-se afastados. D. Zefa também se preocupa com o interesse do Marcos em querer ajudar a mãe e seus irmãos que são moradores de rua “*[...] se lembra da mãe dele, depois de tudo o que ela fez, mas ele se lembra dela. [...] Mas eu tenho é desgosto de vê ela... Num quer nada com a vida ela*”.

Apesar de terem passado anos institucionalizados, os adolescentes sentem-se ligados aos familiares que estão nas ruas. D. Ana entende que Leandro tem a necessidade de reencontrar e ajudar a mãe, pois foi criado junto na rua, junto a outros moradores. *“Leandro ainda vai por lá (na praia a procura da mãe). Tem que ficar de olho [...] se der chance ele escapa, foge, minha filha, ele foge pra encontrar ela”*.

Os relatos de D. Ana são confirmados pelo educador Cássio. Leandro era muito ligado a sua mãe e seus laços com a rua ainda estão traçados, principalmente pelo fato de que a mãe ainda não conseguiu sair da situação de moradia nas ruas e uso de drogas. Desde quando foi institucionalizado, Leandro busca informações da mãe e pede aos técnicos do AI I para ajudá-la, mas o adolescente sabe que não é um encaminhamento fácil, principalmente por ela não aceitar.

A partir dos 17 anos ela [mãe do Leandro] vive na rua. E ela teve o Leandro num desses relacionamentos enquanto ela morava na rua, com uma pessoa que ela nem sabe exatamente quem é, nem onde está, nem que fim levou. Desde que atendemos o Leandro tentamos alguns encaminhamentos com a mãe, mas ela mesmo dizia que não queria e nem se esforçava para dar os passos. Leandro sempre se preocupou com a mãe dele. (Educador Cássio)

Cássio explica que, mesmo estando longe das ruas, os adolescentes ainda carregam um “fardo” pela vivência que tiveram nas ruas e pelos familiares que ainda se encontravam nas mesmas condições. Familiares como D. Zefa, de acordo com Cássio, mesmo tendo se responsabilizado em criar e afastar Marcos das vulnerabilidades da rua ainda se refere ao adolescente com desprezo e comparações com o pai e a mãe.

E assim, desde os primeiros dias de vida dele que ele conviveu com a mãe a e mãe levava ele pro terminal para beber foi quando a avó pegou ele, na responsabilidade dela pra criar ele. [...] Ele sempre era taxado pela avó como o que puxou tua mãe, puxou teu pai, “esse menino não presta, esse menino vai dá pra vagabundo, entendeu?” E foi onde ele começou essa vivência dele na rua, no fato dele perambular onde a avó tinha essa influência e os exemplos do pai e da mãe. [...] A mãe vive numa situação deplorável onde ela vive com mais quatro

filhos, onde o local parece mais um lixão, sem a mínima estrutura. Vive de mendigar nos terminais de ônibus para pegar o dinheiro pra usar droga e usa as crianças para conseguir esse dinheiro. (Educador Cássio)

Além dos três adolescentes já mencionados, a situação de rua é uma realidade também na vida de Daniel e Francisco. A mãe de Daniel mantém a companheira e seus irmãos mais novos pedindo esmolas nos terminais para integração de ônibus, mas nenhum deles dormem nas ruas. Da mesma maneira, Francisco, apresenta o seu pai e sua avó paterna como “pedintes” nas estradas para a cidade de Canindé<sup>3</sup>. Dessa forma, os familiares se encontram fragilizados e impossibilitados de acolher os adolescentes, tendo em vista que ainda estão nas mesmas (ou até mesmo piores) situações de pobreza e condições psicológicas.

### **3.2.3. Conflitos Intrafamiliares**

Os adolescentes relataram muitos aspectos de violência física dentro do contexto familiar. Tanto por parte dos pais, como por parte dos irmãos:

Era difícil, né? Porque tinha várias coisas pra fazer... A minha mãe era direto trabalhando... quem cuidava de mim era o meu irmão. Aí às vezes o meu irmão brigava comigo, batia em mim, me queimava [...] Era a minha irmã que mora lá perto de casa, num gosto dela, ela me trata muito mal (Paulo).

Esse tipo de atitude torna-se comum no cotidiano dos adolescentes e no ambiente familiar. Muitas vezes, por não conseguirem impor limites partem para a violência física, deixando marcas corporais e incompreensão do papel de educar. “*Só as confusões mesmo. Confusão na família. Todo mundo tem confusão na família. [...] Tem briga [...] e eu brigo mais com a mãe. Ela é muito estressada, briga por qualquer coisa*” (Marcos).

---

<sup>3</sup> Cidade no interior no estado do Ceará. Distância de 118km de Fortaleza.

Outro fator importante são os conflitos entre os familiares que obrigam o adolescente a mudar a sua rotina e até mesmo de moradia. Leandro, quando estava na casa do seu tio (familiar que o estava acompanhando e ajudando D. Ana), na terceira fase da coleta de dados mostrou-se animado por conseguir trabalhar e estudar, longe do ambiente (casa da avó – D. Ana) com uso de drogas. Mas, seu tio discutiu com a esposa e foi, junto com o sobrinho, de volta para casa de D. Ana.

Agora tô na casa do meu tio. Só que meu tio se juntou com uma mulher. Aí ele pegou as coisas dele e a mulher saiu fora, levou tudo e eu tive que sair de casa. E ele tá sem nada. O nosso primo foi pra casa da mãe dele e eu tô na casa da minha vó, por enquanto”. (Leandro)

Nesse momento os adolescentes transmitem a vontade de ajudar e romper com esse laço de violência no ambiente intrafamiliar. E mesmo cumprindo o papel de mediador acaba sentindo falta da afetividade e proximidade entre os membros. Daniel relembra de muitos momentos de violência entre a mãe e sua companheira, seus irmãos e consigo mesmo. *“Só às vezes elas brigavam, aí eu apartava. Teve um dia que a minha tia levou uma machadada na cabeça. [E você sente falta de alguma coisa da tua família?] Falta do carinho”*. Apesar de tentarem acreditar que os familiares mudaram e com eles os conflitos foram diminuídos, algumas lembranças deixavam “tenso” o momento da reinserção familiar. Daniel, por exemplo, estava trabalhando e estudando em casa, mas carregava consigo a ansiedade e a desconfiança pelo momento de violência para sair novamente de casa e voltar às ruas. *“Saio pouco, num gosto muito não. É mais as brigas, né, dela. [...] Deus me livre. Tô esperando ela me bater, pra mim sair”*.

Os familiares relataram muitos exemplos de cenas de violência intrafamiliar que ocorreram antes dos adolescentes irem pra rua *“Nesse tempo ele tava com ele [apontando para o pai de Marcos] aí, e vivia no mundo. [O pai complementa] Eu cheguei a dar uma pisa nele”* (D. Zefa e Pai de Marcos). No caso de Daniel, sua irmã explica que sua ida para as ruas era obrigada, pois se não fosse ou não conseguisse o dinheiro estabelecido era violentado pela mãe: *“Se num chegasse com o dinheiro que pra ser, eles apanhavam”* (Mara).

Os adolescentes tendem a reproduzir as cenas de violência e surpreendem os familiares com ameaças e agressões. [...] *é respondão, já me agrediu duas vezes, olha isso aqui (mostrando o pulso) ficou roxo, ele pega é aqui, bem aqui. Passou foi dias assim, ele me agride*” (D. Zefa – Avó de Marcos).

Os educadores sociais explicam a agressividade dos adolescentes a partir das experiências que tinham com os seus familiares. Os relatos que a gente ouve é que o Marcos sofreu muito com as violências do pai quando era criança. “[...] *Dizem que ele espancava muito o Marcos. Quando ele chegava drogado ele crianças, ele apanhava muito do pai dele*” (Educador Cássio).

### **3.2.4. Dificuldades Financeiras**

Os adolescentes atrelaram às dificuldades financeiras o fato de não ter o que comer e nem poder estudar. Além disso, é notório que a exploração do trabalho infantil interfere no desenvolvimento, mas que é aparentemente a única opção para prover o sustento básico da família. Por isso, o Acolhimento Institucional é visto como um contexto de proteção que garante educação, saúde, alimentação e lazer, sem precisar que os adolescentes trabalhassem como expresso nas frases a seguir: “*Porque aqui o cara tá na vida boa, só comendo, dormindo, estudando [...] Eu ficava vendendo e quando ajuntava uns três conto eu ia no terminal e comprava um pratinho e comia. Aí depois eu voltava de novo pra trabalhar*” (Daniel). “*Porque aqui é bom, não tem a dificuldade que tem lá em casa não*” (Leandro).

Mesmo passando anos institucionalizados, é possível notar a preocupação com os demais membros da família. No entanto, os adolescentes tendem a mencionar que, ao voltarem para casa, encontrarão as mesmas condições de vulnerabilidade e também as mesmas formas de exploração para o sustento da família.

Nesta perspectiva, os adolescentes depositaram no emprego como jovem aprendiz a confiança de que poderão ajudar a família e mudar as condições financeiras como expresso por Paulo e por Francisco: “*Que eu vou trabalhar, né. Ajudar a minha família. Ajudar a minha mãe. Pra arranjar uma casinha pra nós*” (Paulo); “*A minha mãe foi embora pro companheiro dela. Nós estamos comprando as coisas pra dentro de casa*” (Francisco).

O trabalho infanto-juvenil é um tema de relevância social, que abrange aspectos econômicos, culturais e psicológicos, entre outros. Cada vez mais, o trabalho precoce de crianças tem chamado a atenção da sociedade para sua necessária erradicação, especialmente daquelas atividades insalubres e degradantes. Por outro lado, o trabalho dos adolescentes continua a ser visto, em diversas instâncias, como algo naturalizado e necessário para as famílias de nível socioeconômico baixo. Essa visão desconsidera as implicações do trabalho na saúde, na constituição da identidade e na vida acadêmica dos jovens. Diante disso, nota-se a importância de medidas legais e políticas públicas que visem a proteger o trabalhador adolescente. O contrato de aprendizagem pressupõe frequência escolar, horário especial para o exercício das atividades, programa de formação técnico-profissional e capacitação adequada ao mercado de trabalho. Assim, são impostos limites ao trabalho dos adolescentes, visando propiciar reais condições de aprendizagem e minimização dos impactos do trabalho precoce (Amazarray, Thomé, Souza, Poletto, & Koller, 2009).

Levando em consideração as dificuldades financeiras, os familiares repetiram, nas três fases da pesquisa, que não há condições de sustentar os adolescentes e nem prover melhores condições de moradia, alimentação, lazer e educação. Dessa forma, todos os familiares deixaram clara a vontade de postergar a volta do adolescente para o ambiente familiar ou reinstitucionalizá-los para que tenham melhores condições. No caso dos adolescentes pesquisados, há uma forte presença das avós que sustentam os familiares somente com a aposentadoria. Outro fator que determina a dificuldade financeira é a quantidade de membros familiares e a escassa fonte de renda.

Eu tenho passado por tanta coisa, por tanta dificuldade. Não é brincadeira não. É assim. Quem tem família grande como eu tenho... Essa mulher aí [apontando para outra mulher que veio acompanhá-la] que tem três filhos pequenos, o esposo dela tá parado faz é tempo. Aí o que eu tenho lá em casa eu tenho que ajudar os três filhos pequenos dela. Aí eu ajudo eles também, fazer o que, né? Um outro também, que tem três filhos também, eu tenho que ajudar. Nem pra mim e nem pra eles agora. Tô passando necessidade, tô passando. E eu ainda compro fiado, ainda. Pra quando eu receber meu dinheiro pegar pagando (D. Zefa – Avó de Marcos).

Tô apertada. Porque só o meu pagamento não dá. Passando da pista pra lá o aluguel chega a 400 ou 500. Enquanto isso só o meu salário pra sustentar a casa. Aí eu fiz um empréstimo pra pagar as contas dos meus filhos e só vou pagar ano que vem. [...] O fixo eu tenho que pagar a água, a luz e o aluguel (D. Ana – Avó de Leonardo).

Porque eu não tinha outra ajuda... certo que a gente tem Deus, mas aqui na terra a gente deve ter alguma pessoa também pra dar uma força a gente, e eu não tinha, eu não tinha mãe, eu não tinha pai, eu não tinha marido[...] Eu sinto falta, porque eu queria ele perto de mim, né... mas eu já conversei com ele. [...] Como é que eu vou pagar, filha, se o trabalho que eu ganho é 20 reais, que só dá pra comprar coisa pra essa menina [quem é a menina?]. Nem pra alugar eu tenho condições. Porque tem casa de 200 lá pra alugar. Mas eu num tenho condições de alugar. Porque se eu pagar o aluguel, como a gente vai viver, o que que a gente vai comer? Ou o aluguel ou a comida. E eu num posso deixar essa menina com fome (D. Maria – Mãe de Paulo).

O projeto ofertado pelo AI I aos adolescentes, através do qual estes ganham aproximadamente o valor da metade do salário mínimo, é também importante para os familiares, pois possibilita a reinserção familiar e a ajuda financeira ao sustento familiar: *“Ele tem que trabalhar pra ajudar o pai dele, me ajudar”* (D. Zefa – Avó de Marcos); *“Vai trabalhar, vamo manter a casinha... ou que seja alugada, ou que seja ganhada”* (D. Maria – Mãe de Paulo).

Os educadores sociais deixam clara a preocupação com a situação financeira dos familiares, pois além de haver pouca fonte de renda, os demais familiares sustentados não colaboram e principalmente o envolvimento com o uso de drogas atrapalha a melhoria da condição financeira.

O pai é um pessoa pobre, que vive de mendicância e ele viaja pra Canindé, essas cidades, pra pedir esmolas. Então, nós buscamos a avó materna, mas ela não tem condições, por conta da saúde dela e ficar com os meninos... os tios não foi

possível, já foi tentado duas vezes com o Diego, mas, não foi possível (Educador Cássio).

Da mesma forma que os adolescentes e familiares, os educadores sociais viram no mercado de trabalho e o encaminhamento dos adolescentes para o primeiro emprego, a possibilidade para a autonomia e ajuda financeira no ambiente familiar.

A perspectiva com os meninos é trabalhar a autonomia, tendo em vista que durante quatro anos foi investido em família e só não foi possível porque todos os encaminhamentos feitos pra mãe ou pro pai não tinham seguimento, uma continuidade, porque não conseguia assumir (Cássio).

A Tabela 9 a seguir sumariza as principais vulnerabilidades dos familiares no que diz respeito ao uso de drogas, moradia nas ruas, conflitos intrafamiliares e dificuldades financeiras que dificultaram o processo de reinserção familiar.

Tabela 9

*Vulnerabilidades dos familiares*

<b>Vulnerabilidades dos Familiares</b>				
<b>Marcos</b>	<b>Daniel</b>	<b>Leandro</b>	<b>Paulo</b>	<b>Francisco</b>
Drogas	---	Drogas	Drogas	Drogas
Moradia nas Ruas	---	Moradia nas Ruas	Moradia nas Ruas	---
Conflitos Intrafamiliares	Conflitos Intrafamiliares	Conflitos Intrafamiliares	Conflitos Intrafamiliares	Conflitos Intrafamiliares
Dificuldades Financeiras	Dificuldades Financeiras	Dificuldades Financeiras	Dificuldades Financeiras	Dificuldades Financeiras

Nota-se uma maior quantidade de vulnerabilidades nos familiares do que as apresentadas pelos adolescentes. Essas são, geralmente, as mesmas dificuldades que motivaram a saída dos adolescentes para a rua. O uso de drogas pelos familiares foi a vulnerabilidade mais citada entre os participantes desse estudo (adolescentes, familiares

e educadores). Foi possível verificar a presença do uso de drogas, principalmente, quando perguntamos sobre os membros da família (como eles eram, o que faziam, etc.). A relação entre o uso de drogas e o aumento dos conflitos familiares foi bastante citada, além disso, foram apresentadas inseguranças e preocupações com as dívidas e acesso aos traficantes de drogas.

Verificou-se, ainda, no decorrer das entrevistas com os adolescentes a decepção pela não recuperação e a falta de interesse dos familiares em “mudar de vida”, superar os vícios e até mesmo sair das condições de pobreza e dependência. Os educadores sociais afirmaram que os adolescentes desenvolviam uma espécie de “sintonia” com as condições de vida dos seus familiares, fato que influenciava no comportamento dentro da instituição e consecutivamente no esforço na escola, nas oficinas, nos cursos e nos relacionamentos.

A moradia nas ruas foi uma vulnerabilidade importante e levada em consideração, principalmente pelos educadores que explicavam os comportamentos dos adolescentes que tinham familiares com histórico de moradia nas ruas. Segundo os educadores, os adolescentes se preocupavam e pediam para que ajudassem a tirar esses familiares daquela situação. Confirmando essa colocação, os adolescentes deixaram claro que, ao conseguirem emprego como “jovem aprendiz”, ajudaria aos familiares que estavam nas ruas. Já os familiares responsáveis enfatizaram que não gostariam que os adolescentes mantivessem o contato e que a melhor medida era o afastamento.

A violência intrafamiliar apareceu durante as três fases da pesquisa. Em diversas falas os familiares mostraram que utilizavam a violência para “educar”, impor regras e disciplinar. Outro ponto citado foi a violência vinculada ao uso de substâncias psicoativas e a mudança do contexto por causa desta vulnerabilidade. Além disso, os adolescentes não acreditavam que o ambiente conflituoso havia mudado, pois sempre remetiam às lembranças anteriores à saída para as ruas. Dessa forma, os educadores relacionaram as atitudes agressivas dos adolescentes a essas lembranças conflituosas. Essas atitudes de violência, com o adolescente agredindo, ficaram mais forte na terceira fase da pesquisa (seis meses após a saída do AI I).

As dificuldades financeiras são as vulnerabilidades que preocupam os adolescentes, principalmente àqueles que passaram pela exploração do trabalho infantil. Por serem, muitas vezes, os mais velhos dos irmãos, os adolescentes sentem a

responsabilidade de prover o sustento dos familiares, principalmente dos irmãos mais novos. Mas, enfatizaram que a volta para casa, trabalhando e estudando seriam ótimas oportunidades de ajudar o ambiente familiar. Os familiares, da mesma forma, viam no emprego de “jovem aprendiz” a oportunidade de mudar a situação econômica, além disso, contam com o apoio institucional para melhorar a condição financeira da família. Após a saída do acolhimento institucional, essa vulnerabilidade foi a mais frisada pelos familiares e educadores sociais como motivo para a reinstitucionalização. Em alguns casos, os adolescentes permaneciam trabalhando, estudando, mas distantes do ambiente familiar e comunitário. Ação esta que não agradou aos adolescentes.

As vulnerabilidades sociais apresentadas acima devem ser analisadas e levadas em consideração diante de um contexto em que há novas configurações familiares, novos contextos sociais e comunitários. Morais, Paludo, e Koller (2010) mostram que há uma crise bastante clara, sobretudo porque a violência vivida no ambiente familiar tem sido enfatizada como o principal determinante para a ida da criança e adolescente para a rua. Todo e qualquer profissional que trabalha com esta população já se deparou com o relato de histórias de abuso e violência vividas no ambiente familiar. Dessa forma, percebe-se que à medida que esses conflitos se instalam no interior das famílias provocam uma série de consequências, dentre elas, a saída desse contexto para a rua.

Outros aspectos comuns apresentados através das vulnerabilidades é a relação estabelecida entre os membros familiares e as constantes rupturas e descontinuidades. Seja por causa da entrada ou saída de novos membros (companheiros e companheiras do pai e da mãe, tios, primos, irmãos, etc.), seja pela mudança sucessiva de casa ou de cidade (casa de rios, avós, madrinhãs, irmãs, etc.), internamento em abrigos ou clínicas de recuperação de dependência química (Morais, Paludo, & Koller 2010).

Sobre a capacidade de as crianças e adolescentes permanecerem em suas famílias é necessário desnaturalizar a crise vivida pelas famílias em vulnerabilidade social e desculpabilizá-las, tendo em vista que são tidas como responsáveis pela existência de crianças e adolescentes que trabalham e vivem nas ruas. Diante da ausência de políticas de proteção social a essa população a família é chamada a responder a algumas situações (alcoolismo, evasão escolar, gravidez precoce, trabalho infantil, moradia nas ruas) sem que receba condições para tanto. Tal sobrecarga é imposta pelos próprios técnicos e pesquisadores que as assistem. É exigido que a

família, por exemplo, faça a criança parar de trabalhar, que ela saia da rua e volte para casa, mas ao mesmo tempo não se entendem todos os fatores subjacentes à manutenção desses ciclos, reprodutores de pobreza e sofrimento psíquico ou ainda que o recebimento de um apoio financeiro seja necessário para resolver os problemas econômicos. Pelo contrário, as propostas assistencialistas reforçam a percepção dessas famílias como incapazes e desqualificadas para cuidas de seus filhos (Morais, 2009; Moraes, Paludo, & Koller, 2010).

Durante muitos anos, famílias pobres eram culpabilizadas pelas saídas dos filhos às ruas. Diante desse cenário (ainda vigente entre muitos profissionais e instituições), urge o investimento em medidas protetivas que procuram prevenir e evitar a saída às ruas e manter um eficaz fortalecimento de vínculos. O Plano Nacional de promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária (2006), veio reconhecer que as famílias vivenciam inúmeros conflitos, mas que podem ser investidas de potencialidades, como cuidadoras por meio da sua orientação e valores. A partir desse documento, é possível pensar num rompimento de uma cultura já estabelecida e cristalizada sobre as famílias pobres, principalmente aquelas que têm crianças e adolescentes com histórico de situação de rua.

### **3.3. O Papel dos Acolhimentos Institucionais**

#### **3.3.1. Uma história de múltiplas institucionalizações**

Os adolescentes apresentaram um histórico de passagens por outros Acolhimentos Institucionais, antes de ingressarem no AI I. Desde crianças estão acolhidos e mantidos sob a responsabilidade de acolhimentos institucionais devido às condições de vulnerabilidade e moradia nas ruas.

Já fui na casa do menor, no ponte de encontro [...] Ah, e no abrigo do Pirambu, sabe, lá no abrigo do Pirambu, eu fui pra lá, mas num sei como é o nome não. [...] Fui com... 8 ano. Porque eu era de rua, tia, aí eles me pegaram e me levaram pra lá. [...] Eu fugi lá do abrigo, lá da casa do menor, aí eu voltei pra rua de novo, aí no outro dia eu voltei pra casa, aí quando dei fé minha mãe mandou eu

ir de novo, aí a Silvia [Assistente social] me achou e perguntou se eu queria vim pra cá (Daniel).

Já. Lá no espaço da gente grande, no ponte de encontro, e na casa da amizade (Leandro).

Já. Na casa do menor e no associação Curumim. [...] Porque eu tava na Associação Curumim, aí nós entramo de férias... não, que, praticamente já ia fechar, né, aí antes de fechar, eles levaram nós pras nossas casas. Aí a minha mãe: “Por que tá aqui?” Aí eu: não, mãe, é porque lá vai fechar, mãe... aí a mãe tava voltando das férias, aí a mãe falou com a Slvia, pra mim acompanhar, pra mim vim mais o meu irmão. Aí ela deu os documentos, passou tudo, aí eu vim mais o meu irmão, no carro, na Kombi (Paulo).

Após anos institucionalizados, os adolescentes retornaram aos acolhimentos institucionais (AI II), pois as famílias permanecem em ambientes de risco ao desenvolvimento. No AI II há possibilidade de ter lazer, segurança, estudar, trabalhar e mesmo distante, ajudar as famílias. ´

Lá eu trabalho, estudo, como, tô fazendo natação, mas num quero mais não porque é muito cansativo. De manhã eu vou pro colégio e é só chegar do colégio eu vou logo pro trabalho. Faço só almoçar. Fico lá até às 17 aí quando eu saio tô cansado (Daniel).

Tô no AI II. Lá eu estudo trabalho, jogo bola. As pessoas que mais posso contar é com os educadores e o pessoal daqui [do AI II] dão conselho e alimento todo dia (Paulo).

Os familiares não apresentaram nenhuma inquietação sobre os anos que os adolescentes passaram institucionalizados e demonstraram tranquilidade em saber que eles estão longe da violência, do tráfico de drogas e pobreza que há no ambiente familiar.

Aí eu expliquei pra ele, que o meu filho só tá lá porque a mamãe quer tudo de bom pro meu filho, porque se o meu filho tivesse aqui, tava era nas drogas com as suas irmãs, mamãe talvez num tivesse mais viva, tivesse morrido, porque eu

já lutei muito com as suas irmãs, como você vê... meu filho já tá virando um rapazinho, para o dia em você vier, você já saber viver no mundo..." (D. Maria-Mãe de Paulo).

Trazendo outra perspectiva, os educadores sociais mostraram as diversas tentativas para a reinserção familiar antecipada, evitando, assim, anos de institucionalização. Mesmo assim, os educadores enfatizaram a reinstitucionalização devido a não mudança no contexto familiar.

Paulo passou cerca de seis anos no AI I e teve histórico de atendimento em outros abrigos (Educador Bento).

Foram feitas várias tentativas com a mãe deles. Ela é usuária de drogas, de crack. O pai é uma pessoa pobre, que vive de mendicância e ele viaja pra Canindé, essas cidades, pra pedir esmolas. Então, nós buscamos a avó materna, mas ela não tem condições, por conta da saúde dela e ficar com os meninos... os tios não foi possível, já foi tentado duas vezes com o Diego, mas, não foi possível (Educador Cássio).

Outro aspecto levantado foi a reinstitucionalização devido os mesmos motivos que proporcionaram a primeira saída, quando eram crianças (droga, violência, falta de moradia, etc.). Aos adolescentes foi dada a oportunidade de ir ao AI II e lá trabalhar, estudar, ter alimentação e ajudar os familiares, sem ter necessariamente um maior contato.

[...] Aí foi quando Daniel se encontrou no terminal com o Evaldo, educador do AI II e pediu de novo para voltar, sair daquela situação, porque não dava. Aí naquele mesmo momento ele deixou tudo pra trás, roupa bicicleta (Educador Cássio).

Mesmo institucionalizados, novamente, tornou-se impossível sustentá-los, pois os adolescentes não aguentavam mais conviver no AI II, com as regras, outros educadores, distante da família e da comunidade. Mesmo assim, sabendo das

debilidades que havia no seu sistema familiar, os adolescentes optaram, mais uma vez, por viver na casa de familiares. “*Devidos essas questões, o Paulo foi encaminhado para o AI II. Mas tem um vínculo muito forte entre ele e a mãe. É um carinho demais*” (Educador Cássio).

As histórias de vida dos adolescentes foram marcadas pela institucionalização. Antes mesmo de chegar ao AI I, já havia histórico de passarem pela rede de acolhimentos institucionais da cidade de Fortaleza. A Tabela 10 descreve o número de instituições pelas quais cada adolescente passou ao longo da vida, incluindo-se na contagem o AI I, onde estavam no primeiro momento da coleta de dados.

Tabela 10

*Número de acolhimentos institucionais pelos quais os adolescentes passaram ao longo da vida*

<b>Acolhimentos Institucionais</b>				
<b>Marcos</b>	<b>Daniel</b>	<b>Leandro</b>	<b>Paulo</b>	<b>Francisco</b>
1 AI	5 AI	4 AI	4 AI	2AI

A Tabela 10 mostra, de acordo com a fala dos adolescentes, essa rotatividade por diversos acolhimentos institucionais. Verifica-se que apenas o adolescente Marcos frequentou uma única instituição, sendo que o número total de instituição variou de 1-5. O adolescente Daniel foi quem mais esteve em instituições diferentes (cinco no total).

Essas reinstitucionalizações foram ocasionadas pelo processo de permanência das vulnerabilidades familiares e comunitárias. Neste aspecto retomam-se os documentos que asseguram o êxito da reinserção familiar: O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e o Plano Nacional de Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2006) que garantem a toda criança ou adolescente o direito a ser criado e educado no seio da sua família, descrevendo o acolhimento como uma medida protetiva, de caráter excepcional e provisória, fato que parece não se constituir como verdade para os adolescentes em questão (CONANDA/ CNAS, 2006; ECA, 1990).

Para além da excepcionalidade e brevidade da medida, tem-se verificado que muitas crianças/adolescentes não conseguem sair da “porta giratória” que essas instituições acabam criando. Muito dessas (re) institucionalizações são decorrentes do insucesso das tentativas de reinserção familiar, o que faz com que muitas crianças e adolescentes fiquem no movimento de ida-vinda entre casa de familiares e diferentes instituições. Alguns fatores, por sua vez, são descritos como estando relacionados à ineficácia da reinserção familiar, a saber: a carência de uma avaliação prévia da situação, considerando a motivação e preparação da família e dos jovens para o processo, assim como a falta de um acompanhamento sistemático no período de reinserção (Siqueira & Dell’Aglío, 2007, 2010; Siqueira, Massignan & Dell’Aglío, 2011).

No período em que a criança e/ou adolescente está institucionalizado, a relação com a família torna-se mais esporádica, sendo a rua e as instituições os principais locais para moradia, obtenção de alimentos, vestimentas e entretenimento. A rotina dos adolescentes é muitas vezes norteadada de acordo com a rotina das instituições que frequenta. A reinserção social exige uma reestruturação macrossocial e econômica que possibilite a melhoria da qualidade de vida das famílias. Na prática, esse aspecto é extremamente complexo, pois, em geral, as condições familiares que desencadearam a ida para a rua permanecem inalteradas. Daí a importância de articular programas de intervenção com programas sociais mais amplos, no sentido de construir condições mais favoráveis para o retorno do adolescente para casa (Santana, Doninelli & Koller, 2010).

Siqueira, Massignan e Dell’Aglío (2011) enfatizam em seus estudos os processos malsucedidos de reinserção familiar, que cabe aos acolhimentos institucionais realizar um estudo social e pessoal de cada família, reavaliar periodicamente cada caso, com intervalo máximo de seis meses, dando ciência dos resultados à autoridade competente. O tempo de permanência de uma criança ou adolescente em acolhimento institucional dependerá não só de questões institucionais, mas, principalmente, da superação da situação de risco que motivou o afastamento familiar, geralmente relacionado a inúmeras problemáticas familiares e sociais. Dessa forma, evitar-se-á a reinstitucionalização desses adolescentes.

Por isso foi sugerido por Siqueira, Massignan e Dell’Aglío (2011) a criação de um programa de reinserção familiar tendo em vista as inúmeras reinstitucionalizações.

Dessa forma as equipes seriam formadas por assistentes sociais e psicólogos, em parceria com a rede de saúde e de assistência social. Estas equipes desenvolveriam: (1) avaliação familiar a partir de estudos de caso das famílias, investigando a viabilidade do retorno; (2) preparação das famílias a partir da realização de grupos de apoio às famílias em processo de reunificação familiar, de assessoramento realizado com cada família e do monitoramento e aconselhamento emocional e psicológico, nos momentos dos encontros entre o jovem institucionalizado e sua família. A equipe também promoveria a construção de um plano de reinserção em conjunto com a família, delineando metas para a reunificação, além de um plano de visitas realístico e progressivo; (3) acompanhamento sistemático das famílias com visitas domiciliares frequentes, nos primeiros meses de reinserção familiar, considerado este um período crítico. Nesse acompanhamento, encaminhamentos necessários para o desenvolvimento da família poderiam ser realizados, como inserção em programas profissionalizantes e tratamento de saúde, por exemplo. Além disso, seria disponibilizada uma escuta das dificuldades enfrentadas no dia a dia pelos familiares e jovens, com vistas a oferecer um suporte e colaborar para a superação desses problemas.

### **3.3.2. Formas de apoio institucional aos adolescentes e às famílias**

O AI I proporcionava inúmeros direitos que os adolescentes destacaram como “regalias” daquele ambiente e que jamais teriam novamente. No entanto, é preciso considerar que todos os aspectos citados constituem direitos básicos, os quais a família e a comunidade deveriam oferecer como prioridade aos adolescentes.

Sentir falta daqui? Da comida, Lazer. É... Tem piscina, jogar bola.. A dormida, né, à noite. Se fosse lá na rua num tinha. As amizades. É... Piscina, campo, Assistir desenho à noite. [...] Sentir falta do lazer daqui. Que lá eu num vou poder mais tomar banho de piscina, só trabalhar, trabalhar, estudar (Marcos).

Lembro que quando eu cheguei me deram comida, aí eu fui dormir, aí no outro dia eu merendei e subi pra escola. [...] O que eu mais gosto aqui é comer. Eu faço só estudar, comer, dormir... e fazer a limpeza da casa. E brincar (Leandro).

Esporte... praticamente tem mais é esporte. Dever de casa. De vez em quando toma banho de piscina. Estudar. Lazer. Educadores bons. Comida boa. E uma boa cozinheira (Paulo).

Além do apoio material e físico, os adolescentes destacaram o apoio dos educadores sociais durante a estadia no AI I. Segundo os adolescentes, os educadores conversavam, aconselhavam e principalmente disciplinava-os. Além disso, havia uma rotina no AI I, diferente do ambiente familiar, pois ao mesmo tempo os adolescentes eram educados, estimulados e ensinados a ser independentes.

De manhã se acorda, aí tem que fazer a limpeza, né. Tem que escovar os dentes, tomar banho. Aí faz a limpeza da casa... Todo mundo. Aí desce pra merendar. Aí na escola, quando termina a escola tem que varrer, varrer ao redor da escola, né, a varanda. Aí volta pra casa de novo, toma banho, aí vai pro almoço, aí chega lá, limpa a casa de novo, do repouso... aí depois da escola, quando chega a noite, tem que varrer, passar o pano na casa, na varanda, lavar o depósito. Tem televisão à noite. Mas tem que se comportar, né [...] Conversa sobre educação mesmo, sobre ter respeito. É. Eles dizem: “Ei, vem aqui, bora conversar. Ei, má, tu tá perto de sair”, quando eu tava danado, né, “Bora se comportar mais, lá fora o mundo lá é diferente, aqui você tá num paraíso, lá fora é completamente diferente. Tu tem que começar a pensar mais na vida, e pronto” (Marcos).

Os educadores me tratam bem, gostam de mim... Conversa sim sobre a minha família, brincadeira, sobre a família deles, falando pra nós. Dá exemplos, de quando eles eram pequeno... Conversa... Dando exemplo, dando conselho. Os estudos, tia (Leandro).

É que eles dão conselhos pra gente. Sobre trabalho, por exemplo. [...] Sei lá, sobre qualquer coisa. Sobre um monte de coisa, tia (Leandro).

Às vezes quando eu faço coisa errada eles conversam comigo... Ele diz que eu tô errado, que eu não posso fazer isso... [E quando tu precisa de alguma coisa?] Peço pro educador. Ou então pro Bento (Francisco).

Outro tipo de apoio institucional destacado pelos adolescentes é a ajuda na reinserção familiar. Quando completaram 14 anos, todos foram encaminhados ao Projeto Profissionalizante para jovens, onde fazem um curso profissionalizante, são encaminhados para o mercado de trabalho e estudam na comunidade. Essa inserção no curso profissionalizante surgiu como esperança para novas formas de ajuda ao ambiente familiar.

Contato com o AI I? Sim. Só dia de terça. Dia do curso (Marcos).

E trabalhar, tia. É. Sair daqui com um emprego. O que tem de ruim? Tem nada de ruim não, tia (Daniel).

No momento em que estavam sendo entrevistados, alguns adolescentes foram encaminhados ao AI II, pois não houve condições físicas e psicológicas para uma efetiva reinserção familiar. Este novo espaço ajudaria com a alimentação e pagamento de algumas despesas, mas incentivaria os adolescentes a trabalhar e buscar a independência.

Agora? Agora tô no AI II. Lá eu estudo, trabalho, jogo bola. As pessoas que mais posso contar é com os educadores e o pessoal daqui [do AI II] dão conselho e alimento todo dia (Paulo).

O apoio institucional também fomentava a volta ao convívio familiar. No caso de Francisco, o adolescente não aceitou mais ficar institucionalizado no AI II, evadindo do acolhimento. Mas, mesmo distantes do acolhimento, a instituição continuou apoiando financeiramente (ajuda com o aluguel, cesta básica e gás de cozinha) e com atendimento e acompanhamento dos técnicos.

Fui pro AI II pra estudar e fazer entrevista pra ver se arranjava emprego. Aí quando eu saí do AI II, recebi a notícia que eu tava empregado. Aí o meu irmão recebeu a notícia que era pra sair do AI II. Aí eu disse que não ia ficar lá, não. Aí fui me embora com meu irmão. Aí eu vim embora.[...] Estamos morando só eu e meu irmão. É liberdade, é bom demais. De vez em quando tem discussão, mas,

passa. Por causa de besteira. [...] Tamo fazendo o curso lá. De vez em quando o Cássio [educador] vai lá e recebemo cesta básica, sabe como é? Né? (Francisco).

Os familiares destacaram o grande apoio que a instituição teve no desenvolvimento do adolescente acolhido e em algumas necessidades do sistema familiar. Para os familiares o acolhimento institucional foi benéfico e trouxe uma série de vantagens para o adolescente.

Eles são uma família pra mim. No começo eu tinha era pena, ele longe de casa, parecia que tava era internado, mas aí depois quando eu comecei a visitar ele, né, a ver como era... porque era quatro anos de idade que ele tinha. Ô, era oito anos que ele tinha. Oito anos. Se ele não tivesse ido pra lá, talvez hoje ele num tivesse nem vivo (D. Ana – Avó de Leandro).

É mais com esse daqui, a Silvia [Assistente Social]. Porque eu não tinha outra ajuda... certo que a gente tem Deus, mas aqui na terra a gente deve ter alguma pessoa também pra dar uma força a gente, e eu não tinha, eu não tinha mãe, eu não tinha pai, eu não tinha marido. Aí vieram esses anjos na minha vida, e graças até hoje eu não o que falar deles, só tenho o que agradecer. Tudo de bom ele aprendeu lá. Ele... porque se ele tivesse aqui, vivia nas drogas, talvez tivesse já morrido, né (D. Maria – Mãe do Paulo).

Ajuda com dinheiro, pro aluguel. É muito boa a ajuda. Eles ajudam no que a gente precisa, tá sempre aconselhando. Tá também acompanhando. Perdi totalmente o contato com ela [com a mãe]. E daí veio a possibilidade de morar com ele, com meu outro irmão, e o AI I também ajuda muito, em relação da casa, a gente conseguir a casa, com o aluguel, e tudo (Mara – Irmã do Daniel).

A Sílvia [assistente sócia] liga pra mim, pra dizer como é que ele tá... às vezes eu ligo pra Sílvia... Pra saber como é que tá o Marcos. Porque eu tenho o telefone dela, né, aí eu ligo pra saber (D. Zefa – Avó paterna do Marcos).

Além do apoio, os familiares demonstraram uma dependência institucional na qual todas as providências deveriam ser concedidas pelos técnicos e coordenação do

acolhimento institucional. Alguns familiares parecerem “desaprender” a disciplinar e assim jogar a responsabilidade para o AI I.

Eu nem sei... Quem sabe é eles aí [equipe técnica]... de tudo o que passa na minha vida ele e a Sílvia sabem. [E a senhora sabe notícias dele? Como é que a senhora sabe?] Sei, porque a Sílvia vem, o Cássio” (D. Maria – Mãe de Paulo).  
Que eu tava querendo, que vocês num dava pra dá uma ajuda a ela não, né? Pra dá uma ajuda. [...] Sim, ele tava dizendo que se vocês ainda quisessem ele lá, se vocês aceitassem, ele disse que ia simhora pra lá. [...] Se eu pudesse eu entregava uma pessoa que quisesse ele. Mas não tem quem queira ele, mas se fosse desse tempo ele tava lá... num tava nem com ele aqui não (D. Zefa – Avó de Marcos).

Os educadores sociais relataram que a instituição apoiou financeiramente todos os familiares a fim de proporcionar um melhor ambiente para a reinserção familiar. Foi destacado, primordialmente, o apoio institucional nas melhorias de condições de habitação.

Foi feito um investimento financeiro pra comprar uma casa pra possibilitar que o pai do Marcos pudesse conviver com ele, assumir essa responsabilidade com o Marcos (Educador Cássio).

Na verdade, nós enquanto instituição, assim, foi tentado, duas ou três vezes, o retorno pra família. No primeiro momento houve um investimento na melhoria das condições habitacionais, porque antes eles moravam num local sem infraestrutura, numa comunidade muito carente, muito violenta. Aí o AI I investiu recurso financeiro pra compra de uma casa, um outro espaço, com infraestrutura, saneamento, próximo a escola, um local menos violento, um espaço porque a mãe [do adolescente Daniel] alegava uma dificuldade de receber os filhos por falta de espaço. Ela foi pra outra casa, embora na nossa concepção isso não fosse. A gente percebia claramente uma falta de compromisso com os filhos. Os que não tavam com ela porque tavam no abrigo, que não podiam contribuir financeiramente pra ela era um peso. Já que não

estavam dando um retorno financeiro. Pra deixar de ser um peso, ela arrumara um canto pra eles ficarem (Educador Cássio).

Outra forma de apoio institucional destacada pelos educadores sociais foi o encaminhamento dos familiares dos adolescentes para o tratamento da dependência química, uma vez que a dependência era um dos motivos dificultadores da reinserção familiar.

Desde que atendemos o Leandro tentamos alguns encaminhamentos com a mãe, mas ela mesma dizia que não queria e nem se esforçava para dar os passos. Mas, sempre deixamos uma porta aberta (Educador Cássio).

Nós incentivamos o tratamento da D. Maria, pois haviam se fechado essas portas, agora pro Paulo não se apresentava ninguém. Sempre instigávamos D. Maria para fazer o tratamento das drogas (Educador Cássio).

Foram feitas várias tentativas com a mãe deles [Francisco e Diego]. Ela é usuária de drogas, de crack (Cássio).

Não somente o apoio familiar, mas também o apoio aos adolescentes. A instituição de acolhimento incentivava a disciplina e a imposição de algumas regras. De acordo com os educadores sociais, os adolescentes chegavam ao AI I repleto de vícios e com dificuldades de aceitar ordens e respeitar regras. Essas características, para os educadores sociais, são importantes para o desenvolvimento e principalmente busca de autonomia, pois frisam que alguns adolescentes em foco não terão sucesso na reinserção familiar e por isso devem procurar a independência.

Francisco era um pouco gaiato... Mas sempre com um certo respeito, né...? Mas também ele não queria levar desaforo pra casa, regras, no começo, ele teve uma certa dificuldade, ele não gostava de receber ordens. Mas com o tempo ele foi se acostumando, ele viu que era assim mesmo, e que teria que ser assim mesmo. [...] Pois é, essa questão das regras, era mais com os educadores, porque ele não queria aceitar... Parece que ele vem, que ele veio de um mundo onde não obedecia ninguém. Dava pra entender isso. Ele não obedecia ninguém, fazia do

jeito que ele queria, do jeito que dava na telha. Aí quando o educador mandava ele fazer alguma coisa, ele ficava assim meio relutante, às vezes resmungando... Mas fazendo (Educador Bento).

O educador Cássio destacou que as famílias têm uma dependência na realização de algumas providências e que isso dificulta o processo de reinserção familiar, pois o familiar responsável, quando não está satisfeito, pede o retorno institucional, não dando chance para resolução de conflitos comuns a todos os contextos familiares.

Toda a família nos tem como referência, pois acompanhamos por cinco, seis anos. Eles ainda nos têm como referência no atendimento. Embora não façamos mais tantas visitas a eles, mas eles ainda têm na gente essa referência. Por isso eles ligam diante qualquer conflito que apareça pra dar conta desse conflito, e é sempre assim, sempre justificando, pedindo pra conseguir outro lugar. (Educador Cássio)

De acordo com os discursos dos três sujeitos em foco (adolescentes, familiares e educadores sociais), pode-se observar que a família sempre foi assistida e a ela proporcionada a devida assistência desde o instante em que o adolescente foi acolhido. Enquanto estavam institucionalizados os adolescentes reconheceram que no ambiente institucional podiam encontrar diversos tipos de apoio, sejam eles, na alimentação, vestuário, até no encaminhamento para cursos. Os familiares demonstram uma profunda gratidão aos benefícios e incentivos recebidos pelo AI I, pois além de receberem apoio seja à recuperação contra a dependência química, compra ou aluguel de moradia, também reconheciam que o acolhimento influenciou na mudança de comportamento e nos cuidados dos adolescentes. Os educadores tinham pelos adolescentes um cuidado e reconheciam características importantes para o desenvolvimento. Tal vinculação era mais intensa do que os próprios familiares. Além disso, quando se pensavam em medidas para que ocorresse uma efetiva reinserção familiar, os educadores não abriam mão da intervenção com os familiares e a mudança do contexto em que viviam.

Após a saída do acolhimento institucional, os adolescentes permaneciam vinculados através do curso profissionalizante e assim eram encaminhados para

trabalhar como jovem aprendiz. Outra forma de ajuda era com o aluguel (que ainda permaneciam ajudando) e com uma cesta básica mensalmente. E mesmo nos casos em que os adolescentes estavam em casa, os familiares estabeleceram com a instituição uma espécie de “dependência” para tomar decisões, como por exemplo para seguir adiante com um emprego, um aluguel, uma busca por outras entidades (governamentais ou não). Para isso demandavam a companhia e tomada de atitude dos técnicos institucionais (assistente social, psicóloga, educadores sociais, etc.).

Quando se refere a um trabalho com crianças e adolescentes em situação de rua são pensadas estratégias de atendimento que preveem a provisão de recursos de sobrevivência (higiene, alimentação, sono, vestimenta e cuidados com a saúde, por exemplo), assim como o acompanhamento do caso de cada adolescente a partir das suas particularidades (internação para tratamento de dependência química, abrigo, reinserção familiar, encaminhamento para estágios e programas de trabalho aprendiz, acompanhamento de cumprimento de medida socioeducativa, etc.). Também nesses serviços, deve haver a preocupação pela situação familiar das crianças e adolescentes atendidos.

As instituições de acolhimento constituem-se como um contexto importante para o desenvolvimento das crianças e adolescentes em situação de rua, pois são oferecidas oportunidades significativas ao desenvolvimento. Enquanto políticas públicas, os acolhimentos têm acompanhado mudanças conceituais e políticas referentes à assistência da infância pobre no Brasil. Dessa forma, avaliar o atendimento é uma questão complexa que não pode se resumir em “salvar vidas” (Santana, Doninelli, & Koller, 2010).

A reinserção social, de acordo com Santana, Doninelli, e Koller (2010), exige uma reestruturação macrossocial e econômica que possibilite a melhoria da qualidade de vida das famílias dessas crianças e adolescentes. Se a criança for encontrada na rua, no estágio inicial, deve ser alvo de políticas sociais de cuidado e atenção no intuito de fortalecer os vínculos familiares e escolares, comunitários, prevenindo possíveis rompimentos. Se ocorrer o caso de uma reintegração em um sistema familiar (de origem ou substituta) cabe a importância de articular programas de intervenção com programas sociais mais amplos, no sentido de construir condições mais favoráveis para o retorno pra casa.

Nos casos em que a institucionalização for a longo prazo, deixando os jovens aos cuidados do Estado, corre-se o risco de ocorrer uma institucionalização em meio aberto, já que o jovem, apesar de não permanecer abrigado, permaneceu sob a tutela dos serviços de atendimento durante, praticamente, toda a sua infância e adolescência. Neste aspecto é importante engajar o jovem em cursos profissionalizantes que visam o seu ingresso no mundo de trabalho e objetivam o jovem a construir um projeto de vida baseado na autonomia. Ocorre que o adolescente, muitas vezes, não está preparado para assumir a responsabilidade da vida adulta e se depara, também, com a ausência de políticas públicas que abarquem os jovens com mais de 18 anos. Infelizmente as instituições se deparam com a necessidade legal e burocrática de finalizar a intervenção, mesmo que essa ainda não esteja concluída (Santana, Doninelli, & Koller, 2010).

Nesse aspecto, não se trata de ampliar a idade de atendimento, pois certamente ocorreria com outra idade limite se não fosse construída e trabalhada a autonomia ao longo de todo atendimento. Da mesma forma, deve-se compreender diferentes formas de vinculação estabelecidas entre as crianças e adolescentes em situação de rua e o acolhimento institucional, pois se pressupõem diferença entre os acolhidos, implica-se a necessidade de elaborar diferentes intervenções. No caso dos adolescentes em estudo notou-se que, por exemplo, não adiantou propor oficinas profissionalizantes para todos os que chegam à instituição, pois há etapas em que tal proposta não surtirá o efeito desejado. Assim, a personalização do atendimento, assim como a participação do adolescente nesse processo, constitui como princípios importantes para uma intervenção efetiva (Santana, Doninelli, & Koller, 2010).

Morais & Koller (2012) retomam a existência de laços afetivos positivos entre os adolescentes e educadores das instituições. Para muitos dos jovens citados no estudo, foi na rua, através da mediação de algumas instituições, que eles tiveram oportunidades de vida, as quais não lhes foram dadas antes da ida para a rua. Dessa maneira, a importância da vinculação entre educador e criança/adolescente como parte fundamental do processo de trabalho foi bastante explicitada pelos participantes desse estudo. De fato, os educadores - em maior ou menor grau, dependendo das características e habilidades técnicas e pessoais de cada um - constituem uma parte muito importante da vida dessas crianças e adolescentes.

### 3.4. Papel das avós

Com a ausência/fragilidade de vínculo com as figuras paternas e maternas (pais biológicos), alguns atores entram em cena na função de cuidadores. Primeiramente destacam-se as avós que cumprem esse papel de proteção dos adolescentes. Dos cinco adolescentes entrevistados, três destacam o papel da avó como cuidadora e figura de proteção. Marcos, por exemplo, sempre morou com a avó paterna e a chama de “mãe”:  
*“Moro na minha casa só minha mãe e meu primo”.*

Nas avós, os adolescentes depositaram muita confiança, e no caso de não ter onde ficar, contavam com a esperança de ter a casa das avós para acolher: *“[Você tá voltando pra casa, você vai ficar onde?] Na minha vó ou não sei”* (Francisco). Mais do que “cuidado pelas avós”, os adolescentes demonstram um carinho e vontade de ajudar com o que recebiam. *“Ajuda? Da minha vó, né? Por exemplo, eu vou trabalhar de manhã, ela que vai ter que me acordar... fazer minha merenda pra mim ir pro trabalho.[...] É com a mãe que eu mais posso contar”*(Marcos).

Os adolescentes mostraram confiança e esperança de mudança de vida, mas se sentem apoiados principalmente pelas avós. Leandro repetiu espontaneamente, durante as entrevistas, que a pessoa que mais pode contar é a avó materna, D. Ana.

[E da tua família, tem alguém?] A minha vó. [...] [E você acha que eles estão te esperando?] A minha vó. [...] [E lá você vai pedir ajuda a quem?] A minha vó. [...] [E quem tá te apoiando hoje pra você realizar seu sonho?] Minha vó. [...] [Quem é a pessoa que você mais conta na sua casa?] A minha vó [...] [Em que ela te ajuda?] Em tudo. Tudo ela me ajuda. (Leandro)

As avós responsáveis confirmaram o interesse pelos adolescentes e sempre buscaram visitá-los, saber notícias através de ligações e contato com a equipe técnica. *“Aqui no AI I? Eu já conheço tudo. É sim. Conheço tudo”* (D. Zefa – avó de Marcos). *“[...] sempre que tem visita eu vou, todo mês. [...] Ele liga, ele liga. Só que a ligação é péssima, né? Aí num dá pra falar muito não”* (D Ana – avó de Leandro).

As avós assumiam a responsabilidade de educar e de pensar no futuro do adolescente. Já era pensado, antes de voltar para casa, o que o adolescente iria fazer e o

que seria feito por eles, além disso, foram pensadas a forma que iriam sustentar e ajudá-los a reinserir-se em casa, na comunidade, no trabalho e entre os demais familiares.

Mas, também, num é só arranjar o emprego, né. Ele tem que arranjar um novo caminho. Ele tem que vê o primo dele, que não gosta de se misturar com ninguém, chega do trabalho e às vezes é 6:30 horas e tá estudando...vai tomar banho, vai pro colégio dele, chega 10 horas... e ele tá bem. E o Marcos disse que vai ficar estudando pela manhã, e vai trabalhar de tarde. Eu acho que quem vai se responsabilizar por lavar a roupa dele, fazer a comida dele... sou eu, né. Enquanto eu for viva, quem vai fazer isso sou eu (D. Zefa – avó de Marcos).  
Porque eu que tenho de ter uma preocupação com ele, porque se ele for fazer um curso, eu que tenho que tá ali, prestando atenção. Pra ele ter o quarto dele, pra ele ter as coisas dele e pra ele ter responsabilidade também, porque ele é muito besta, quando ele chega com o calção dele, as coisas dele, ele tem o modo de emprestar pro povo. Num é pra emprestar as coisa dele, eu num tô ensinando a ser ruim não, mas tem que ter cuidado com as suas coisas (D. Ana – avó de Leandro).

Diego, irmão de Francisco, destacou o papel primordial da avó paterna no sustento da família. *“Por enquanto, né, a minha vó, né, minha vó que sustenta, né. Eu, meu pai, minha irmã, dois primo dela, a mulher do meu primo, e um filho dele [...] A minha irmã, a maior, que é a Ane, mora com na casa da vó”*. No que se refere à sua recuperação a avó surgiu como o membro familiar que protegia e acolhia sempre que fosse necessário. *“Eu tava até comentando com a minha namorada que quando eu cheguei da clínica tava tudo sujo, aí eu emburaquei pra minha vó”*. Para Diego, a reinserção familiar de Francisco seria complicada, mas a opção de ficar com a avó e seus familiares não foi descartada.

Se ele for voltar pra lá [pra comunidade], é melhor ele passar um tempo na vó, tá entendendo? [...] Num sei te dizer não, sabe? Mas se ele for lá pra vó, num ter tanta dificuldade como lá em casa não. Se ele for lá pra mãe, eu sei que ele vai

ficar com fome, tá entendendo? Num vai ter nada pra se alimentar. E num vai ter quem ajude a ele. . (Diego – irmão de Francisco)

Os educadores sociais Bento e Cássio destacaram as avós como personagens primordiais para a reinserção familiar. Em alguns momentos não se lembram dos pais terem visitado os adolescentes, mas recordam a presença fidedigna da avó nas visitas e com ligações periódicas.

Veio a avó. Eu não lembro da mãe dele ter vindo aqui não. A avó dele quer muito bem a ele. Ele também. Porque ele foi criado com ela (Educador Bento). A D. Ana já acolheu a mãe dele quando era criança e ela tem muito amor, muito carinho como filha, muita vontade de fazer pelo Leandro o que ela não conseguiu com a mãe dele (Educador Cássio).

Mesmo com esse contato próximo ao adolescente, Bento preocupa-se com as condições físicas, devido à idade das avós.

Eu não conheço bem assim... como eu não conheço bem a família dele, aí eu não sei te dizer a ida dele pra casa é uma boa coisa... Mas eu acho que ele vai ter uma certa dificuldade, né, se ele tiver o apoio simplesmente da avó, por ela ser uma pessoa de idade. (Educador Bento)

O aumento da longevidade tem permitido a convivência mais prolongada de três ou mais gerações, levando os idosos a participarem mais ativamente da vida de seus familiares. As mulheres idosas em especial, assumem papel importante frente às novas configurações familiares. As relações entre avós e netos vêm passando por transformações onde se têm levado a um crescente questionamento sobre esse papel na educação de seus netos. O conceito de estilo de avós vai além das práticas dos avós propriamente ditas chegando ao contexto dentro do qual operam os esforços dos avós em socializar seus netos, de acordo com suas crenças e valores. Os avós atuais assumem papéis multidimensionais, tanto na sociedade quanto na família (Mainetti & Wanderbroocke, 2013; Oliveira & Pinho, 2013).

Estudos apontam que há diversos fatores que contribuem para que as avós se tornem cuidadoras integrais de crianças e adolescentes, dentre eles encontram-se: (1) longevidade humana, que vem favorecendo o crescimento do número de famílias nas quais coexistem três e mesmo quatro gerações e aqui se destaca o crescente número de bisavós que se responsabilizam pela educação dos netos; (2) a inserção das mulheres no mercado de trabalho dificultando, assim, o cuidar integral dos filhos, bem como a necessidade de ambos os pais trabalharem para prover o sustento doméstico; (3) as dificuldades econômicas como desemprego dos pais e necessidade de ajuda financeira por parte dos avós; (4) divórcio do casal com retorno para a casa dos pais, juntamente com os netos; (5) o novo casamento de pais separados e a não aceitação das crianças por parte do cônjuge; (6) gravidez precoce e despreparo para cuidar dos filhos; (7) morte precoce dos pais devido à violência ou doenças como a AIDS; (8) incapacidade dos pais, decorrente de desordens emocionais ou neurológicas e da violência doméstica (abuso, negligência ou abandono); (9) uso de drogas ou envolvimento em programas de recuperação para usuários de drogas; e (10) envolvimento em situações ilícitas e problemas judiciais (Araújo & Dias, 2010).

Araújo e Dias (2010) mostra nos resultados de sua pesquisa que as avós guardiãs podem experimentar diversos sentimentos como a perda (dos filhos, dos companheiros de sua idade, de sua liberdade); ansiedade, ao ter que lidar com crianças ainda em desenvolvimento; raiva e rancor contra os filhos que as deixaram em tal situação. Elas também podem vivenciar medo de não poderem acompanhar o crescimento dos netos até se tornarem adultos e de não ter quem cuide deles na sua falta. Muitas se sentiram inadequadas e acharam que faltaram como mães e, com isto, apresentaram confusão de papel por estarem desempenhando uma função que, na realidade, seria dos pais. Elas também se queixaram de seu estado de saúde e algumas chegaram a desenvolver depressão. Os avós tenderam a esquecer sua própria condição de saúde para atender às necessidades dos netos. Outros sentimentos relatados pelos avós configuram uma ambivalência: cansaço e medo de perder sua privacidade se misturaram aos de realização, renovação, orgulho e satisfação de terem contribuído com seus filhos e netos.

Contata-se que estas avós vieram substituir pais falecidos, pais despreparados por serem adolescentes ou adultos imaturos, pais negligentes, pais desconhecidos, pais

dependentes químicos, abusadores, portadores de deficiências físicas e de transtornos mentais. A criação foi assumida preferencialmente por elas, porque na maioria dos casos essas mulheres já participavam dos cuidados dos netos, quando os pais coabitavam ou quando tomavam conta dos netos para os pais trabalharem. Houve casos em que a criança/adolescente passou por outros responsáveis legais antes de a avó assumir a guarda, como abrigos e outros avôs. Ao assumir um neto para criar, essas mulheres remanejaram sua vida nos aspectos profissional, financeiro e familiar, para darem conta do aumento das despesas e tarefas domésticas. Muitas continuaram desempenhando seu trabalho normalmente contando com a colaboração de outros cuidadores para tomarem conta das crianças durante sua ausência. Além disso, a saúde mais frágil e a idade avançada apareceram como pontos negativos desta experiência, causando preocupação quanto ao futuro dos netos que poderiam ficar desamparados na impossibilidade das avós permanecerem ativas ou falecerem (Mainetti & Wanderbroocke, 2013).

### **3.5. Suporte entre irmãos**

Dos cinco adolescentes entrevistados, três destacaram a importância do apoio dos irmãos na reinserção familiar. Paulo, antes de ser institucionalizado contava com a companhia com o irmão nos momentos em que a mãe não estava presente: “[...] *A minha mãe era direto trabalhando... quem cuidava de mim era o meu irmão*”.

Alguns adolescentes chegaram juntos com os irmãos ao AI I e essa parceria foi primordial à adaptação na instituição.

[E aqui no sítio, você tem contato com alguém da tua família?] Com meu irmão. Ele já teve aqui” (Francisco).

Aí a mãe falou com a Sílvia [assistente social] pra mim acompanhar, pra mim vim mais o meu irmão. Aí ela deu os documentos, passou tudo, aí eu vim mais o meu irmão, no carro, na Kombi. [...] O meu irmão foi lá pra casa da Sapoti e eu fui lá pra casa da acerola. Foi. Aí demorou 10 minutos e o meu irmão foi lá em cima me chamar. Eu tava tirando a minha roupa ainda e ele já tinha ido na casa do sapoti, tirado a roupa e já tava na casa da acerola me chamando... aí eu: “Eita, menino, tu é rápido, né???” Aí ele: “Deixa de falar besteira, veste logo a tua

roupa pra gente tomar banho de piscina. [E pra você se adaptar aqui? Foi difícil?] Não, porque meu irmão tava perto de mim. [E quando ele foi embora?] Aí veio a tristeza” (Paulo).

Algumas expectativas dos adolescentes baseavam-se no amadurecimento e vitória pessoal dos irmãos. Para Paulo, por exemplo, além de esperar pela casa que mãe prometera enquanto estava no AI II, o adolescente almejava a melhora do irmão com a saída do mundo das drogas.

[Você tem algum medo?] Tenho. Que o meu irmão volte a usar drogas. [...] Falta só uma casa e mudou outra coisa. Meu irmão parou de usar droga. Se aposentou das drogas. Minha mãe vai receber a casa, se Deus quiser. [...] Ele se recuperou, ele parou de usar drogas, Graças a Deus. (Paulo)

Daniel, na primeira fase da entrevista, esperava receber o suporte dos irmãos, principalmente de Mara. A expectativa era voltada à mudança de comportamento da mãe e a esperança de não precisar trabalhar nos terminais para integração de ônibus novamente.

Até agora eu só sei que eu vou morar mais a minha irmã. [E quando você voltar, tu acha que vai receber ajuda de quem?] A minha irmã, tia. (Daniel)

Já na terceira fase, Daniel estava trabalhando e mesmo no AI II buscava ajudar seus irmãos mais novos:

[...] Quando chega o final de semana vou andar de bicicleta, jogar de bola e ir pro North Shopping assistir um cinema. Eu e o Sanderson, meu irmão. [...] Minha irmã ta lá no Pia Marta. Fui visitar. Oxi, levei até roupa, dei comida a ela, recheado, uma ruma de coisa. Ela tava aqui no ponte [outro acolhimento institucional] e eu fui visitar. Ela tem 10 anos. (Daniel)

Para os irmãos que acolheriam alguns dos adolescentes, assumir a responsabilidade da reinserção familiar era um aspecto não esperado e sem segurança, pois alguns tinham idades próximas e não tinham apoio psicológico e financeiro de ninguém. Para Diego (irmão de Francisco) era algo quase impossível, pois estava passando por um processo de reabilitação. *“Ah, que ele trabalhasse, pra ser melhor do que eu na vida, sabe...? Tudo o que eu já passei, não quero que ele passe. E ter muita paciência e consciência, sabe...? [...] Pra ele não entrar na vida que eu entrei, sabe.?”*.

Mara ainda não acreditava que seu irmão Daniel estava próximo de voltar para casa e que ela assumiria a responsabilidade de cuidar. *“Ele já tá voltando, né? na verdade eu nem sei como vai ser. Num sei. Eu acho que não terá problema, não dá trabalho”*.

Na terceira fase da entrevista, Diego mostrou que houve mudanças nas trajetórias de vida, tanto dele como de seu irmão, Francisco. Diego assumiu o papel de cuidador e organizou o ambiente onde estavam morando.

Aconteceram várias coisas principalmente porque agora nós temos um objetivo na frente. Colocamos as coisas dentro de casa, estamos muito ligados. Compramos ventilador, fogão, televisão, DVD, comprei uma cama pro outro quarto, ajeitei a cama dele. (Diego – irmão de Francisco)

As mudanças não foram somente nos aspectos estruturais da casa, mas também em terem assumido o papel de responsável pelo ambiente em que estavam vivendo, nas finanças (os dois estavam trabalhando e comprando objetos para a casa) e na organização da rotina e comportamento do irmão:

De vez em quando tenho que dá uns gritos neles pra ele cair em si. [...] Só se levanta quando eu me levanto, só vai tomar banho quando eu vou tomar banho. [...] Estamos bem, né? de vez em quando tem aquelas discussões, mas logo se resolve. 15 minutos depois estamos nos falando. (Diego – irmão de Francisco)

Os educadores sociais destacaram na trajetória de vida dos adolescentes o suporte entre os irmãos, antes mesmo de chegarem ao AI I. A autonomia e a parceria já existiam devido às condições de abandono dos pais.

Desde muito pequenos, a mãe [de Francisco e Diego] apresentava esse quadro de dependência. Era mais os filhos se virando. Eles adquiriram essa maturidade para sobreviver independente da mãe. Deles fazerem a comida deles, deles lavarem a roupa deles. Eles já foram condicionados desde quando ela entrou nesse quadro. Mesmo em período de férias, se eles estavam com fome, eles mesmos faziam o fogareiro, com carvão, no chão mesmo. Eles quem lavavam as roupas. Então já víamos como autônomos (Educador Cássio).

Já no AI I, mesmo distantes, os adolescentes se preocupavam com os irmãos e tudo o que acontecia, seja positivo ou negativo, influenciava no comportamento na instituição, na escola e nas demais atividades propostas. *“Eles tem uma ligação muito forte. Entre irmãos é pouco comum como é a deles. Eles têm um laço muito forte entre eles”* (Cássio).

Os educadores destacaram a importância do investimento na autonomia dos adolescentes e seus irmãos, principalmente quando não há condições de outros familiares assumirem o papel de cuidador.

Eu acho que ele só conseguiu com uma certa facilidade porque o Diego já estava aqui. Porque se não fosse o Diego, o Francisco não teria conseguido não [...] A companhia do irmão foi muito importante para o Francisco. Sem o irmão eu acho que ele não teria conseguido não (Educador Bento).

Os irmãos desempenham papéis de cuidadores, amigos e figuras de suporte ao longo de toda a vida. Através da mútua socialização, de comportamentos de ajuda nas tarefas, de atividades cooperativas e do simples companheirismo, irmãos causam uma grande influência uns na vida dos outros. Além de terem uma participação importante no processo de socialização, os irmãos mais velhos podem assumir o papel de cuidadores formais de seus irmãos mais novos. Neste caso, elementos do

relacionamento progenitores-filhos são incorporados à relação entre irmãos (Dellazzana & Freitas, 2010).

As relações fraternais constituem-se em complexos sentimentos e emoções ligadas a elementos cognitivos, culturais e sociais interligados e difíceis de separar. Ou seja, não são escolhidas, mas, compartilhadas não somente pela nossa genética, mas, também pela herança familiar, classe social, contexto histórico, experiências e reminiscências. Começa geralmente durante a primeira infância do indivíduo e desempenha um papel fundamental na determinação de sua identidade e personalidade. Dessa forma, algumas ONGS fornecem apoio e solidariedade, expressando à sociedade o enfrentamento à violência por meio da fraternidade (Goldsmid & Féres-Carneiro, 2011).

Goldsmid e Féres-Carneiro (2011) retratam que se encontram muitos relatos de rivalidade e disputa arrolados aos relacionamentos entre os irmãos em vez de privilegiar a qualidade de uma boa convivência. As autoras frisam que além do ensino e aprendizagem mútua, esta relação permite a descarga moderada de agressão. A função fraternal colabora na formação consciente das relações interferindo, assim, na vida adulta. Para os irmãos construírem "bons laços" é necessário uma complementaridade nas suas funções, assim como a existência de uma relação íntima, e certa coincidência de valores pessoais. Ao oferecer a possibilidade de um campo para o exercício do controle de instintos agressivos, a família favorece o desenvolvimento de laços fraternos.

O vínculo entre os irmãos pode desempenhar um papel importante no apoio da estabilidade familiar em situações de risco, como dos pais de divórcio, a morte ou o abandono dos pais. E nos casos de ausência dos pais, as relações fraternas, muitas vezes constituem os únicos relacionamentos duradouros. Nestas circunstâncias, estas relações devem ser protegidas e apoiadas. Goldsmid e Féres-Carneiro (2011) citam como exemplo a situação das crianças no campo de concentração de Terezin na antiga Tchecoslováquia. O apoio fraternal foi relevante para superar a perda dos pais e superar traumas que tinham vivido em circunstâncias extremamente especiais por causa da perda de seus pais. Eles formaram o grupo conhecido como *Orfans de Terezin*, constituídas por seis crianças cujos pais tinham sido mortos pelos nazistas. Embora eles

não fossem irmãos biológicos, que eram considerados como tal, porque foram forçados a crescer juntos desde o nascimento.

A importância dos interesses comuns e experiências compartilhadas entre os irmãos aponta para uma ampla gama de tolerâncias e capacidades, incluindo níveis de excitação, frustração, conflitos, bem como a capacidade de regulação, antecipação, planejamento e adaptação. A proximidade no desenvolvimento de irmãos os torna capazes de reproduzir, lutando, amando, e competindo de forma protetora, porque as forças e fraquezas emocionais e físicas são mais alinhadas entre eles do que eles estariam entre os pais e irmãos (Goldsmid & Féres-Carneiro, 2011).

Pesquisas mostram que as crianças se desenvolvem de acordo para as interações. Neste sentido, o comportamento pró-social tem sido investigado como uma interação padrão com uma influência especial sobre o desenvolvimento por envolver ações voluntárias a partir do qual as crianças buscam para ajudar ou beneficiamento mais grupos de indivíduos ou sociais. Além disso, a criança tem atitudes que expressam cuidado com a seus pares, além de uma verdadeira preocupação para seu bem-estar quando a dinâmica envolve duplas e grupos de irmãos (Cavalcante, Costa, & Magalhães, 2012).

Há evidências de que as dinâmicas interacionais fraternas também favorecem a construção de relação mais horizontal com base na ajuda mútua, a capacidade de aprender e fazer coisas juntos, oportunizando a comunicação e a capacidade de compreensão de seus pares. Assim, as condições subjetivas em que as crianças interagem com seus irmãos e irmãs são elementos que influenciam as atitudes de cuidado e a forma como eles adquirem um significado especial na formação deste padrão em toda a interação infantil. Por isso deve-se considerar que as experiências vividas por duplas, trios e grupos de irmãos tendem a ser repetido em outros ambientes sociais, incluindo instituições infantis, tais como creches, escolas e abrigos (Cavalcante, Costa & Magalhães, 2012).

Nesse aspecto, quando se leva em consideração as condições psicossociais de crianças e adolescentes institucionalizados precisam ser avaliadas a qualidade das interações e relações do físico e ambiente social da instituição, pois este contexto assume influência no início e ao longo da vida o desenvolvimento das crianças. Cavalcante, Costa e Magalhães (2012) destaca pesquisas que abordam especificamente

o universo de interação das crianças e seus efeitos sobre a institucionalização principalmente quando são colocados longe de seus pais e mantidos em abrigos com seus irmãos para um tempo prolongado. A recíproca interação da criança e do ambiente institucional é fundamental para encontrar apoio material, emocional e social no incentivo compatível com suas necessidades. As condições favorecidas pelo ambiente social possibilita a construção e/ou manutenção de valores referenciais na instituição, incluindo os irmãos, na medida em que a significativa díades estão presentes em outros ambientes ecológicos além da família.

A complexidade do comportamento de cuidado entre irmãos tem uma diversidade de significados possíveis, capazes de trazer motivação distinta para fora ou impulsos, porém mutuamente benéfica. A criança pode ser responsável por cuidar do irmão e, em outro momento, tornou-se o alvo de comportamentos que expressam o cuidado, o zelo e até mesmo apego. A relação de irmãos no ambiente institucional tem implicações para a ecologia do cuidado vivido na instituição (assim como na família, os irmãos compartilhar com educadores, técnicos e voluntários a atenção dirigida para os mais jovens), mas também para o triunfo dos processos de retorno à família de origem ou para a construção de relações familiares em um lar adotivo (como em abrigos, os irmãos podem ajudar nas transições ecológicas e favorecer a adaptação ao novo ambiente).

Levando em consideração os trabalhos sobre a reinserção familiar de crianças e adolescentes institucionalizados no Brasil, não encontramos pesquisas que identifiquem a convivência com os irmãos como uma das opções para a desinstitucionalização. Essa proposta pode ser priorizada como mais uma forma de diminuir o tempo de acolhimento e também levar à autonomia.

Quando nos referimos a crianças e adolescentes institucionalizados, com histórico de situação de rua, costumamos enfatizar que ainda há certo vínculo familiar (com o pai, mãe, avós), mas, devidos a escassez de condições (financeiras, físicas, emocionais, etc.) o tempo ótimo para a reinserção familiar leva a equipe a tomar providencias urgentes, tendo em vista que há interferência no desenvolvimento. Dessa forma, a opção de vinculação entre irmãos/irmãs e o apoio de políticas públicas e instituições de acolhimento nessa parceria, seria mais uma opção que leva a execução das propostas do plano de convivência familiar comunitária.

## **VI – Considerações Finais**

A presente dissertação buscou compreender o processo de reinserção familiar (RF) na perspectiva de diferentes atores - adolescentes institucionalizados com histórico de situação de rua, seus familiares e educadores, antes e após a saída da instituição. A pesquisa teve como foco três objetivos específicos: 1) a identificação das expectativas e sentimentos de adolescentes, familiares e educadores acerca da volta para casa no período anterior a saída da instituição; 2) a descrição das mudanças e/ou continuidades que aconteceram na vida dos adolescentes (local de moradia, estudo, trabalho, relacionamento com família, etc.) no mês após e seis meses após a saída da instituição; e 3) a identificação dos fatores relacionados às mudanças e/ou continuidades concernentes ao processo de reinserção familiar, observados ao longo de todos os momentos de coleta de dados.

O percurso da pesquisa foi longo e repleto de desafios, devido as dificuldade em acompanhar, durante meses, os adolescentes e seus familiares. Inicialmente, no momento em que estavam no Acolhimento Institucional I (AI I), pôde-se perceber uma “zona de tensão”, de expectativas e de medos que muitas vezes afetavam a todos que os estavam acompanhando (técnicos, educadores da instituição e pares). Na segunda fase das entrevistas, o acesso aos adolescentes ainda foi facilitado, uma vez que seguiam em acompanhamento no curso profissionalizante e no Acolhimento Institucional II (AI II). Da mesma forma, os familiares também estavam mais disponíveis a compartilhar os desafios e conquistas vividas. Porém, na terceira fase do processo da pesquisa, a maioria dos adolescentes estava em ambientes diferentes, distantes do acolhimento institucional e das atividades propostas. Esse fato gerou a necessidade de acessa-los em espaços diferentes, tais como residências, cursos, escola e AI II.

Compreende-se que essas dificuldades não representaram limitações para o processo de pesquisa, mas que, pelo contrário, agregaram bastante à minha intervenção enquanto técnica do AI I. Dessa forma, o acompanhamento dos adolescentes e familiares, assim como os momentos de discussão com outros profissionais que também assistem aos adolescentes, veio contribuir para a atuação enquanto técnica daquele serviço. Nos espaços comuns de discussão surgiram ideias, sugestões e intervenções práticas que possibilitaram uma ampla visão do que estava em análise, a reinserção

familiar. Não posso esquecer a disposição e interesse tanto dos adolescentes e familiares, quanto dos educadores em questão, principalmente quando alertados que essa pesquisa auxiliaria futuros processos de reinserção social.

Esta dissertação buscou aprofundar o tema da reinserção familiar a partir de três contribuições a esse campo de estudos. A primeira delas diz respeito à inclusão de três atores fundamentais ao processo de RF (adolescentes, familiares e educadores). A segunda refere-se à realização da coleta de dados em três momentos diferentes (no mês que antecede a saída da instituição, um mês após e seis meses após a saída da instituição). E, por fim, a terceira contribuição reside no uso da estratégia metodológica da Inserção Ecológica para realização da pesquisa.

Considerando que a maioria dos estudos prévios acerca da RF tende a privilegiar a perspectiva de apenas um participante (quase sempre a criança/adolescente reinserido) e em um único momento do tempo (após a saída da instituição), esperava-se com a montagem do presente delineamento, aproximarmos-nos da perspectiva bioecológica do desenvolvimento humano desenvolvida por Urie Bronfenbrenner. Tal abordagem pressupõe o modelo Pessoa, Processo, Contexto e Tempo (PPCT), como uma perspectiva mais sistêmica, holística e contextualizada para compreensão dos fenômenos humanos. Além disso, a perspectiva da Inserção Ecológica representou a possibilidade de inserção concreta da pesquisadora nos ambientes naturais de vida dos participantes (residência de familiares, outras instituições, cursos, escola etc.), contribuindo ao estudo aqui apresentado. A Inserção facilitou e garantiu o acesso aos participantes; permitiu a vinculação da pesquisadora com estes, fundamental para a obtenção de dados de qualidade; e, conforme já mencionado, contribui para que – através dos momentos de pesquisa - a pesquisadora pudesse também realizar intervenções coerentes ao seu papel de psicóloga do AI I.

A análise dos resultados foi organizada em dois momentos. No primeiro deles, foram realizados estudos de casos dos cinco adolescentes, abrangendo discursos deles próprios, dos seus familiares e dos educadores. Em seguida foi feita a análise das categorias temáticas surgidas a partir das entrevistas. As categorias foram as seguintes: 1) expectativas e sentimentos quanto à reinserção familiar; 2) transições ecológicas - mudanças e continuidades; e 3) fatores relacionados às transições ecológicas no processo de reinserção familiar (vulnerabilidades dos adolescentes; vulnerabilidades dos

familiares; o papel dos acolhimentos institucionais; o papel dos avós; e suporte entre irmãos).

Verificou-se que as expectativas e sentimentos dos adolescentes no momento que antecede a saída da instituição tende a ser mais positiva que a dos seus familiares; e que entre os momentos de coleta de dados, os adolescentes mostraram grande circulação entre diferentes espaços (casa de familiares e instituições de acolhimento). Os fatores relacionados às transições ecológicas durante a RF foram: as vulnerabilidades dos adolescentes (drogas e comportamentos), as vulnerabilidades dos familiares (drogas, moradias nas ruas, conflitos intrafamiliares e dificuldades financeiras), assim como o papel de suporte oferecido pelas instituições de acolhimento e por pessoas da família, como as avós e irmãos.

Os resultados nos levam a problematizar acerca da existência de um “tempo ótimo” para a reinserção familiar. De acordo com os dados fornecidos pelos relatórios técnicos produzidos no AI I e as entrevistas com os educadores sociais, os adolescentes chegaram ao AI I quando eram crianças, com idades entre 9-11 anos (média de 9,8 anos). Uma vez que a idade média dos adolescentes quando começaram a ser acompanhados para essa pesquisa era de 14 anos, deduz-se que estes estavam institucionalizados – apenas no AI I -, no mínimo, há quatro anos; tempo que excede em duas vezes a normativa legal sobre o tempo máximo de acolhimento, que é de dois anos.

Os resultados desse estudo permitem destacar a co-existência de diferentes “tempos” que devem ser considerados no processo de RF. Tais “tempos” dizem respeito a processos vividos por cada um dos atores (adolescente, família e instituição) que exercem influência uns sobre os outros e que atuam influenciando o processo de RF. São eles:

1) O *tempo do adolescente* - envolve características físicas e psicossociais, que dentro do contexto do acolhimento institucional chegará a um limite e encontrará uma série de fatores que impedirão o desenvolvimento individual e relacional, dificultando a reinserção familiar;

2) O *tempo da família* – tende a diferir do tempo do adolescente, pois, diante das dificuldades encontradas no contexto (drogas, fome, situação de rua, conflitos familiares etc.) os familiares preferem deixar os adolescentes por mais tempo na instituição. Este

tempo é levado até o limite institucional, não havendo, muitas vezes, preparação e mudanças para o regresso do adolescente ao ambiente;

3) *O tempo do Acolhimento institucional* - que, neste caso, estipula o limite etário de 12 anos, podendo chegar aos 14 anos. Neste caso, o acolhimento se responsabiliza pelos adolescentes até os 14 anos, encaminhando-os para o curso profissionalizante e primeiro emprego como “jovem aprendiz”. Neste ponto não há importância para a idade do acolhimento inicial, mas para o prazo final (14 anos), ou seja, não é levada em consideração a idade em que foi acolhido, mas a idade em que há permissão de perfil para ficar no ambiente;

4) *O tempo da Legislação* - estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente é outro fator levado em consideração para a reinserção familiar (máximo de 2 anos), mas a abertura dada na lei para uma prorrogação desses 2 anos, de acordo com o parecer técnico e das entidades jurídicas, acomoda os casos dos adolescentes que representam exceção à regra.

Diante do exposto, é possível notar que a provisoriedade da reinserção familiar (máximo de 2 anos, segundo o ECA) é um desejo que tende a envolver somente o adolescente institucionalizado. Uma das discussões norteadoras para o sucesso da reinserção familiar é o ajuste dos *tempos* dos sujeitos envolvidos que, por não entrarem em acordo uns com os outros, tende a gerar conflitos e novas (re) institucionalizações. É possível observar que de um lado o menino “não aguenta mais” e “sente-se preso” na instituição; do outro lado a instituição tem um teto, um limite de atendimento (até os 14 anos); do outro a realidade da família tende a permanecer a mesma de quando ele foi institucionalizado; e por outro o limite legal são os dois anos.

Conforme já mencionado, o tempo de institucionalização dos adolescentes em estudo excede, consideravelmente, o tempo estipulado pela legislação. Nos casos apresentados nesta pesquisa, a medida do acolhimento institucional não apresentou nenhum caráter provisório, tendo em vista que a institucionalização não deve ultrapassar os dois anos; e nem excepcional, pois, muito além das poucas condições financeiras, havia fatores relacionados à insegurança, envolvimento com drogas, falta de moradia, insegurança na comunidade. Por isso, é importante repensar ações que envolvam as famílias, a comunidade e o poder público com vistas a garantir e defender os direitos

das crianças e dos adolescentes, já que o acolhimento institucional seria uma das últimas opções de intervenção (CONANDA/ CNAS, 2006; ECA, 1990).

Os adolescentes exprimem de diversas formas (falas e comportamentos na instituição) o desejo pelo retorno às famílias. À vista disto há uma carência de relações com a família e também com a comunidade, fato que deveria ser uma preocupação de todo e qualquer serviço de acolhimento institucional; desde o momento de ingresso da criança/adolescente. Inclusive, a legislação brasileira (Lei No. 8.069, 1990; Lei No. 12.010, 2009), obriga as entidades a desenvolver programas de acolhimento institucional que incentivem o restabelecimento e a preservação dos vínculos familiares, bem como comunicar às autoridades do Sistema de Justiça, periodicamente, os casos em que se mostre inviável ou impossível o reatamento dos vínculos familiares.

Mesmo com a vontade de reinserirem-se nas famílias, alguns adolescentes buscavam ser independentes, tendo em vista que – entre o momento de institucionalização e o momento de ser reinserido – não houve mudanças significativas nas condições de vulnerabilidade que caracterizavam as famílias dos adolescentes acolhidos. Ou seja, as mesmas condições que motivaram a institucionalização continuavam a marcar o contexto familiar, quando da volta dos adolescentes. Diante de tal realidade, é importante que o acolhimento institucional, junto à rede de apoio do adolescente busque trabalhar a autonomia. Porém, essa realidade complica-se diante da escassez de políticas públicas que facilitem esse processo de autonomia juvenil. Tendo isso em vista, o AI I traçou como estratégia o projeto profissionalizante para jovem aprendiz.

O “tempo ótimo” para a reinserção familiar foi mais questionado na fala dos educadores sociais que acompanhavam os adolescentes. Para eles o tempo de institucionalização estava excedendo os limites físicos e psíquicos dos adolescentes, sendo que a forma como estavam se comportando no AI I era um sintoma desse fenômeno. Além disso, o acolhimento estava mudando o seu caráter de “acolher” para “prender”.

Uma das críticas levantadas, principalmente pelos educadores, foi a relação que o AI I fazia vinculando esses dois eventos: “arrumar o primeiro emprego formal” e “sair da instituição”. Considerando que o prazo legal para trabalhar como jovem aprendiz é a partir dos 14 anos e que muitos adolescentes foram institucionalizados com 9 ou 10

anos (sem contar com a passagem por outras instituições de acolhimento), a RF poderia estar acima do limite desejável e suportável para muitos dos adolescentes acolhidos. Na concepção dos educadores, a saída do acolhimento institucional, portanto, não deveria estar condicionada a conseguir um emprego, pois, essa não é a única solução para uma efetiva reinserção familiar. Esta, por outro lado, deveria envolver adolescentes e familiares nos equipamentos sociais comunitários, o maior tempo possível, seja através da participação em cursos, oficinas, esportes, artes, etc. A aprendizagem de alguma atividade profissional também poderia acontecer antes dos 14 anos, tendo em vista que os adolescentes são empregados, sem perspectiva de futuro e preparação para encarar no mercado de trabalho (regras, relacionamentos hierárquicos, disciplina, planejamento salarial, etc.). Àqueles que ainda encontram obstáculos à reinserção familiar, sugere-se espaços, no próprio acolhimento institucional (devido o vínculo com a instituição), que acompanhem o adolescente, mesmo já tendo 14 anos. Nestes ambientes seriam trabalhadas a autonomia, o planejamento de vida, as relações familiares e orientação profissional.

A reinserção familiar é uma realidade complexa que envolve múltiplos sujeitos em diferentes contextos que, muitas vezes, são trabalhados separadamente (adolescentes no acolhimento institucional e familiar nas casas). Nesse caso, é essencial realizar a preparação da família e do próprio adolescente de forma gradual e agregadora, com atendimentos sistêmicos, que incluam a intervenção no ambiente familiar. Dessa forma, a reinserção iniciaria com visitas periódicas, começando nas férias, depois mensalmente e finais de semana. As intervenções deveriam ser pautadas na realidade comunitária e principalmente na busca por redes de proteção na família e na comunidade.

Entende-se que, embora algumas instituições busquem avançar no trabalho de preparação da reinserção familiar, ainda deixam algumas lacunas importantes a serem preenchidas. Verificam-se avanços no que diz respeito à provisão material e econômica (ajuda no aluguel, compra de material de construção, cursos profissionalizantes para familiares etc), mas ainda há escassez de trabalhos que foquem a dimensão subjetiva, as vulnerabilidades psíquicas e sofrimentos emocionais que afetam enormemente o ambiente familiar desses adolescentes que um dia precisaram ser acolhidos. Reforça-se aqui, portanto, a necessidade de se trabalhar laços de afeto (frequentemente bastante

“esgarçados”), pertencimento e valores dos adolescentes e famílias; aliado, obviamente, ao fortalecimento da rede de proteção (escolar, lazer, trabalho, saúde etc) dos mesmos.

A reinserção familiar não é um evento pontual que tem hora e dia para começar e acabar. Ou seja, ela não ocorre do dia para a noite e nem com um prazo estipulado. O adolescente, mesmo com 14 anos (tempo institucional), trabalhando (como jovem aprendiz) e com o desejo de colaborar no ambiente familiar, se não for preparado, progressivamente, poderá apresentar dificuldades e possíveis decepções que em última instância podem acarretar a reinstitucionalização e/ou envolvimento com a violência, gangues, tráfico de drogas, etc. Por isso é importante a prévia preparação dos diferentes atores envolvidos no processo de reinserção familiar (adolescentes, famílias e instituições), desde o momento em que há a institucionalização, até o momento depois em que está inserido na família.

A respeito do processo de reinserção familiar dos cinco adolescentes que a presente pesquisa acompanhou, pode-se dizer que o mesmo não foi “linear” como inicialmente previsto pelo AI I. Da mesma forma, não se pode concluir que a RF desses adolescentes “fracassou”. Os adolescentes, no período em que estavam em acompanhamento nesta pesquisa, passaram por diversos contextos (casa de familiares incentivados pela instituição, casa de familiares não esperados pela instituição, outros acolhimentos institucionais, etc.). No entanto, independente do ambiente em que estavam inseridos, parecem ter cumprido o objetivo inicial para o trabalho do acolhimento, ou seja, os adolescentes se mantiveram distante das vulnerabilidades contextuais da rua.

A título de exemplo, dos cinco adolescentes em estudo, somente um (Marcos) foi para o espaço planejado institucionalmente (casa da avó paterna). Mesmo cumprindo com o “destino” inicialmente planejado para ele, o que poderia ser um “sinal” de “sucesso”, verificou-se que ainda sim havia obstáculos que afetavam cotidianamente aquela dinâmica familiar, como por exemplo, o envolvimento com adolescentes do bairro, a insegurança, o tráfico de drogas, a falta de estímulo pelos estudos, entre outros. A reinserção familiar “não esperada” pode ser melhor ilustrada nesse estudo pelo caso de Francisco e seu irmão Diego que expulsaram a mãe de casa e começaram a morar juntos. Neste aspecto é importante levar em consideração a rede de apoio fraternal e o investimento na autonomia desses adolescentes. Os outros três adolescentes (Daniel,

Leandro e Paulo) encontraram dificuldades estruturais como o uso de drogas dos familiares, a não mudança da cultura de exploração do trabalho infantil, a falta de moradia. Porém, a vontade e as expectativas positivas foram mais fortes do que as que encontramos no ambiente familiar e comunitário, levando esses adolescentes a se manterem distantes da rua, envolvidos na escola, trabalhando e com planos futuros de terem autonomia e ajudarem as famílias.

A reinserção familiar, portanto, representa um “processo”, que exige acompanhamento dos adolescentes e familiares anteriormente e posteriormente à saída das instituições onde estiveram acolhidos. Acredita-se que a preparação/acompanhamento, deve estar alicerçada em uma concepção positiva acerca dos adolescentes, seus familiares e da própria reinserção familiar; seja por parte dos próprios adolescentes, seus familiares, mas também por parte dos técnicos e educadores sociais que têm a missão de facilitá-la.

Para além das vulnerabilidades dos adolescentes e dos familiares implicados na reinserção familiar, esse estudo também mostrou que quando nos referimos às políticas públicas de apoio às famílias em vulnerabilidade social, os obstáculos são maiores e acabam influenciando consideravelmente os processos de retorno dos adolescentes para sua família e comunidade. Nesse sentido, em muitos pontos das entrevistas, as políticas públicas foram apresentadas como ineficazes: postos de saúde não funcionam; o lazer, as escolas e cursos para comunidade são barrados pela falta de estrutura física, pessoal e de insegurança; os acompanhamentos dos Centros de Atenção Psicossociais (gerais e álcool e drogas), Centros de Referência de Assistência Social (especializados ou não) estão falhos e sem efetividade; a política de habitação é lenta e sem perspectiva de funcionamento e todo o trabalho de assistência às famílias ficam barrados quando se depende desses setores socioassistenciais. Por isso, à semelhança da conclusão de outros estudos que envolvem temáticas relacionadas às questões de vulnerabilidade social, faz-se mister – também no caso da reinserção familiar de adolescentes em situação de rua – lutar-se pela garantia de direitos sociais, o que certamente envolve maior investimento público e controle social das políticas públicas de saúde, educação, segurança, trabalho, lazer, moradia etc.

Em termos de sugestão para estudos futuros, recomenda-se a continuidade do acompanhamento desses adolescentes, assim como a realização de estudos longitudinais

que avaliem variáveis específicas em cada momento de coleta de dados (indicadores de saúde, bem-estar, rede de apoio etc.); assim como estudos que incluam coleta com meninas, uma vez que o presente estudo focalizou apenas adolescentes do sexo masculino.

Apesar dessas limitações, espera-se com este trabalho ter contribuído para uma melhor compreensão da reinserção familiar como uma realidade complexa, a qual envolve múltiplos sujeitos, com contextos diversos, em diferentes tempos e vivenciando os mais diferentes processos de desenvolvimento. Acima de tudo, espera-se ter contribuído para a compreensão de que a reinserção familiar não pode se limitar à reunificação física dos adolescentes acolhidos a suas famílias, simplesmente. Em última instância, ela deve implicar formas de reunificação psicológica e social destes adolescentes, tanto à sua família, quanto à sociedade como um todo (escola, trabalho, saúde, lazer etc.).

## Referências

- Amazarray, M. R., Thomé, L. D., Souza, A. P. L., Poletto, M., & Koller, S. H. (2009). Aprendiz *versus* Trabalhador: Adolescentes em Processo de Aprendizagem. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25(3), 329-338.
- Araújo, C. P. de & Dias, C. M. de S. B. (2010). Avós guardiões de baixa renda. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 4(2), 229-237.
- Azôr, A.M.G.C.C.V. & Ectorec, V. (2008) Abrigar/desabrigar: conhecendo o papel das famílias nesse processo. *Estudos de Psicologia*, 25(1), 77-89.
- Bardin, L. (1979). Análise de Conteúdo. (L. Reto & A. Pinheiro, Trad.). São Paulo: Edições 70, Livraria Martins Fontes (Originalmente publicado em 1977).
- Bento, R. (2008) Família substituta: uma proposta de intervenção clínica na adoção tardia. *Psicologia: Teoria e Prática*, 10(2), 202-214.
- Brasil (1992). Lei nº 8.742/1993 - Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.
- Brasil. (2001). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. São Paulo: Saraiva. (Trabalho Original em 1988)
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano*. Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1979).
- Bonfenbrenner, U., & Morris, P. (1998). The ecology of developmental processes. In R. M. Lerner & W. Damon (Eds.), *Handbook of child psychology* (Vol.1, pp. 993-1027). New York, NY: John Wiley & Sons.
- Bronfenbrenner, U. (1999). Environments in developmental perspective: Theoretical and operational models. In B. L. Friedmann & T. D. Wacks (Eds.), *Measuring environment across the life span: emerging methods and concepts* (pp. 3-30). Washington, DC: American Psychological Association.
- Bronfenbrenner, U. (2011). *Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos*. Porto Alegre: Artmed. (Original publicado em 2005).
- Cavalcante, L. I. C., Silva, S. S. C., & Colino. C. M. (2010). Institucionalização e reinserção familiar de crianças e adolescentes. *Revista Mal-estar e Subjetividade – Fortaleza*, 10(4), 1147-1172.

- Cavalcante, L. I. C., Costa, L. N., & Magalhães, C. M. C. (2012). Caretaking Behavior among Siblings in Children's Shelters. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 25(1), 165-173.
- Cecconello, A. M. & Koller, S. H. (2003). Inserção ecológica na comunidade: uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(3), 515-524.
- Cerqueira-Santos, E., Neto, O. C. M, & Koller, S. H. (2014). Adolescentes e adolescência. In L. F. Habigzang, E. Diniz, & S. H. Koller (Eds.), *Trabalhando com adolescentes* (pp 17 – 29). Porto alegre, Artmed.
- Conselho Nacional da Assistência Social. (2009). Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília.
- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente /Conselho Nacional de Assistência Social. (2006). *Plano Nacional de Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária*. Ministério do desenvolvimento social e combate à fome, secretaria especial de direitos humanos. Brasília.
- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente /Conselho Nacional de Assistência Social. (2008). *Orientações Técnicas para os Serviços e acolhimento para crianças e adolescentes*. Ministério do desenvolvimento social e combate à fome, secretaria especial de direitos humanos. Brasília.
- Conselho Nacional do Ministério Público (2013). Relatório da Infância e Juventude – Resolução nº 1/2011: Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no País. Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público.
- Corrêa, L. S. (2011). *Concepções de desenvolvimento e práticas de cuidado à criança em ambiente de abrigo na perspectiva do nicho desenvolvimental*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará. Belém.
- Dellazzana, L. L. & Freitas, L. B. L. (2010). Irmãos que Cuidam de Irmãos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa* (Brasília), 26 (4), 595-603.
- Delgado, P. (2012). A Perspectiva Ecológica: Referências para a Preparação e a Cessação da Estadia em Acolhimento Familiar de Crianças. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 25(2), 359-367.

- Dessen, M. A. & Braz, M. P. (2005). A família e suas inter-relações com o desenvolvimento humano. In M. A. Dessen & A. L. Costa Junior, *A Ciência do desenvolvimento humano: Tendências atuais e perspectivas futuras* (pp.113-131). Porto Alegre: Artmed.
- Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990. Brasília, DF: Câmara dos Deputados.
- Fante, A. P. & Cassab, L. A. (2007). Convivência familiar: Um direito à criança e ao adolescente institucionalizado. *Revista Textos & Contextos*, 6(1), 154-174.
- Fundo das Nações Unidas para a Infância [UNICEF]. (2011). *Situação da adolescência brasileira 2011: O direito de ser adolescente: Oportunidades para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades*. Brasília: UNICEF. Disponível em [http://www.unicef.org/brazil/pt/br\\_sabrep11.pdf](http://www.unicef.org/brazil/pt/br_sabrep11.pdf)
- Garcia- Preto, N. (1995). Transformação do sistema familiar na adolescência. In B. Carter, & M. McGoldrick (Eds.), *As mudanças no ciclo de vida familiar* (pp 223-247). Porto Alegre, Artes Médicas.
- Goldsmid, R. & Féres-Carneiro, T. (2011). Fraternal Relationship: subject's constitution. *Psicologia USP*, 22(4), 771-787.
- Gonçalves, A. L. A. (2014). Aprendizagem profissional: trabalho e desenvolvimento social e econômico. *Estudos Avançados*. 28(81), 191-200.
- Gonzalez, A. C., Abaid J. L. W., & Dell'Aglio, D. D. (2012). Adolescência, acolhimento institucional e convivência familiar: um retrato sobre a garantia de direitos. In C. M. C. Magalhães, L. I. C. Cavalcante, F. A. R. Pontes, S. S. C. Silva, L. S. Corrêa (Eds.), *Contextos ecológicos do desenvolvimento humano I* (pp 19-45). Belém, Paka-Tatu.
- Hutz, C. S. & Koller, S. H. (1999). Methodological and ethical issues in research with street children. *New Directors for Child and Adolescents Development*, 85, 59-70.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA]. (2003). *Levantamento Nacional dos Acolhimentos para Crianças e Adolescentes da Rede de Serviço de Ação Continuada (SAC): Relatório de Pesquisa No. 1*. Brasília: IPEA. Disponível em [http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/infanciahome\\_c/acolhimento\\_institucional/Doutrina\\_abrigos/IPEA.\\_Levantamento\\_Nacional\\_de\\_abrigos\\_para\\_Criancas\\_e\\_Adolescentes\\_da\\_Rede\\_SAC.pdf](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/infanciahome_c/acolhimento_institucional/Doutrina_abrigos/IPEA._Levantamento_Nacional_de_abrigos_para_Criancas_e_Adolescentes_da_Rede_SAC.pdf)

- Koller, S. H. (2011). Psicólogos de rua. In S. H. Koller (Eds.), *Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil* (pp 23 - 46). São Paulo, Casa do Psicólogo.
- Magalhães C. M. C., Costa L. N. & Cavalcante L. I.C. (2011). The perception of shelter care educators: their work and the institutionalized child. *Journal of Human Growth and Development*, 21(3), 818-831.
- Mainetti, A. C. & Wanderbroocke, A. C. N. S. (2013). Avós que assumem criação dos netos. *Pensando Famílias*, 17(1), 87-98.
- Maluccio, A. N., Warsh, R., & Pine, B. (1993). Rethinking family reunification after foster care: Community Alternatives. *International Journal of Family Care*, 5(2), 1-17.
- Morais, N. A. (2005). *Um estudo sobre a saúde de adolescentes em situação de rua: o ponto de vista dos adolescentes, profissionais de saúde e educadores* (Dissertação de mestrado). Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/7392>
- Morais, N. A. (2009). *Trajetórias de vida de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social: entre o risco e a proteção* (Tese de doutorado). Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/16660>
- Morais, N. A., Paludo, S., & Koller, S. H. (2010). Famílias de crianças e adolescentes em situação de rua. In N. A. Moraes, L. Neiva-Silva & S. H. Koller (Eds.), *Endereço desconhecido: crianças e adolescentes em situação de rua* (pp. 177-197). São Paulo, Casa do Psicólogo.
- Morais, N. A. & Koller, S. H. (2012). Um estudo com egressos de instituições para crianças em situação de rua: percepção acerca da situação atual de vida e do atendimento recebido. *Estudos de Psicologia*, 17(3), 405-412.
- Narvaz, M. G & Koller, S. H. (2004) O modelo bioecológico do desenvolvimento humano. In S. H., Koller (Eds.) *Ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenção no Brasil*. (pg. 55-69). São Paulo, Casa do Psicólogo.
- Neiva-Silva, L., Marquardt, J.P., López, J. & Koller, S. H (2010). Uso de Drogas por crianças e adolescentes em situação de rua e a busca de intervenções efetivas. In N. A. de Moraes, L. Neiva-Silva & S. H. Koller (Eds.), *Endereço Desconhecido: crianças e adolescentes em situação de rua* (pp. 405-420). São Paulo, Casa do Psicólogo.

- Niquice, F. L. A. (2014). Comportamentos de risco na adolescência. In L. F. Habigzang, E. Diniz & S. H. Koller (Eds.), *Trabalhando com adolescentes* (pp 42-53). Porto alegre, Artmed.
- Noto, A.R., Galduróz, J. C. F., Nappo, S.A., Carlini, C.M.A., Moura, Y.G., & Carlini, E.A. (2004). Levantamento nacional sobre o uso de drogas entre crianças e adolescentes em situação de rua em 27 capitais brasileiras. São Paulo, Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas - CEBRID.
- Oliveira, A. R. V., Pinho, D. L. M. (2013). Relações entre avós e seus netos adolescentes: uma revisão integrativa. *Revista Brasileira Geriátrica Gerontologia*, Rio de Janeiro. 16(3), 633-642.
- Paludo, S. S.; Koller, S. H. (2008). Toda Criança tem família: criança em situação de rua também. *Psicologia & Sociedade*, 20 (1), 42-52.
- Perez, J. R. R. & Passone, E. F. (2010). Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, 40 (140), 649-673.
- Pesce, R. P, Assis, S. G., Santos, N. & Oliveira, R. V. C. (2004). Risco e Proteção: em busca de um equilíbrio promotor de resiliência. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20 (2), 135-143.
- Pinto, G. & Hirdes, A. (2006). O processo de institucionalização de detentos: perspectivas de reabilitação e reinserção social. *Escola Anna Nery Revista de Enfermagem*, 10 (4), 678 – 83.
- Queiroz, M. & Rizzini, I. (2012). A infância com deficiência institucionalizada e os obstáculos históricos na defesa de seus direitos. *O Social em Questão*, 15(28) 199-220.
- Rizzini, I. & Pillotti, F. (2009). A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. *Cortez*, São Paulo. 2(22), 121-130.
- Rizzini, I. & Rizzini, I. (2004). A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente. *PUC-Rio*, São Paulo. 2(1) 48-59.
- Rosa, E. M., Santos A. P., Melo C. R. S. & Souza, M. R. (2010). Contextos ecológicos em uma instituição de acolhimento para crianças. *Estudos de Psicologia*, 15(3), 233-241.

- Salina-Brandão, A. & Williams, L. C. A. (2009). O Abrigo como Fator de Risco ou Proteção: Avaliação Institucional e Indicadores de Qualidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22(3), 334-343.
- Santana, J. P. (2003). *Instituições de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua: objetivos atribuídos por seus dirigentes e pelos jovens atendidos*. (Dissertação de Mestrado). Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/2162>
- Santana J. P. & Koller S. H (2004). Introdução à abordagem Ecológica do Desenvolvimento Humano. In. S. H. Koller (Eds.) (2011). *Ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenção no Brasil*. (pg. 55-69). São Paulo. Casa do Psicólogo.
- Santana, J. P.; Doninelli, T. M.; Frosi R. V.; Koller, S. H. (2004). Instituições de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua. *Psicologia & Sociedade*, 16 (2), 59-70. Rio Grande do Sul.
- Santana, J. P., Doninelli, T. M., Frosi, R. V., & Koller, S. H. (2005a). É fácil tirar a criança da rua. O difícil é tirar a rua da criança. *Psicologia em Estudo (Maringá)*, 10(2), 165-174.
- Santana, J. P., Doninelli, T. M., Frosi, R. V., & Koller, S. H. (2005b). Os adolescentes em situação de rua e as instituições de atendimento: utilizações e reconhecimento de objetivos. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(1), 134-142.
- Santana, J. P., Doninelli, T. M., & Koller, S. H. (2010). Trajetória de vinculação institucional de crianças e adolescentes em situação de rua. In N. A. de Moraes, L. Neiva-Silva & S. H. Koller (Eds.), *Endereço Desconhecido: crianças e adolescentes em situação de rua* (pp. 405-420). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Silva M. L., Polli R. G., Sobrosa G. M. R., Arpini D. M. & Dias A. C. G. (2012). Da normatização à compreensão: caminhos construídos para a intervenção familiar. Mudanças. *Psicologia da Saúde*, 20 (12), 13-21.
- Silva, M. R. S. & Nunes, K. S. (2004). Avaliação e diagnóstico do processo de reinserção familiar e social de crianças e adolescentes egressos de uma casa de passagem. *Cogitare Enfermagem*, 9(1), 42-49.

- Siqueira, A. C. (2006). *Instituições de abrigo e redes de apoio social e afetivo em transições ecológicas na adolescência*. (Dissertação de Mestrado). Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/15706/000689365.pdf>
- Siqueira, A. C. (2012). A garantia ao direito à convivência familiar e comunitária em foco. *Estudos de Psicologia*, 29(3), 437-444.
- Siqueira, A. C., & Dell’Aglío, D. D. (2006). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. *Psicologia & Sociedade*, 18(1), 71-80.
- Siqueira A. C. & Dell’Aglío, D. D. (2007). Retornando para a família de origem: fatores de risco e proteção no processo de reinserção de uma adolescente institucionalizada. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 17(3), 134-14.
- Siqueira, A. C. & Dell’Aglío, D. D. (2010). Crianças e Adolescentes Institucionalizados: Desempenho Escolar, Satisfação de Vida e Rede de Apoio Social. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26 (3), 407-415.
- Siqueira, A. C. & Dell’Aglío, D. D. (2011). Políticas públicas de garantia do direito à convivência familiar e comunitária. *Psicologia & Sociedade*, 23(2), 262-271.
- Siqueira, A. C., Massignan, L. T., & Dell’Aglío, D. D. (2011). Reinserção familiar de adolescentes: Processos malsucedidos. *Paidéia*, 21(50), 383-391.
- Yin, R. K. (2010). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 4.ed. Porto Alegre: Bookman.
- Yunes, M. A. M.; Arrieche, M. R. O. & Tavares, M. F. A. (2001). Família Viva e pensada na percepção de crianças em situação de rua. *Paidéia*, 11(20), 47-56.
- Yunes, M. A. M., Miranda, A. T. & Cuello, S. E. S. (2004). Um olhar ecológico para os riscos e as oportunidades de desenvolvimento de crianças e adolescentes institucionalizados. In. S. H. Koller (org.) (2011). *Ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenção no Brasil*. (pp. 197-218). São Paulo. Casa do Psicólogo.

## Anexos

<b>Anexo A</b>	Entrevista Adolescente Acolhimento Institucional 1 - T1
<b>Anexo B</b>	Entrevista Adolescente - Casa de Familiares - T2
<b>Anexo C</b>	Entrevista Adolescente - Acolhimento Institucional 2 - T2
<b>Anexo D</b>	Entrevista Adolescente - Casa de Familiares – T3
<b>Anexo E</b>	Entrevista Adolescente - Acolhimento Institucional 2 - T3
<b>Anexo F</b>	Entrevista familiar/Responsável - T1
<b>Anexo G</b>	Entrevista familiar/Responsável– Adolescente na casa de Familiares - T2
<b>Anexo H</b>	Entrevista familiar/Responsável– Adolescente no Acolhimento Institucional 2 - T2
<b>Anexo I</b>	Entrevista familiar/Responsável– Adolescente na casa de Familiares – T3
<b>Anexo J</b>	Entrevista familiar/Responsável– Adolescente no Acolhimento Institucional 2 – T3
<b>Anexo K</b>	Entrevista Educador Social T1
<b>Anexo L</b>	Entrevista Educador Social T3
<b>Anexo M</b>	Termo de Concordância para a instituição
<b>Anexo N</b>	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
<b>Anexo O</b>	Carta de Aceite do Comitê de Ética

## Anexo A

### Entrevista Adolescente Acolhimento Institucional 1 - T1

1. Data da Entrevista:    /    /
2. Nome:
3. Data de Nascimento:
4. Idade:
5. Escolaridade:
6. Constituição familiar: Quem mora na sua casa? Quantos irmãos você tem (sexo e idade)? Se não moram com sua família, onde estão?
7. Já esteve em outras instituições de PN? Em que idade? Qual o motivo? Como foi o desligamento?

#### ➤ **Quanto à Instituição**

8. Idade que chegou ao PN.
9. Motivo da entrada no PN
10. Como foi chegar aqui?
11. Como é viver no PN?
12. Tem amigos aqui?
13. Como é a sua relação com eles?
14. Que atividades você realiza aqui?
15. Como é a sua relação com as outras crianças e os outros adolescentes do PN?
16. Como é a relação com os Profissionais e educadores? Como eles te cuidam?
17. Vocês conversam? Sobre O que?
18. Quando você precisa de alguma coisa, a quem você pede?
19. Quando você está feliz, para quem você conta no PN?
20. E quando você está triste, você divide com alguém? Quem?
21. Se você tivesse uma sugestão para melhorar o dia a dia no PN, você falaria com alguém? Quem? Se sim, como esta sugestão seria recebida?
22. Como é pra você morar aqui? (pontos positivos e negativos)
23. O que você faz para se divertir?

24. Qual é a diferença que você percebe entre morar no PN e em casa?
25. Do que mais sentirá falta no PN?
26. E do que não sentirá falta?
27. Quando você chegou ao PN, o que você sentiu? Qual foi a sua primeira impressão?
28. Como foi para você se adaptar quando você chegou ao PN?
29. O que você faz para se sentir melhor?

➤ **Quanto à família**

30. Antes de chegar ao PN, com quem você morava?
31. Se com a família, quem morava na mesma casa?
32. Como era o relacionamento com essa família antes de vir para o PN?
33. Como era morar com sua família antes de ir ao PN?
34. Com quais pessoas você se relacionava bem em sua família antes de ir para o PN? E com quais não?
35. Quem trabalhava na sua casa? O que faziam para conseguir dinheiro?
36. Estando no sítio, que contato você mantinha com sua família (recebia visitas, férias, ligações telefônicas)? Periodicidade.
37. Como é pra você estar longe de sua família nesse tempo aqui?
38. Você sente falta de alguma coisa na sua família? Se sim, qual?
39. O que não sentiu falta?

Você está voltando para casa. Vamos falar um pouco mais sobre isso...

40. Isso é bom? O que tem de bom?
41. Tem alguma coisa negativa em voltar para casa?
42. Algum medo de algo que você vai encontrar?
43. Como você acha que vai encontrar a sua família?
44. Como você acha que eles vão acolher você?
45. Você acha que a sua volta é esperada? Fale mais sobre isso...
46. De quem você espera receber ajuda na volta?
47. Você recebeu alguma preparação para voltar para casa? Se sim, o que foi feito?
48. Quais são os seus planos de voltar para sua família?

49. Você pretende manter algum contato com o PN?
50. Você gostaria de que algum educador daqui visitasse você e sua casa? Quem?  
Por quê?
51. Comparando com o (NOME) que entrou no PN e o (NOME) que está voltando para a família, o que mudou?

## Anexo B

### Entrevista Adolescente - Casa de Familiares - T2

1. Data da Entrevista:    /    /
2. Quem está morando com você na sua casa?
3. Como está seu relacionamento com eles?
4. Com quem você se dá melhor na sua casa?
5. Quando você precisa de alguma coisa, a quem você pede? Esta pessoa ajuda?
6. Você acredita que estas dificuldades são somente suas?
7. Como você acha que está sendo para seus familiares?
8. A sua opinião sobre sua família mudou desde que você voltou pra casa?
9. E seus amigos? Quem são? O que fazem? São os mesmos de antes de ir ao Pequeno Nazareno?
10. Eles te ajudam em algo?
11. Eles te aconselham?
12. Você ainda tem contato com o pessoal da instituição?
13. Está estudando? O que mais gosta na escola? Qual a sua dificuldade
14. Você fez amigos de turma? Quem são eles?
15. E os professores? Como são?
16. A quem você pede ajuda quando tem problemas na escola?
17. Qual a sua rotina?

## Anexo C

### Entrevista Adolescente - Acolhimento Institucional 2 - T2

#### Entrevista participante

1. Data da Entrevista:    /    /
2. Está com quanto tempo que saiu da instituição?
3. Quem está na sua casa?
4. Quanto tempo você ficou em casa?
5. O que estão fazendo? (trabalhando, estudando, desempregado...). Enumerar os integrantes e as ocupações.
6. O que fez nesse período que passou distante da instituição?
7. Como a família te acolheu?
8. Quem foi a pessoa que ficou mais feliz pela sua volta? Como você percebeu?
9. Vocês conversaram?
10. O que você sentiu falta?
11. O que você mais gostou?
12. Mudou alguma coisa em casa depois que você veio para a instituição?
13. Algo te decepcionou?
14. O que você esperava encontrar?
15. Por que você ta de volta?
16. Você acredita que estas dificuldades são somente suas?
17. O que você espera daqui?
18. Quais os seus planos?
19. Quem está te apoiando hoje?
20. Reencontrou algum amigo? Como eles estão?
21. O que fez para se divertir?

## Anexo D

### Entrevista Adolescente - Casa de Familiares – T3

1. Data da Entrevista:    /    /
2. Onde você estava da última vez que eu falei com você?
3. Onde você está agora? Se você mudou de local, por que?
4. Você pode nos contar um pouco sobre o que aconteceu com você nesses últimos seis meses? (construção de uma linha do tempo – focar datas e acontecimentos importantes; o que aconteceu e como eles viveram esses momentos)
5. Como é estar aqui agora (Acolhimento Institucional, casa do tio, da avó paterna e materna)? Você poderia nos falar sobre o que há de bom? E de menos bom?
6. Quem está morando com você aqui?
7. Como está seu relacionamento com eles?
8. Com quem você se dá melhor aqui?
9. Quem é a pessoa que você mais pode contar hoje? Que tipo de apoio você recebe ou espera receber dessa pessoa?
10. Como você acha que está sendo para seus familiares você estar aqui?
11. Como é a sua rotina aqui?
12. Você está estudando? Como está na escola?
  8. você está trabalhando? Como está no trabalho?
13. O que faz para se divertir?
14. Você tem amigos? Quem são?
15. Eles te ajudam em algo? Em que?
16. Você ainda tem contato com o pessoal da instituição?
17. Você pretende ficar aqui? Se sim, por que? Se não, por que?
18. Quais são os seus planos para o futuro? O que você espera que aconteça na sua vida?
19. Você gostaria de falar alguma coisa a mais.

## Anexo E

### Entrevista Adolescente - Acolhimento Institucional 2 - T3

Data da Entrevista:    /    /

Onde você estava da última vez que eu falei com você?

Onde você está agora? Se você mudou de local, por que?

Você pode nos contar um pouco sobre o que aconteceu com você nesses últimos seis meses? (construção de uma linha do tempo – focar datas e acontecimentos importantes; o que aconteceu e como eles viveram esses momentos)

Como é estar aqui agora (Acolhimento Institucional, casa do tio, da avó paterna e materna)?

Você poderia nos falar sobre o que há de bom? E de menos bom?

Você poderia nos falar um pouco da sua rotina aqui na Acolhimento Institucional?

Você frequenta alguma instituição (Igreja, Cuca, ONGs, outros projetos)?

Tá estudando? Como está na escola?

Tá trabalhando? Como está no trabalho?

O que faz para se divertir?

Você mantém contato com sua família? Se sim, com quem?

Com que frequência você mantém contato com sua família? Como eles estão?

Mudou alguma coisa em casa depois que você veio para a instituição?

O que você espera da sua família?

Como você foi acolhido aqui na Acolhimento Institucional?

Como é a sua relação com os educadores?

E com os demais adolescentes da Casa?

Quem é a pessoa que você mais pode contar hoje? Que tipo de apoio você recebe ou espera receber dessa pessoa?

Quais são os seus planos para o futuro? O que você espera que aconteça na sua vida?

Você gostaria de falar alguma coisa a mais.

## Anexo F

### Entrevista familiar/Responsável - T1

1. Data da Entrevista:    /    /
2. Nome do responsável
3. Nome do participante
4. Grau de parentesco
5. Idade
6. Trabalho/ocupação
7. Você conta com ajuda de alguém para cuidar da casa? Quem e que tipo de ajuda?
8. Filhos (nome e idade).
9. Você ia visitar o participante no PN, com que frequência?
10. Quando você queria saber notícias dele, a quem você se dirigia? (outra pessoa usa telefone)?
11. Quais são as principais características do participante (nomear no momento da entrevista)?
12. Como foi o processo de entrada dele na PN? O que aconteceu?
13. Como são as pessoas que trabalham no PN?
14. Aponte um aspecto bom e um aspecto ruim do participante morar no PN.
15. Você conheceu os amigos do participante?
16. Que condições mudaram para ele voltar para casa?
17. O que impedia que ele voltasse antes para casa?
18. Qual a expectativa do restante da família quanto ao retorno do participante à família?
19. Que dificuldades você pensa que irá enfrentar?
20. Como poderá resolver tais dificuldades?
21. Que tipo de ajuda ele poderá lhe oferecer?
22. Você julga positivo ou não o retorno do participante à família? Por quê?

## Anexo G

### Entrevista familiar/Responsável– Adolescente na casa de Familiares - T2

1. Data da Entrevista:    /    /
2. Quem está morando com você na sua casa?
3. Como está seu relacionamento com \_\_\_\_\_?
4. Com quem \_\_\_\_\_ se dá melhor na sua casa?
5. Quando \_\_\_\_\_ precisa de alguma coisa, a quem ele pede? Esta pessoa ajuda?
6. O que mudou na sua vida para o \_\_\_\_\_ Voltar?
7. Quais as maiores dificuldades do \_\_\_\_\_?
8. Você acredita que estas dificuldades são somente dele?
9. Como você acha que está sendo para seus familiares receber o \_\_\_\_\_?
10. \_\_\_\_\_ mudou desde que você voltou pra casa?
11. E os amigos? Quem são? O que fazem? São os mesmos de antes de ir ao Pequeno Nazareno?
12. Eles ajudam em algo?
13. Eles aconselham?
14. \_\_\_\_\_ ainda tem contato com o pessoal da instituição?
15. Está estudando? O que mais gosta na escola? Qual a dificuldade?
16. Ele fez amigos de turma? Quem são eles?
17. E os professores? Como são?
18. A quem você pede ajuda quando tem problemas na escola?
19. Qual a rotina do \_\_\_\_\_?

## Anexo H

### Entrevista familiar/Responsável- Adolescente no Acolhimento Institucional 2 - T2

1. Data da Entrevista:    /    /
2. Quem está morando com você?
3. Como estão se sustentando?
4. Mudou alguma coisa com a volta do \_\_\_\_\_
5. Por que ele foi pro acolhimento?
6. O que esperava dele?
7. Como ele te ajudou?
8. O que fizeram juntos?
9. Houve alguma discussão? Conflito?
10. Como solucionou?
11. O que espera pro futuro dele?
12. O que tem que mudar para o retorno dele pra casa?
13. O que ainda não mudou?

## Anexo I

Entrevista familiar/Responsável– Adolescente na casa de Familiares – T3

1. Data da Entrevista:    /    /
2. Da última vez que conversamos para cá, o que aconteceu com \_\_\_\_\_?
3. Quem está morando com você?
4. Como sua família tem se sustentado?
5. Você tem apoio de algo ou alguém para cuidar de \_\_\_\_\_?
6. Como você acha que ele está?
7. Quais são os avanços que ele fez?
8. Quais são as dificuldades que ele tem encontrado?
9. Como está o seu relacionamento com ele?
10. O que você espera que aconteça com ele?
11. Você mantém contato com alguém da instituição?
12. Mudou alguma coisa com a volta do \_\_\_\_\_ pra essa casa?
13. Como os demais membros da sua família percebem a estada dele aqui?
14. Você acha que ele ficará muito tempo aqui? Se sim por quê? Se não por quê?
15. Você gostaria de dizer algo a mais.

## Anexo J

### Entrevista familiar/Responsável– Adolescente no Acolhimento Institucional 2 – T3

1. Data da Entrevista:    /    /
2. Da última vez que conversamos para cá, o que aconteceu com \_\_\_\_\_?
3. Quem está morando com você?
4. Como sua família tem se sustentado?
5. Você tem apoio de algo ou alguém para cuidar de \_\_\_\_\_?
6. Como você acha que ele está?
7. Quais são os avanços que ele fez?
8. Quais são as dificuldades que ele tem encontrado?
9. Como está o seu relacionamento com ele?
10. O que você espera que aconteça com ele?
11. Você mantém contato com alguém da instituição?
12. Mudou alguma coisa com a volta do \_\_\_\_\_ pra Acolhimento Institucional?
13. Por que ele foi para Acolhimento Institucional?
14. Você gostaria que ele voltasse pra casa? Se sim, por que? Se não, por que?
15. O que tem que mudar para o retorno dele pra casa acontecer?
16. O que impede essas mudanças de acontecerem?
17. Você gostaria de dizer algo a mais.

## Anexo K

### Entrevista Educador Social - T1

Nome:

Função:

Nome do adolescente:

1. Data da Entrevista:    /    /
2. Há quanto tempo você conhece o participante?
3. Qual o motivo da entrada dele no PN?
4. Como foi o período de adaptação dele no PN?
5. Como era o relacionamento dele com os outros?
6. Como era o relacionamento dele com os educadores do PN?
7. Você percebeu alguma mudança nele desde o momento de sua entrada ate agora?
8. Como é o relacionamento dele neste momento com os internos?
9. Como é o relacionamento dele neste momento com os monitores do PN?
10. Durante este tempo, a família do participante visita-o? com que frequência?
11. Em sua opinião, qual é o grau de proximidade dele com sua própria família?
12. O que você acha sobre o retorno do participante à sua família?
13. Ele tem conversado com você sobre essa volta à família?
14. O que você acha que vai acontecer quando o adolescente chegar em casa?
15. Você espera manter contato com ele? O que geralmente acontece quando os meninos saem?

## Anexo L

### Entrevista Educador Social - T3

Nome:

Função:

Nome do Adolescente:

1. Data da Entrevista:    /    /
2. O que aconteceu com o \_\_\_\_\_ depois que saiu do pequeno Nazareno em julho de 2013?
3. Como o \_\_\_\_\_ está neste momento?
4. O que ele tem feito?
5. Como tem acompanhado o \_\_\_\_\_ no processo de reinserção familiar?
6. O que você acha sobre o retorno do participante à sua família? (se estiver no acolhimento)
7. O que \_\_\_\_\_ tem conversado com você sobre essa volta à família? (se estiver no acolhimento)
8. Quais os desafios que \_\_\_\_\_ tem enfrentado?
9. Quais as vitórias que \_\_\_\_\_ tem conseguido?
10. Quais os encaminhamentos que tem feito?
11. Quais os encaminhamentos que desejam fazer?
12. O que espera do futuro do \_\_\_\_\_?
13. Quer falar mais alguma coisa sobre o \_\_\_\_\_?

## Anexo M

### Termo de Concordância para a instituição

Estamos realizando uma pesquisa intitulada: “O impacto da vida na rua em adolescentes: Um estudo longitudinal sobre risco e proteção”. O objetivo principal do estudo é identificar o impacto da vida na rua sobre dimensões físicas, comportamentais e psicológicas de adolescentes em situação de rua da cidade de Porto Alegre. O estudo prevê a participação de adolescentes entre 13-17 anos, de ambos os sexos, os quais deverão participar de três momentos de coleta de dados, com intervalos de seis meses entre uma e outra. A coleta de dados deverá acontecer no espaço da rua e em instituições da rede de atendimento específica a essa população.

As crianças e adolescentes participantes do estudo serão claramente informados de que sua contribuição é voluntária e pode ser interrompida em qualquer etapa, sem prejuízo. Todos os cuidados serão tomados para garantir o sigilo e a confidencialidade das informações, preservando a identidade dos participantes, bem como das instituições envolvidas. Todo o material desta pesquisa ficará sob responsabilidade dos pesquisadores responsáveis e após a elaboração do relatório final, será lacrado e armazenado na coordenação do Projeto, que se situa na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Dados individuais dos participantes coletados no processo de pesquisa não serão informados às instituições envolvidas ou aos familiares, mas haverá uma devolução dos resultados, de forma coletiva, para as instituições. Uma vez que a coleta de dados deverá envolver a inserção de pesquisadores (estudantes da graduação do curso de Psicologia e psicólogos formados) por um período estendido de tempo (um ano e meio) nas ruas e instituições da cidade e dada, sobretudo, a condição de vulnerabilidade pessoal e social em que se encontra a população estudada, acredita-se que é de fundamental importância que esta Instituição tome conhecimento da realização desse estudo e, mais do que isso, que autorize a sua realização.

Diante do exposto, solicitamos a autorização da Instituição para a realização desse estudo. Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais com a coordenadora Profa. Dra. Sílvia Helena Koller, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, do Instituto de Psicologia da UFRGS. Caso queiram contactar com nossa equipe, isto poderá ser feito pelo telefone (51) 3316-5150 (Profa. Sílvia) ou (51) 8236-3104 (Normanda Araujo de Moraes). Caso tenha alguma dúvida, o Comitê de Ética em Pesquisas da UFRGS está à disposição no telefone (51) 3316-3629.

\_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Data

\_\_\_\_\_

Coordenador(a) Local do Projeto

## Anexo N

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

**Investigador:** Sara Guerra Carvalho de Almeida

**Professora Orientadora:** Dra. Normanda Araujo de Moraes

**Instituição:** Universidade de Fortaleza – UNIFOR

**Contato do investigador:** ou pelo email:

#### **Título: Reinserção Familiar de Adolescentes Institucionalizados com Histórico de Situação de Rua**

**Descrição e Objetivo do estudo:** Trata-se de uma pesquisa de mestrado em Psicologia pela Universidade de Fortaleza – UNIFOR. Tem como objetivo investigar a percepção dos adolescentes institucionalizados com histórico de situação de rua, seus familiares e educadores sociais, sobre o processo de reinserção familiar (antes e após o retorno ao contexto familiar).

**Participação:** A sua participação será feita através de uma entrevista que será gravada por meio de um gravador digital. Para auxiliar a investigação seguirei um questionário e se for necessário farei perguntas complementares para um melhor entendimento. Deverão ser realizados três momentos de entrevistas com cada participante, sendo um encontro antes do retorno do adolescente ao convívio familiar, o segundo após um mês de saída do adolescente da instituição e, por fim, o terceiro, após seis meses de saída da instituição.

**Riscos associados ao estudo:** Não haverá nenhum risco, dano ou prejuízo, físico ou psicológico ao participante desta pesquisa. Apenas se considera que a lembrança de eventos negativos e memórias poderá, em alguns casos, trazer mal-estar ao participante. Para isso, a mestranda responsável pelas entrevistas está devidamente preparada para dar apoio e suporte ao participante. E, quando necessário, encaminhá-lo para atendimento na rede de proteção da cidade de Fortaleza, CE.

**Benefícios:** Este estudo contribuirá para a reflexão e manejo adequado aos profissionais que trabalham em prol de um melhor atendimento institucional, visando uma efetiva reinserção familiar. Neste sentido, também ampliarão os trabalhos nesta área específica do conhecimento.

**Confidencialidade e Avaliação dos Registros:** A participação neste estudo será confidencial. Não serão citados nomes ou qualquer outra informação que possa identificar o participante, sendo a sua identidade mantida em sigilo. Ademais, esse projeto foi submetido ao Comitê de Ética da UNIFOR e recebeu aprovação com o Registro 11-523.

### **Direito à retirada do estudo e participação voluntária**

Eu, \_\_\_\_\_, tenho direito a fazer qualquer pergunta sobre as questões de privacidade e ética relacionadas a este estudo. Tenho o direito de retirar a minha participação a qualquer momento. Confirmando também que recebi explicação de que minha participação será voluntária. Além disso, é dado a mim o direito de recusar a participação neste estudo. Essa recusa não acarretará em retaliações de qualquer tipo. Manterei uma cópia assinada deste documento.

### **Consentimento**

Por está devidamente informado e esclarecido sobre o conteúdo deste termo, expresso livremente, o consentimento da minha participação como sujeito desta pesquisa.

\_\_\_\_\_

Participante da Pesquisa

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Data

\_\_\_\_\_

Sara Guerra Carvalho de Almeida

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Data

## Anexo O

### Carta de Aceite do Comitê de Ética



UNIVERSIDADE DE FORTALEZA  
VICE-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
Comitê de Ética em Pesquisa – COÉTICA

#### **PARECER N.º. 397/2011**

**Projeto de Pesquisa:** O impacto da vida na rua em adolescentes de Fortaleza, Ce: um estudo longitudinal sobre risco e proteção.

**Pesquisador Responsável:** Normanda Araújo de Moraes

**Data de apresentação ao COÉTICA:** 03/11/11

**Registro no COÉTICA:** 11-523

**CAAE:** 0526.0.037.165-11

**Parecer:** Aprovado na data 08/12/11

**Obs.:** O(a) pesquisador(a) deverá apresentar uma cópia do relatório final ao Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade de Fortaleza.

  
**Prof. Marília Joffily Pereira da Costa Parahyba**  
Presidente do Comitê de Ética em Pesquisa da UNIFOR – COÉTICA